

**Nº12 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 14 de junho
de 2018. -----**

No dia catorze do mês de junho do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, Sra. Dra. Maria Manuela Pereira Tender e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de onze de junho de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, NUNO VAZ RIBEIRO. -----

O Presidente da Câmara deu início à reunião, tendo começado por dar conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Concurso "7 Maravilhas à Mesa" - A Gastronomia, o Vinho e o Património de Chaves encontram-se representados no Concurso designado por "7 Maravilhas à Mesa" nacional, promovido pela RPT. -----
A Câmara Municipal Chaves promoveu oportunamente candidatura a esse concurso de âmbito nacional, que contou com cerca de duas centenas de candidatos, encontrando-se, na presente data, entre os 49 pré-finalistas. -----

No pretérito dia 06 de junho do corrente ano, foi feita uma apresentação da mesa de Chaves, composta por pastel, presunto, arroz de fumeiro e vinho, no âmbito da qual foram evidenciados aspetos singulares da gastronomia e vinho flavienses, e dada ênfase às potencialidades económicas e turísticas de Chaves. -----

No próximo dia 26 de agosto, na cidade de Tomar, está programada uma nova sessão de divulgação, no programa "RTP mais perto". -----
Deve ser dada uma palavra de agradecimento aos empresários que participam neste evento, pelo seu empenho e dedicação, muito concretamente à Senhora Dra. Manuela Carvalho (representante da mesa de Chaves) e ao Senhor Dr. Amílcar Salgado (representante do Vinho de Arcossó). -----

Para a fase final deste concurso foi convidado para ser Embaixador da candidatura de Chaves o Professor José Alves Teixeira, o qual já manifestou o assentimento. -----

b) 2º Seminário de Termalismo e Bem-estar - Foi realizado, no pretérito dia 08 de junho do corrente ano, o 2º Seminário de Termalismo e Bem-estar, no Balneário Pedagógico de Investigação e Desenvolvimento de Práticas Termiais de Vigado, em estreita colaboração com o Instituto Politécnico de Bragança (IPB), Escola Profissional de Chaves, a Escola Superior de Enfermagem Dr. Timóteo Montalvão Machado, a Empresa Municipal "GEMC" e Câmara Municipal de Chaves. -----

O Seminário contou, ainda, com a presença do Diretor Clínico deste balneário termal, Prof. Doutor Pedro Cantista, que é o atual Presidente da Sociedade Portuguesa de Hidrologia Médica e Presidente da International Society of Medical Hydrology, estando, também, presentes os alunos da Escola Profissional de Chaves, do curso técnico superior profissional em Termalismo e Bem-Estar do "IPB" e da Escola Profissional de Amarante.-----

c) Combate às Vespas das Galhas do Castanheiro - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara, deu nota da materialização, no Concelho de Chaves, de um conjunto de largadas, cofinanciadas pelo Município de Chaves, do inseto parasitoide, em vista ao combate às Vespas das Galhas do Castanheiro. -----

Esta ação tem realizada em articulação com diversas entidades públicas e privadas, nomeadamente, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, Associação Portuguesa da Castanha, Juntas de Freguesia e a "AFFAC". -----

A eficácia deste tipo de intervenção apenas poderá ser avaliada decorrido um ano após a respetiva concretização. -----

A relevância da produção da castanha no concelho de Chaves tem uma preponderância crescente, ocupando já significativas áreas do território concelhio, sendo certo que se trata de um recurso que deve ser protegido, em defesa da economia local e da agricultura. -----

d) Celebração de Protocolo com a "CCDR-N" - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da assinatura de um protocolo, com a "CCDRN", Banco de Portugal, "CMVM" e a ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, visando a promoção de informação financeira, junto da população do Alto Tâmega, incrementando o conhecimento dos cidadãos e das instituições desta região. -----

e) Alteração do horário de realização da próxima reunião ordinária da Câmara Municipal - O Presidente da Câmara solicitou, ao Executivo Camarário, a alteração da hora de realização, da próxima Reunião ordinária, tendo a mesma lugar, no próximo dia 28 do corrente mês de junho, a partir das 15:00 horas do mesmo dia. -----

Tal alteração veio a merecer a concordância de todos os Vereadores presentes na Reunião, devendo o Departamento de Coordenação Geral adoptar as diligências necessárias à divulgação de tal alteração, nos termos do disposto na Lei aplicável. -----

II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo interpelado, o Senhor Presidente da Câmara, no sentido de confirmar a não apresentação de candidaturas aos Órgãos Sociais da Associação comercial "ACISAT", no recente ato eleitoral, para o efeito, agendado. -----

Neste contexto, questionou, ainda, o Presidente da Câmara, no sentido de apurar se, tal facto, não irá constituir um factor perturbador para a realização da Feira dos Santos - Ano de 2018 -. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
1 - Irá, brevemente, ser aberto um novo ato eleitoral, para a apresentação de listas aos Órgãos Sociais da Associação. -----

2 - A não apresentação de listas, no âmbito da vida da associação, não constitui uma situação nova, já se tendo registado, num passado recente. -----

3 - Os comerciantes do Concelho e da Região, irão, seguramente, saber encontrar as melhores soluções para os destinos da Associação. -----

4 - No que respeita à organização da Feira dos Santos, ano de 2018, pela ACISAT, tal parceria está sustentada, em protocolo, oportunamente, celebrado, com a Autarquia, e cujos efeitos foram, automaticamente, renovados. -----

5 - Na presente data, não se perspetivam quaisquer fundamentos que permitam, antecipadamente, concluir, que a "ACISAT" não tem condições de assegurar a realização/organização da Feira dos Santos, com projeção, no ano em curso. -----

6 - Todavia, se isso não vier a acontecer, o Município de Chaves, estará a altura de poder assegurar a organização de tal evento e com o sucesso pretendido. -----

Retomou a sua intervenção, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, solicitando, junto do Presidente da câmara, sobre a eventual possibilidade de celebração de "Protocolo", com a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, tendo como objeto a limpeza Urbana da cidade. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A Câmara Municipal tem desenhado, com a junta de Freguesia de Santa Maria Maior, um conjunto de atividades, em diversas áreas de intervenção municipal, nomeadamente, na área da limpeza urbana, permitindo a criação de sinergias que permitem dar uma resposta, mais eficiente e eficaz, na prestação de serviços públicos às populações locais. -----

2 - A referida Junta de Freguesia não irá assumir a Limpeza Urbana, de forma autónoma, mas sim, em colaboração com os serviços municipais.

3 - Esta estratégia tem sido, aliás, alargada a todas as demais Juntas de Freguesia, na esteira dos mecanismos legais previstos no Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conforme, protocolos de colaboração que irão ser apreciados na reunião do dia de hoje. -----

III - INTERVENÇÃO DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO, DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

Usou da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, para interpelar, mais uma vez, o Senhor Presidente da Câmara, no sentido da eventual possibilidade de alteração dos dias de realização das reuniões ordinárias, do Órgão Executivo Municipal, em vista à criação de condições para a compatibilização do seu mandato autárquico com o seu mandato parlamentar. -----

Neste contexto, reiterou a sua proposta de calendarização das reuniões ordinárias, deste Executivo, para as segundas-feiras, de acordo com a periodicidade quinzenal estabelecida. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
A eventual alteração do dia de realização das Reuniões Ordinárias do Órgão Executivo Municipal, é matéria que só poderá ser ponderada, após o período do Verão, permitindo a conciliação das agendas de atendimento

com a eventual modificação dos dias de realização das reuniões do Órgão Executivo. -----

Retomou a sua intervenção, a Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, solicitando, junto do Presidente da câmara, o ponto da situação da proposta, por si, oportunamente, apresentada, em dezembro de 2017, e consubstanciada na possível realização do "Dia da Diáspora", em Chaves. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
 1 - Uma iniciativa desta natureza, dependendo, como é obvio, do nível de responsabilidades das entidades envolvidas, constitui uma iniciativa interessante, em Chaves e/ou no Alto Tâmega. -----
 2 - É sua opinião que as iniciativas de afirmação do território devem, regra geral, ser contextualizadas, na perspetiva do Alto Tâmega. ----
 3 - Este tipo de ações deve merecer uma resposta coordenada, ao nível do Alto Tâmega. -----
 4 - Neste contexto, está a ser perspectivada a realização de um grande evento, tendo como tema central a "Água", projetando-se o mesmo à escala de todo o Alto Tâmega. -----
 5 - As diligências já feitas, sobre a matéria, foram materializadas de forma informal, junto das entidades responsáveis. -----
 6 - No futuro, será de ponderar a promoção de contactos formais e institucionais, em vista a possível realização, de tal evento, no Alto Tâmega e no Concelho de Chaves. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 01 de junho de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM VISTA À REALIZAÇÃO DE OBRAS DE IMPORTÂNCIA LOCAL; - APROVAÇÃO DE MATRIZ DE PROTOCOLO DISCIPLINADOR DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES SIGNATÁRIAS. PROPOSTA N° 36/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

1. Considerando que as freguesias dispõem de atribuições e competências em domínios bastante diversificados na promoção e salvaguarda dos interesses das respetivas populações e têm uma especial relação de proximidade que lhes confere uma posição privilegiada nessa missão; -----

2. Considerando que a relação de proximidade entre as freguesias e as respetivas populações confere, às primeiras, uma posição privilegiada para o desenvolvimento das retrocitadas atribuições e competências; -----
3. Considerando que a descentralização da atividade autárquica a que se tem assistido nos últimos tempos, tem como principal intuito dar uma resposta mais eficaz aos problemas e necessidades das diferentes freguesias e localidades; -----
4. Considerando que, se por um lado, é inegável a relação de proximidade entre as freguesias e as respetivas populações, por outro lado, as freguesias de pequena dimensão dispõem de meios escassos que dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento das suas atribuições e competências; -----
5. Considerando que diversas freguesias do Concelho de Chaves têm vindo a solicitar apoio financeiro à Câmara Municipal de Chaves, com vista à realização de obras cuja realização é necessária na respetiva freguesia; -----
6. Considerando que existe interesse mútuo na realização das referidas obras, em face da sua importância para o desenvolvimento das freguesias em causa, com claros benefícios para as respetivas populações locais; -----
7. Considerando que a realização das obras suprarreferidas tem enquadramento no leque de atribuições e competências das freguesias requerentes; -----
8. Considerando que, por força do disposto no artigo 7º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o desenvolvimento das atribuições das freguesias, muito concretamente a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações devem ser desenvolvidas em articulação com o Município. -----

II - Do Enquadramento Legal -----

1. Considerando que nos termos do disposto no nº 1, do artigo 7º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, constituem, atribuições da freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o Município; -----
2. Considerando que, nos termos do disposto na alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte proposta: -----

- a) Que seja autorizada a atribuição de apoios financeiros às freguesias identificadas na listagem em anexo (Anexo I), nos montantes e para realização das obras devidamente identificadas no mesmo documento, cujo teor aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais; -----
- b) De acordo com as informações de compromisso emitidas pela unidade orgânica responsável, no caso a Divisão Financeira, documentos cujo teor aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais e que se anexam à presente proposta (Anexo II), as despesas associadas aos apoios previstos na alínea anterior, têm cabimento orçamental e compromisso; -----
- c) A atribuição dos apoios referidos na alínea anterior, deverá ser titulada, caso a caso, pela celebração de protocolo com a respetiva freguesia, conforme matriz, contendo as cláusulas disciplinadoras dos

direitos e obrigações das partes signatárias que segue em anexo à presente proposta (anexo III) e cuja aprovação, desde já se propõe; -

d) Sequencialmente deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento no cumprimento do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, legitimando, simultaneamente o Presidente da Câmara a outorgar, em representação do Município de Chaves, os respetivos protocolos; -----

e) Logo que tal deliberação venha a ser tomada, deverá a mesma ser levada ao conhecimento das Juntas de Freguesia beneficiárias dos apoios, através da emissão da competente notificação; -----

f) Por último, caso a presente proposta venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, por parte dos órgãos municipais, dever-se-á promover a sua publicitação mediante a afixação de editais nos lugares de estilo, bem como em boletim da autarquia e no site oficial do Município de Chaves, de acordo com o disposto no artigo 56º, do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações. -----

Chaves, 30 de maio de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Nuno Vaz Ribeiro -----

Anexo: -----

- Anexo I - listagem de apoios financeiros às freguesias; -----

- Anexo II - Listagem de informações de cabimento orçamental e compromisso emitidas pela unidade orgânica responsável, no caso a Divisão Financeira; -----

- Anexo III - Minuta de Protocolo a celebrar. -----

Protocolo -----

Entre -----

O Município de Chaves com o NIPC 501 205 551, com sede na Praça de Camões, na cidade de Chaves, representado neste ato pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, e com poderes para o ato, conforme o disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 35º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e adiante designado como Primeiro Outorgante, devidamente autorizado por deliberação da Câmara Municipal de ____ de _____ de 2018 e por deliberação da Assembleia Municipal tomada em sede de sua sessão ordinária realizada no dia ____ de _____ de 2018. -----

E -----

A Junta de Freguesia de _____, NIPC n.º. _____, com sede na _____, representada pelo seu Presidente de Junta de Freguesia, _____ e com poderes para o ato, conforme o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e adiante designado como Segundo Outorgante, devidamente autorizada por deliberação da junta de freguesia de ____ de _____ de 2018 e da assembleia de freguesia de ____ de _____ de 2018. -----

É celebrado o presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes; -----

Cláusula 1ª -----

(Objeto) -----

O presente contrato tem por objeto regular o apoio financeiro prestado à Freguesia, em vista à execução de obras da sua competência, nos termos do artigo 16º, conjugado como artigo 7º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro e a seguir identificadas:

- _____.

- _____.

Cláusula 2ª -----
(Apoio Financeiro) -----

1. Em vista à prossecução do objeto definido na cláusula 1ª é concedida, pelo Primeiro Outorgante à Segunda Outorgante, um apoio financeiro no valor de **xx.xxx,00€** (_____ mil euros), para

2. O apoio financeiro identificado no ponto anterior será transferida para a Segunda Outorgante, de acordo com o plano constante do anexo II, do presente protocolo e do qual faz parte integrante. -----

3. No contexto do custo total da obra a realizar, a Segunda Outorgante assume, com o presente Protocolo, a responsabilidade pelo pagamento até à sua conclusão integral. -----

Cláusula 3ª -----
(Obrigações da Freguesia) -----

No âmbito do presente Protocolo a Segunda Outorgante fica obrigada a:

a) Exercer uma correta e equilibrada execução do objeto previsto na cláusula 1.ª; -----

b) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis. -----

c) Afixar, no local da obra e de forma visível da via pública, uma placa descritiva, a publicitar o Protocolo celebrado com o Primeiro Outorgante, durante e até 6 meses após a conclusão da obra. -----

d) A inserir em todos os materiais gráficos alusivos à obra prevista na cláusula 2.ª, a menção de "Apoiada pelo Município de Chaves" acompanhada pelo respetivo logotipo; -----

e) Dar cumprimento às regras em matéria de contratação pública;

f) Assegurar o cumprimento dos prazos previstos na cláusula 6.ª.

Cláusula 4ª -----
(Obrigações do Município) -----

No âmbito do presente Protocolo, o Primeiro Outorgante fica obrigado a: -----

a) Proceder às transferências previstas na cláusula 2.ª, salvo nas situações de incumprimento da Segunda Outorgante; -----

b) Assegurar o competente acompanhamento técnico e de fiscalização das obras descritas na cláusula 1.ª. -----

Cláusula 5ª -----
(Execução e Avaliação do Protocolo) -----

A execução do presente Protocolo será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelo Primeiro Outorgante que, para o efeito, poderá realizar reuniões conjuntas e periódicas com a Segunda Outorgante, podendo solicitar todas as informações que considere pertinentes para a avaliação do presente Protocolo. -----

Cláusula 6ª -----
(Prazos) -----

1. O prazo de realização da obra, deve ser concluída até 31 de dezembro de 2018. -----

2. O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31/12/2018. -----

Cláusula 7.ª -----
(Cessação do Protocolo) -----

1. O presente Protocolo pode cessar por caducidade, revogação ou resolução. -----

2. O Protocolo cessa por caducidade nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência. -----

3. A mudança dos titulares dos Órgãos dos outorgantes não determina a caducidade do contrato. -----

4. Os outorgantes podem revogar o Protocolo por mútuo acordo. -----
 5. A revogação obedece à forma escrita. -----
 6. Os outorgantes podem resolver o Protocolo por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas. -----

Cláusula 8.ª -----**(Alteração ao Protocolo)** -----

1. Qualquer alteração ou adaptação ao presente Protocolo carece de prévio acordo entre as partes, a prestar por escrito. -----
 2. A revogação obedece a forma escrita. -----

Cláusula 9.ª -----**(Cabimento e compromisso)** -----

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pela proposta de cabimento nº ___, correspondendo-lhe o compromisso nº ___/2018, de __/__/2018. -----

Cláusula 10.ª -----**(Disposições legais aplicáveis)** -----

Na execução do presente Protocolo, observar-se-ão: -----

- a) O respetivo clausulado e o estabelecido no Anexo I e II; ---
 b) A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----
 c) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em matéria de contratação pública; -----
 d) O Código do Procedimento Administrativo. -----
 e) O regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro; -----
 f) A Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos) -----

Cláusula 11.ª -----**(Financiamentos Externos)** -----

Caso a segunda Outorgante venha a obter outro financiamento que cubra os gastos já apoiados pela Primeira Outorgante, fica obrigada a devolver as verbas recebidas desta última, na exata medida em que foram financiadas por outra entidade. -----

Cláusula 12.ª -----**(Eficácia)** -----

A eficácia dos efeitos do presente protocolo, nomeadamente os seus efeitos financeiros, fica dependente da aprovação, por parte dos Órgãos da freguesia outorgante - Junta e Assembleia de Freguesia - do clausulado do presente protocolo, devendo para o efeito ser apresentadas as respetivas deliberações. -----

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes. -----

Câmara Municipal de Chaves, xx de xxxxxx de 2018. -----

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

Presidente da Câmara

Presidente da Junta de Freguesia

(Nuno Vaz Ribeiro)

(_____)

 Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Senhor Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, tendo referido que, na sua opinião, esta proposta revela alguma falta de critério na concessão deste tipo de apoios às freguesias do Concelho. -----

Para fundamentar a sua afirmação, deu como exemplo os apoios, constantes da proposta, concedidos às Junta de Freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, Vilar de Nantes, Nogueira da Montanha e Bustelo. -----

Estas, aparentes, incongruências devem ser melhor concertadas e dirimidas com os próprios Presidentes das Juntas de Freguesia. -----
Esta proposta acaba por replicar os passos errados dados, no passado, sobre a matéria. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - É estranho que o Senhor Vereador interveniente, no âmbito da matéria, em apreciação, evidencie alguma amnésia ou lapsos de memória.

2 - Se não vejamos, partindo dos comentários tecidos, sobre a matéria, pelo aludido Vereador: -----

a) Tais comentários estão a colocar, em causa, os critérios de atuação seguidos, pelo Município, na atribuição deste tipo de apoios, quando eles vigoraram, no mandato anterior, no qual, o Vereador interveniente, exerceu funções executivas, sendo, ainda de realçar que, durante os dois primeiros anos, de tal mandato autárquico, as Juntas de Freguesia não tiveram qualquer apoio financeiro do Município de Chaves. -----

b) Por outro lado, a proposta que está, em apreciação, foi coordenada com os próprios Presidentes das diversas Juntas de freguesia, sendo certo que a mesma assentou, em critérios de gestão e coesão territorial, permitindo dar capacitação financeira às freguesias, em vista ao exercício das suas competências, em prol das populações locais. -----

De seguida, usou, novamente, da palavra, o Senhor Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, tendo tecido os seguintes comentários: -----

O Senhor Presidente da Câmara não tem conhecimento das posições, por si, perfilhadas, internamente, sobre a matéria, em apreciação, as quais, diga-se, sempre foram discordantes quanto à forma de distribuição destes recursos, pelas freguesias do Concelho. -----

De seguida, usou da palavra, a Senhora Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo interpelado o Senhor Presidente da Câmara, relativamente à metodologia e aos critérios utilizados e que dão suporte fundamentador à concretização deste tipo de apoios, pelo Município de Chaves, às Juntas de Freguesia do Concelho de Chaves. -----

Em resposta às intervenções, acima, exaradas, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Do ponto de vista político e decisório, as posições dos eleitos locais que devem relevar, no âmbito da atividade municipal, são, de forma incontornável, aquelas que são exaradas nas respetivas atas dos Órgãos autárquicos representativos das populações locais. -----

2 - Todos os critérios que dão suporte à distribuição deste tipo de recursos são discutíveis, pois não existem critérios perfeitos, desde que os mesmos não se desviem dos princípios de eficiência, eficácia e coesão territorial. -----

3 - Na situação, individual e concreta, em apreciação, todas as freguesias foram envolvidas na decisão consubstanciada na distribuição destes recursos financeiros, sendo certo que os critérios já estavam estabilizados, e constantemente aplicados durante os últimos anos. --

De seguida, usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

- 1 - Vai votar, favoravelmente, a presente proposta, permitindo que as freguesias recebam o total do apoio financeiro constante do protocolo.
- 2 - De facto, mais do que o valor, formalmente, estipulado, importa garantir o pleno pagamento dos montantes contratualizados, política que nunca foi seguida, sobre a matéria, pelos Governos do PSD. -----
- 3 - A proposta é realista e exige um enorme esforço do Orçamento Municipal, correspondendo a um esforço financeiro, aproximado, de 30% do Orçamento da autarquia, subtraindo as demais despesas correntes. -
- 4 - A desconcentração e/ou descentralização de competências, nas juntas de freguesia, é uma aposta deste protocolo que permite um "fazer" autárquico mais justo e democrático. -----
- 5 - Para além disso, em muitas freguesias do Concelho estão em curso, investimentos diversos, com projeção, em muitas áreas de intervenção municipal, nomeadamente, saneamento, nos transportes de crianças para as escolas, na rede viária, os quais são, também, suportados, pelo Orçamento municipal. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

De seguida, concluída a análise, discussão e votação do assunto, em apreciação, usou da palavra, o Senhor Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, tendo apresentado, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

"Voto contra esta proposta porque julgo haver alguma falta de critério, assim como algumas imprecisões. -----
Os subsídios são insuficientes para as necessidades das freguesias, daí o meu voto contra." -----

Em resposta à declaração de voto, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

- 1 - Esta declaração traduz algum alheamento da gestão autárquica, nos últimos 4 anos, por parte do Vereador declarante, tendo o mesmo obrigação de conhecer os critérios que vinham sendo aplicados, sobre a matéria, no mandato autárquico anterior. -----
- 2 - É, assim, estranha esta posição, do Vereador do PSD, quando no mandato anterior, o mesmo não suscitou qualquer questão, sobre a inexistência de qualquer apoio financeiro, às freguesias, durante dois anos consecutivos, revelando, por isso, esta atitude, uma clara incoerência do Vereador declarante. -----

2.2. PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE A ASSOCIAÇÃO GREEN LINES INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O MUNICÍPIO DE CHAVES, TENDENTE À REALIZAÇÃO DE UM EVENTO SOBRE TURISMO SUSTENTÁVEL. PROPOSTA N.º 37/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

A Associação Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos dez anos intensa atividade de âmbito cultural e científica, nomeadamente com a organização de

eventos científicos, acumulando assim uma vasta rede de contactos e larga experiência organizativa. -----
 Pretende-se promover a realização de um evento sobre o Turismo Sustentável, a ter lugar em Vidago e Chaves, com as seguintes características: -----

- presença de cinco especialistas internacionais (indicados pela Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável, a aprovar pelo Município de Chaves); -----
- realização de sessões para apresentação dos projetos desenvolvidos, em desenvolvimento ou previstos para a Região que tenham relação com o Turismo Sustentável; -----
- concretização de dois momentos de visita, a saber: -----
 o um à região do Alto Tâmega e a alguns pontos de maior relevância para o Turismo Sustentável; -----
 o e outro dedicado à cidade de Chaves, ao seu património e equipamentos culturais e turísticos. -----
- O acesso às sessões e atividades do evento serão gratuitos e livres, sujeita a inscrição prévia. -----
 O evento tem calendarização prevista para os dias 25 e 26 de outubro de 2018; -----
 O referido evento de cariz científico e cultural tem um custo total de € 4.000,00 (quatro mil euros), sendo que a verba deverá ser transferida para a Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável: 50% (cinquenta por cento) até quatro meses antes da realização do evento; 50% (cinquenta por cento) durante a primeira semana subsequente a realização do evento. -----

II - Fundamentação -----

Considerando as vantagens resultantes de uma cooperação institucional entre a Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e o Município de Chaves; -----

Considerando que o Município de Chaves reconhece manifesto interesse na realização de um evento que versa a temática atual e pertinente do Turismo Sustentável; -----

Considerando a experiência e atividade relevante e intensa de âmbito cultural e científico, desenvolvida na última década, pela Associação Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável; -----

Considerando que o Protocolo proposto tem por objeto a realização de um evento no Município de Chaves, no qual o Município de Chaves se compromete a: -----

1. Estar representado nas sessões protocolares de abertura e encerramento do evento; -----
 2. Disponibilizar a título gracioso instalações adequadas ao evento;
 3. Disponibilizar os meios técnicos e apoios necessários (auditório, cadeiras, mesas e audiovisuais), incluindo a montagem à boa utilização dos espaços; -----
 4. Encontrar parceiros e/ou patrocínio para a realização dos coffee-breaks; -----
 5. Colaborar na divulgação do evento junto da sua rede de contactos;
- Considerando que a Associação Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável, assume a responsabilidade pelo: -----

1. Envio dos convites aos Keynote Speakers; -----
2. Assegurar as respetivas viagens e alojamento; -----
3. Disponibilizar e gerir um website dedicado ao evento, onde constarão todas as informações necessárias, bem como eventuais parceiros patrocinadores; -----

4. Criação e gestão de um endereço de correio eletrónico específico do evento; -----

5. Organização geral do evento. -----
Considerando que, no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33º do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----

II - Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta e procedimentos: -----

a) Que seja aprovada a matriz do Protocolo a celebrar entre a Associação Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e o Município de Chaves, conforme documento que se anexa à presente proposta; -----

b) Que seja legitimado o Presidente da Câmara, em representação do Município de Chaves, a outorgar o mencionado Protocolo; -----

c) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à referida entidade, através da emissão da competente notificação, para posterior assinatura do Protocolo; -----
Chaves, 30 de maio de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Dr. Nuno Vaz) -----

Anexo: Minuta do Protocolo -----

MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO GREEN LINES - INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. -----

OUTORGANTES -----

PRIMEIRO OUTORGANTE: **MUNICÍPIO DE Chaves**, com sede em CHAVES, com o NIPC 501205551, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro. -----

SEGUNDO OUTORGANTE: **Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável**, com sede na Avenida Alcaides de Faria, nº 377, s.12, 4750-106 Barcelos, com o NIPC 508 028 183, representado pelo seu Presidente da Direção, Sérgio Lira. -----

PREÂMBULO -----

Tendo em consideração que a Associação Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos dez anos intensa atividade de âmbito cultural e científica, nomeadamente com a organização de eventos científicos, acumulando assim uma vasta rede de contactos e larga experiência organizativa, celebra-se o presente Protocolo que se destina a regular a colaboração entre o Município de Chaves e a Associação Green Lines, Instituto para o Desenvolvimento Sustentável para a realização de um evento sobre Turismo Sustentável, em Outubro de 2018, e que se rege pelos seguintes termos: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA -----

Objeto -----

1. O segundo outorgante organizará um evento sobre Turismo Sustentável, que incluirá a presença de cinco (5) especialistas internacionais (John Everard Tunbridge; Richard Butler; Peter Davis; Dragana Lucija Ratković Aydemir; Antonio Miguel Nogués-Pedregal) como *Keynote Speakers*, conforme lista anexa (Anexo1); -----

2. O evento contará com sessões para apresentações dos projetos desenvolvidos, em desenvolvimento ou previstos para a região que tenham relação com o Turismo Sustentável; -----

3. O evento contará com dois momentos de visita, um à região e a alguns pontos de maior relevância estratégica para o Turismo Sustentável, e outro dedicado à cidade de Chaves, ao seu património e equipamentos culturais e turísticos; -----

4. O evento terá um programa semelhante ao que se detalha em anexo (Anexo 2); -----

5. O acesso às sessões e atividades do evento será livre e gratuita, sujeita a inscrição prévia junto do segundo outorgante. -----

CLÁUSULA SEGUNDA -----

Formas de cooperação -----

1. O primeiro outorgante apoiará realização deste evento no valor de 4.000,00 euros (quatro mil euros); -----

2. A verba referida no número anterior deverá ser transferida para a conta bancária do segundo outorgante: 50% (cinquenta por cento) até quatro meses antes da realização do evento; 50% (cinquenta por cento) durante a primeira semana subsequente a realização do evento. -----

3. O primeiro outorgante, ou outra entidade que venha a designar, disponibilizará a título gracioso instalações adequadas ao evento e respetivo apoio e meios técnicos (auditório, mesas, cadeiras e audiovisuais), incluindo a montagem necessária à boa utilização dos espaços; -----

4. O primeiro outorgante far-se-á representar nas sessões protocolares de abertura e encerramento do evento; -----

5. O primeiro outorgante disponibilizará transporte para a realização das visitas referidas acima, em 3.; -----

6. O primeiro outorgante encontrará parceiro e/ou patrocínio para a realização dos *coffee-breaks* previstos no programa; -----

7. O primeiro outorgante colaborará na divulgação do evento junto das suas redes de contactos; -----

8. Serão da responsabilidade do segundo outorgante os convites aos *Keynote Speakers* bem com as respetivas viagens e o alojamento; -----

9. Será da responsabilidade do segundo outorgante a criação, disponibilização e gestão de um *site-web* específico do evento, onde constarão todas as informações necessárias bem como os parceiros e patrocinadores; -----

10. Será da responsabilidade do segundo outorgante a criação e gestão de um endereço de correio eletrónico específico do evento; -----

11. Será da responsabilidade do segundo outorgante a organização e gestão do evento, salvo nos pontos acima mencionados; -----

CLÁUSULA TERCEIRA -----

Âmbito geográfico e territorial -----

1. O evento deverá incidir sobre a Região do Alto Tâmega, e a sua realização prevê-se para Chaves e Vidago; -----

CLÁUSULA QUINTA -----

Duração -----

1. O presente Protocolo caduca com a realização do evento. -----

CLÁUSULA SEXTA -----

Entrada em vigor -----

1. O presente Protocolo entrará imediatamente em vigor à data da sua assinatura pelos representantes dos dois outorgantes. -----

MUNICÍPIO DE CHAVES

Chaves, _____ de 2018

**Green Lines - Instituto para o
Desenvolvimento Sustentável**
Barcelos, _____ de

2018

O Presidente da Câmara Municipal

O Presidente da Direção

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo interpelado, o Senhor Presidente da Câmara, relativamente à Associação signatária do protocolo, em apreciação, não sendo a mesma do seu conhecimento. -----
Questionou, ainda, o Senhor Presidente da Câmara, no sentido de saber se a Autarquia não teria capacidade instalada para desenvolver esta actividade. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
1 - A associação, em causa, tem uma vasta experiência, nesta área de intervenção, sendo certo que esta parceria permite aportar uma grande qualidade à iniciativa, a qual poderá, num futuro, trazer vantagens competitivas para o território, na área do turismo sustentável. -----
2 - Com a dimensão associada aos objetivos do protocolo, o Município de Chaves não teria condições internas, tendo em vista a organização de iniciativas desta natureza. -----

De seguida, usou da palavra, o Senhor Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo interpelado, o Senhor Presidente da Câmara, sobre a eventual outorga, pela associação signatária, de protocolos semelhantes, com outros Municípios do Alto Tâmega, nomeadamente, com a Câmara Municipal de Montalegre. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
1 - Da informação que dispõe, sobre a matéria, na presente data, esta parceria apenas foi constituída com o Município de Chaves. -----
2 - A celebração deste protocolo veio a ser, tecnicamente, ponderada e sugerida, pela Divisão municipal competente. -----
3 - O objetivo central deste protocolo é, sobretudo, dar visibilidade à própria Vila de Vidago, no âmbito do turismo termal, e dos equipamentos culturais existentes no Concelho de Chaves. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas e Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.3. REGULAMENTO DE HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAVES - APROVAÇÃO DEFINITIVA -. PROPOSTA N.º 38/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Justificação -----

1. Considerando que, no pretérito dia 19/04/2018, veio a ser adotada deliberação, pelo órgão executivo camarário, consubstanciada na aprovação do Projeto de Regulamento de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves; -----
2. Considerando que tal instrumento regulamentar visa prosseguir os seguintes objetivos essenciais: -----

- a) Alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos pertencentes ao 2º grupo, podendo, estes, funcionar entre as 6 horas e as 2 horas do dia imediato, de Domingo a Quinta-Feira, e entre as 6 horas e as 3 horas do dia imediato às sextas, sábados ou dias imediatamente anteriores a feriados ou dias santos; -----
- b) Alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos pertencentes ao 3º grupo, podendo, estes, funcionar, durante todos os dias da semana, das 15 horas às 6 horas; -----
- c) Alargamento do horário de funcionamento para os estabelecimentos enquadrados no 2º e 3º grupo, no período associado aos meses de Verão (julho e agosto), e em determinadas épocas festivas, devidamente identificadas, por forma a não sujeitar os proprietários e ou exploradores dos estabelecimentos a um processo burocrático equivalente ao aplicável para a autorização excecional de alargamento de horário de funcionamento; -----
- d) Alargamento do horário de funcionamento das esplanadas instaladas no domínio público municipal, até às 2h, estabelecendo-se regras específicas de organização e funcionamento das mesmas; -----
- e) Consagração da possibilidade da Câmara Municipal criar zonas especiais de animação noturna, que beneficiem de um regime especial de funcionamento, a definir em função das especificidades das mesmas;
- f) Consagração de regras quanto ao regime de funcionamento do próprio estabelecimento, enquadrado no 2º grupo, muito concretamente, funcionamento com portas e janelas fechadas a partir das 24h, em vista a minimizar situações de incomodidade e perturbação do descanso dos moradores e da segurança pública nas imediações dos estabelecimentos;
- g) Consagração de regras quanto ao regime de permanência no estabelecimento após o horário de encerramento; -----
- h) Clarificação do regime sancionatório aplicável, na sequência do cometimento de infrações ao Regulamento; -----
- i) Introdução da figura da sanção acessória, aplicável nos casos mais graves de infração reiterada. -----
3. Considerando que, no estrito cumprimento das disposições combinadas previstas no nº3 e nº4, do art. 100º e art. 101º do CPA, o aludido Projeto de Regulamento foi submetido a consulta pública, pelo período de 30 dias, em vista à apresentação, por parte dos interessados de sugestões e ou observações tendentes à melhoria das soluções nele consagradas; -----
4. Considerando que, durante tal fase participativa, em vista a dar cumprimento ao estatuído no art. 3º do DL nº 48/96 e ulteriores alterações, foi promovida a consulta junto das seguintes entidades¹: Polícia de Segurança Pública de Chaves, ACISAT- Associação Empresarial do Alto Tâmega, Associação de moradores do Centro Histórico de Chaves, bem como junto dos proprietários/exploradores dos Estabelecimentos Comerciais de Chaves, tendo sido ouvidas, pelo Presidente da Câmara,

¹ Refira-se que, no dia 5/06/2018 e no dia 8/06/2018, deram entrada, nos serviços deste Município, três requerimentos, apresentados, respetivamente, pela ACISAT e pela firma Ferreira e Ferreira, Lda ("Biblioteca Bar") e Bar Bom Balanço, Lda ("Danceteria Press" e "Platz Disco"), cujos subscritores acabaram por ter participação direta na reunião havida, sobre a matéria, com o Presidente da Câmara, razão pela qual tais requerimentos não exigem aqui uma apreciação mais detalhada e fundamentada. -----

em reunião havida, no dia 8/06/2018, no Salão Nobre do Edifício Paços do Concelho; -----

5. Considerando que tal Projeto de Regulamento mereceu a concordância de tais entidades tendo sido introduzidas, durante este período, pequenos ajustamentos ao clausulado do Regulamento, no sentido de acolher as sugestões aí apresentadas, permitindo um melhor aperfeiçoamento da redação conferida às disposições nele incorporadas, sendo certo que, tais modificações, não comprometem substancialmente a filosofia perfilhada pelo Regulamento, sugestões, essas, que se encontram, devidamente, destacadas a negrito no texto final do Projeto de Regulamento em causa e cujo teor integral se anexa à presente Proposta; -----

6. Considerando que estão, assim, reunidos, do ponto de vista procedimental, todos os requisitos legalmente exigidos para a ulterior aprovação definitiva, por parte do órgão executivo camarário, do Projeto de Regulamento em causa; -----

7. Considerando, ainda, que, ao abrigo das disposições combinadas previstas no art. 241º da CRP, na alínea g), do nº1, do art. 25º e alínea k), do nº1, do art. 33º, todos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e ainda no DL nº 48/96, de 15 de maio, com as alterações introduzidas pelo DL nº 10/2015, de 16 de janeiro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do Município; -----

II - Da Proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima evidenciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adote deliberação no sentido de: -----

a) Aprovar, agora, definitivamente, o Projeto do Regulamento de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves, de acordo com o disposto na alínea K), do nº1, do art. 33º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conforme documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente Proposta; -----

b) Sequencialmente, alcançado tal desiderato referido na alínea anterior, deverá o Projeto de Regulamento ser agendado para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do art. 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

c) Por último, que se proceda à publicação do referido Regulamento de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves, no Diário da República, no respetivo Boletim Municipal, na Internet, (no sítio institucional do município), Jornal Local e através de Edital afixado nos lugares de estilo, verificando-se, como é óbvio, a sua aprovação nos termos anteriormente sugeridos, tudo isto, de acordo com as disposições combinadas previstas no art.139º do Código do Procedimento Administrativo e art. 56º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Chaves, 11 de junho de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Nuno Vaz) -----

Em Anexo: - O referido Projeto de Regulamento; -----

- Os referidos requerimentos (3). -----

REGULAMENTO DE HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAVES -----**NOTA JUSTIFICATIVA -----**

O regime de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais da cidade de Chaves encontra-se, atualmente, previsto no Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves, publicado na II - Série do Diário da República n.º 206, de 21 de novembro de 2015. -----

O referido instrumento regulamentar foi elaborado, após a entrada em vigor do DL n.º 10/2015, de 16/01/2015, o qual veio regular o novo regime jurídico de acesso e exercício de atividades comércio, serviços e restauração (RJACSR). -----

O DL n.º 10/2015 (RJACSR), para além de estabelecer a disciplina jurídica aplicável aos referidos setores, procedeu também à alteração do DL n.º 48/96, de 15 de maio, alterado pelos Decretos-Lei n.º 126/96, de 10 de agosto, 111/2010, de 15 de outubro e DL n.º 48/2011, de 1 de abril, o qual estabelece o regime de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. -----

Nos termos do disposto no art. 1.º do DL n.º 48/96 de 15 de maio, alterado pelo DL n.º 10/2015, de 16 de janeiro, os estabelecimentos de venda ao público, de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, os estabelecimentos de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizem, de forma acessória, espetáculos de natureza artística, os recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos passaram a ter horário de funcionamento livre. No entanto, entendeu, o Município de Chaves, que a plena liberalização dos horários de funcionamento, tendo como objeto este tipo de estabelecimentos, poderia levar ao agudizar de um conjunto de situações de incomodidade e ou perturbação do sossego e qualidade de vida dos cidadãos residentes, com projeção ambiental negativa, em determinados setores e em determinadas zonas da cidade, indissociável da poluição sonora potencialmente geradora de situações de incomodidade para as pessoas que vivem nas proximidades de tais estabelecimentos, designadamente, estabelecimentos de bebidas. -----

De facto, pela sua natureza, tais estabelecimentos são, especialmente, suscetíveis de gerar problemas de perturbação do direito ao descanso dos moradores, bem como episódios de perturbação da segurança pública, nas suas imediações, sobretudo, nos casos de encerramento a horas mais tardias (período noturno). -----

Neste contexto, entendeu-se adequado fazer uma restrição ao horário de encerramento de certos tipos de estabelecimentos que, pela sua natureza, são suscetíveis de afetar a tranquilidade e repouso dos cidadãos. -----

Sendo certo que, após a entrada em vigor do aludido instrumento regulamentar, inúmeros proprietários/exploradores de estabelecimentos comerciais, enquadrados na situação descrita no parágrafo anterior, vieram, junto do Município, manifestar o seu descontentamento, pela restrição do horário de funcionamento, particularmente, no que respeita aos estabelecimentos integrados no 2.º grupo, tendo em linha de conta a crise que, de uma forma geral, tal setor de atividade vem atravessando, nos últimos anos, situação que poderia determinar o encerramento de muitos desses estabelecimentos, com nítido prejuízo para o desenvolvimento económico e turístico do Concelho. -----

Dever-se-á salientar que, partindo de tal exposição de motivos, desde a aprovação do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, no ano de 2015, vieram a ser,

administrativamente, sancionados, sucessivamente, regimes excecionais e transitórios de alargamento de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais pertencentes ao 2º grupo e que se enquadram nas situações previstas no art. 4º do Regulamento, permitindo, por esta via, o seu regular funcionamento, até às 2h durante todos os dias da semana. -----

Nesta perspetiva, colhendo a experiência de aplicação do Regulamento Municipal, até aqui, em vigor, sobre a matéria, partindo de uma justa ponderação dos interesses, público e privado, que possa melhor conciliar, por um lado o interesse público indissociável do direito ao sossego das populações locais, e, por outro lado, a relevância económica deste setor de atividade, com projeção, manifestamente, positiva na dinamização da economia local e do turismo, torna-se necessário proceder à elaboração de um novo Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais que possa dar cumprimento, a tal desiderato conciliatório, procedendo-se a uma revogação global do Regulamento municipal, em vigor. -----

Impõe-se, assim, a elaboração de um novo Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves, o qual visa prosseguir os seguintes objetivos essenciais:

j) Alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos pertencentes ao 2º grupo, podendo, estes, funcionar entre as 6 horas e as 2 horas do dia imediato, de Domingo a Quinta-Feira, e entre as 6 horas e as 3 horas do dia imediato às sextas, sábados ou dias imediatamente anteriores a feriados ou dias santos; -----

k) Alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos pertencentes ao 3º grupo, podendo, estes, funcionar, durante todos os dias da semana, das 15 horas às 6 horas; -----

l) Alargamento do horário de funcionamento para os estabelecimentos enquadrados no 2º e 3º grupo, no período associado aos meses de Verão (julho e agosto), e em determinadas épocas festivas, devidamente identificadas, por forma a não sujeitar os proprietários e ou exploradores dos estabelecimentos a um processo burocrático equivalente ao aplicável para a autorização excecional de alargamento de horário de funcionamento; -----

m) Alargamento do horário de funcionamento das esplanadas instaladas no domínio público municipal, até às 2h, estabelecendo-se regras específicas de organização e funcionamento das mesmas; -----

n) Consagração da possibilidade da Câmara Municipal criar zonas especiais de animação noturna, que beneficiem de um regime especial de funcionamento, a definir em função das especificidades das mesmas;

o) Consagração de regras quanto ao regime de funcionamento do próprio estabelecimento, enquadrado no 2º grupo, muito concretamente, funcionamento com portas e janelas fechadas a partir das 24h, em vista a minimizar situações de incomodidade e perturbação do descanso dos moradores e da segurança pública nas imediações dos estabelecimentos;

p) Consagração de regras quanto ao regime de permanência no estabelecimento após o horário de encerramento; -----

q) Clarificação do regime sancionatório aplicável, na sequência do cometimento de infrações ao Regulamento; -----

r) Introdução da figura da sanção acessória, aplicável nos casos mais graves de infração reiterada. -----

O mérito de tais objetivos, acima, evidenciados, veio a ser partilhado com a PSP do Núcleo de Chaves, bem como, com a ACISAT, enquanto entidade representativa dos estabelecimentos comerciais de restauração e bebidas, no Concelho de Chaves, concluindo-se, pela necessidade de

intervenção, neste âmbito, de forma a conciliar a defesa dos interesses económicos, empresariais e de lazer, com a segurança e a salvaguarda do direito ao descanso, enquanto direito fundamental e individual da proteção da qualidade de vida dos cidadãos, razão pela qual se propõe a adoção de um novo regulamento de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Município de Chaves. -----

Neste contexto, numa lógica de efetiva ponderação dos custos e dos benefícios das medidas projetadas, no presente Regulamento, embora tal avaliação não possa ser, quantitativamente, mensurável, o mesmo pretende estabelecer uma adequada síntese entre, por um lado, a dinâmica das atividades económicas e ou estabelecimentos comerciais, nele, abrangidos, com impacto muito positivo para o desenvolvimento local e para a atividade turística do Concelho e, por outro lado, o direito ao sossego e à tranquilidade dos cidadãos, enquanto direito com tutela Constitucional. -----

Em reunião ordinária, realizada em 19 de abril de 2018, da Câmara Municipal de Chaves, foi aprovada a proposta do novo Regulamento de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho de Chaves. -----

Após aprovação pelo aludido órgão executivo, a proposta foi submetida, nos termos do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, a consulta pública, por um período de 30 dias, através da sua publicação na II Série do Diário da República nº. 88, de 08 de maio de 2018, de Edital e no sítio institucional da Câmara Municipal de Chaves. -----

Na fase de consulta pública, dando cumprimento ao disposto no art. 3º do DL nº 48/96, de 1 de abril e ulteriores alterações, foi promovida a consulta junto das seguintes entidades: Polícia de Segurança Pública de Chaves, ACISAT- Associação Empresarial do Alto Tâmega, AMOCHAVES - Associação de Moradores do Centro Histórico de Chaves, bem como junto dos proprietários/exploradores dos Estabelecimentos Comerciais de Chaves. -----

Assim: -----

Nos termos do artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, da alínea g), do nº 1, do artigo 25º e da alínea k), do nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de maio, alterado pelos Decretos-Lei nº 126/96, de 10 de agosto, 216/96, de 20 de novembro, 111/2010, de 15 de outubro, 48/2011, de 1 de abril, e 10/2015, de 16 de janeiro, foi aprovada, em reunião do órgão executivo municipal, realizada no dia _____, e ulteriormente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão realizada no dia _____, a proposta nº.38/GAP/2018, consubstanciada no novo Regulamento de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves.

Artigo 1º -----

Objeto -----

1 - O presente Regulamento tem por objeto estabelecer o regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais de venda ao público e de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, os estabelecimentos de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou se realizem, de forma acessória, espetáculos de natureza artística, os recintos fixos de espetáculos e divertimentos públicos não artísticos, situados no Concelho de Chaves, regem-se pelo presente Regulamento.

2 - Entende-se por estabelecimentos englobados no número anterior todos aqueles que disponibilizem, por qualquer meio, bens ou serviços, à população em geral ou a grupos de cidadãos em especial, independentemente da natureza jurídica da entidade promotora ou

gestora, seja ela sociedade comercial, associação sem fins lucrativos, fundação ou outra. -----

Artigo 2º -----

Classificação por grupos de estabelecimentos -----

Para efeitos de fixação dos respetivos períodos de abertura e encerramento, os estabelecimentos classificam-se em 4 grupos:-----

1 - Estabelecimentos pertencentes ao 1.º grupo: -----

a) Hipermercados, supermercados, minimercados, estabelecimentos de frutas e legumes e outras lojas especializadas em produtos alimentares; -----

b) Talhos, peixarias e charcutarias; -----

c) Estabelecimentos de venda de pão, incluindo os designados por pão quente; -----

d) Drogarias e perfumarias; -----

e) Lojas de vestuário, calçado e artigos de pele; -----

f) Retrosarias, bazares e atalhados; -----

g) Lavandarias; -----

h) Papelarias e livrarias; -----

i) Ourivesarias, relojoarias e material ótico; -----

j) Lojas de materiais de construção, ferragens, ferramentas, utilidades e quinquilharias; -----

k) Artigos elétricos, informáticos, eletrodomésticos e artigos de som e imagem; -----

l) Lojas de mobiliário, antiguidades e decorações; -----

m) Stands de compra e venda de veículos automóveis, motociclos e outros veículos a motor, máquinas agrícolas e acessórios, -----

n) Barbearias, salões de cabeleireiro e similares;-----

o) Artigos de desporto; -----

p) Plantas, sementes e produtos animais; -----

q) Ervanárias; -----

r) Ginásios, Academias e Health Club; -----

s) Clubes de vídeo e sex shop; -----

t) Centros de bronzeamento artificial; -----

u) Estabelecimentos de colocação de piercings e tatuagens; -----

v) Oficinas de manutenção e reparação de veículos automóveis, motociclos e ciclomotores; -----

w) Casas de jogos lícitos, incluindo máquinas mecânicas e eletrónicas;-----

x) Floristas; -----

y) Tabacarias e quiosques; -----

z) Estabelecimentos de venda de produtos de interesse turístico, designadamente de artesanato, recordações, postais, revistas, jornais, artigos de filatelia, de fotografia e de vídeo: -----

aa) Galerias e exposições de arte; -----

bb) Agências de viagem e de aluguer de automóveis; -----

cc) Estabelecimentos afins aos referidos nas alíneas anteriores.---

2- Estabelecimentos pertencentes ao 2.º grupo: -----

a) Cafés, cafetarias, pastelarias, gelatarias, casas de chá, leitarias e cervejarias; -----

b) Restaurantes, Snack-bares, bares, pubs, casas de pasto, adegas típicas e similares; -----

c) Pizzarias, marisqueiras, Cibercafés e "Lan House"; -----

d) Associações sem fins lucrativos, destinadas a fornecer serviços de alimentação e de bebidas exclusivamente ao respetivo pessoal e associados e seus acompanhantes; -----

e) Casas de Fado; -----

f) Estabelecimentos afins aos referidos nas alíneas anteriores. ---

- 3- Estabelecimentos pertencentes ao 3º grupo: -----
- a) Estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço destinado a dança; -----
 - b) Clubes noturnos; -----
 - c) Discotecas; -----
 - d) Cabarets, dancings e boîtes; -----
 - e) Casinos e salas de bingo; -----
 - f) Estabelecimentos afins aos referidos nas alíneas anteriores. ---
- 4 - Estabelecimentos pertencentes ao 4º grupo: -----
- a) Centros de enfermagem e primeiros socorros; -----
 - b) Farmácias; -----
 - c) Estabelecimentos hoteleiros e de alojamento; -----
 - d) Postos de abastecimento de combustíveis e lubrificação, estações de serviço e estações rodoviárias; -----
 - e) Estabelecimentos instalados nas gares rodoviárias, áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis de funcionamento permanente; -----
 - f) Agências funerárias; -----
 - g) Estabelecimentos de acolhimento de crianças e idosos; -----
 - h) Parques de estacionamento; -----
 - i) Parques de Campismo; -----
 - j) Outros estabelecimentos afins ou equiparáveis aos referidos nas alíneas anteriores.-----

- Artigo 3º -----

Regime Geral de abertura e funcionamento -----

1 - Sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes, os estabelecimentos de venda ao público, de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, os estabelecimentos de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizem, de forma acessória, espetáculos de natureza artística, os recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos, podem adotar os horários previstos nos nº 2 a 4 do presente artigo. -----

2 - Os estabelecimentos pertencentes ao 1º grupo, podem funcionar entre as 8 horas e as 24 horas, todos os dias da semana. -----

3 - Os estabelecimentos pertencentes ao 2.º grupo, podem funcionar entre as 6 horas e as 2 horas do dia imediato, de Domingo a Quinta-Feira, e entre as 6 horas e as 3 horas do dia imediato às sextas, sábados ou dias imediatamente anteriores a feriados ou dias santos.

4 - Os estabelecimentos pertencentes ao 3º grupo, podem funcionar durante todos os dias da semana das 15 horas às 6 horas. -----

5 - Os estabelecimentos mistos ficam sujeitos a um único horário em função da atividade principal, estabelecido de acordo com os limites fixados no presente Regulamento. -----

6 - Os estabelecimentos pertencentes ao 2º grupo **têm, obrigatoriamente, de** funcionar com portas e janelas fechadas a partir das 24 horas. -----

Artigo 4º -----

Estabelecimentos de carácter não sedentário -----

Aos estabelecimentos de carácter não sedentário, nomeadamente as unidades móveis e amovíveis localizadas em espaços públicos ou privados de acesso público, aplicam-se os limites ao horário do seu funcionamento constantes do art.º 3º do presente Regulamento. -----

Artigo 5º -----

Mercados Municipais -----

1- As lojas situadas no mercado municipal sem comunicação direta com o exterior, estão sujeitas ao horário de funcionamento normal dos serviços municipais. -----

2- Os estabelecimentos localizados no mercado municipal com comunicação direta com o exterior podem optar pelo período de funcionamento previsto no nº1 ou do grupo de estabelecimentos a que pertencem. -----

Artigo 6º -----

Estabelecimentos pertencentes ao 4º grupo -----

Sem prejuízo de legislação especial aplicável, os estabelecimentos pertencentes ao 4º grupo têm horário de funcionamento livre. -----

Artigo 7º -----

Afixação do mapa de horário de funcionamento -----

Em cada estabelecimento deve estar afixado o mapa de horário de funcionamento em local bem visível do exterior. -----

Artigo 8º -----

Permanência nos estabelecimentos -----

1- Fica a cargo do titular e ou explorador do estabelecimento a adoção das medidas necessárias, em vista a assegurar o encerramento do estabelecimento à hora fixada, devendo encerrar as portas e suspender toda a atividade musical, caso exista. -----

2- Entende-se que o estabelecimento está encerrado quando, cumulativamente, tenha a porta fechada, não disponha de clientes no seu interior, não permita a entrada de clientes, cesse o fornecimento de quaisquer bens ou prestação de quaisquer serviços dentro ou fora do estabelecimento e suspenda toda a atividade musical, caso exista.

3- Decorridos 15 minutos após o horário de encerramento, é, expressamente, proibida a permanência de clientes ou pessoas estranhas ao serviço no interior do estabelecimento. -----

4- No caso de não cumprimento do disposto nos números anteriores, considera-se para todos os efeitos, que o estabelecimento se encontra em funcionamento. -----

Artigo 9º -----

Horário das esplanadas -----

1 - As esplanadas instaladas no Concelho de Chaves podem funcionar até às 2 horas. -----

2 - Aquando do encerramento da esplanada, deve ser removido do espaço público o respetivo mobiliário, com exceção daquele que não prejudique a mobilidade pedonal, a circulação e o estacionamento automóvel.

3 - Nas situações de exceção, fica a cargo do proprietário a limpeza do espaço utilizado para esplanada. -----

4 - É, expressamente, proibida a instalação de aparelhos que produzam som no exterior do estabelecimento, com exceção de aparelhos de televisão desde que não sejam utilizados para fins de reprodução musical. -----

5 - A instalação de esplanadas pelos titulares e ou exploradores dos respetivos estabelecimentos deverá ser feita de acordo com o estatuído no DL nº 10/2015, de 16 de janeiro. -----

Artigo 10º -----

Regime excecional -----

1- A Câmara Municipal de Chaves tem competência para alargar os limites fixados no presente Regulamento, por sua iniciativa ou a requerimento do interessado, devidamente fundamentado, desde que se observem cumulativamente os seguintes requisitos: -----

a) Os estabelecimentos situarem-se em locais em que os interesses de atividades profissionais ligados ao turismo o justifiquem; -----

- b) Não afetem a segurança, tranquilidade e o repouso dos cidadãos residentes; -----
- c) Não desrespeitem as características socioculturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento. -----
- 2- A Câmara Municipal deve ter em conta os interesses dos consumidores, as novas necessidades de ofertas turísticas e novas formas de animação e revitalização dos espaços sob a sua jurisdição.
- 3- A Câmara Municipal tem ainda competência para restringir os limites fixados no presente Regulamento, por sua iniciativa ou pelo exercício do direito de petição dos interessados, desde que estejam comprovadamente em causa razões de segurança e ou de proteção da qualidade de vida dos cidadãos. -----
- 4- No caso referido no número anterior, a Câmara Municipal deve ter em conta, em termos de proporcionalidade com os motivos determinantes da restrição, quer os interesses dos consumidores, quer os interesses das atividades económicas envolvidas. -----
- 5- O alargamento ou a restrição dos períodos de abertura e funcionamento de qualquer atividade económica, envolve a consulta das seguintes entidades: -----
- a) As Associações de consumidores que representem todos os consumidores em geral;-----
- b) A Junta de Freguesia onde o estabelecimento se situa e nos casos em que o estabelecimento se situe em zona de fronteira com outra freguesia, a Junta de Freguesia que em termos territoriais lhe seja adjacente; -----
- c) As Associações sindicais que representem os interesses socioprofissionais dos trabalhadores do estabelecimento em causa;---
- d) As associações patronais do setor que representem os interesses da pessoa, singular ou coletiva, titular da empresa requerente. ----
- 6- As entidades consultadas devem pronunciar-se no prazo de 10 dias a contar da data de receção do pedido de consulta. -----
- 7- Considera-se haver concordância daquelas entidades com a pretensão formulada se os respetivos pareceres não forem recebidos dentro do prazo fixado no número anterior. -----
- 8- No período associado aos meses de Verão - julho e agosto -, o horário de funcionamento dos estabelecimentos enquadrados no 2.º e 3.º grupo é alargado até às 3 horas e até às 7 horas, respetivamente, para todos os dias da semana, mantendo-se o horário do funcionamento das esplanadas, conforme previsto no nº1, do art.º 9º do presente Regulamento. -----
- 9- Em épocas festivas, os estabelecimentos pertencentes ao 2º e 3º grupo do presente Regulamento podem estar abertos até às **3he30m** e até às 7 horas, respetivamente, nos termos que a seguir se indicam: ----
- a) Na época do Natal e Fim do Ano (de 20 de dezembro a 02 de janeiro do ano seguinte): em todas as noites de sexta-feira para sábado, de sábado para Domingo, vésperas de Natal e vésperas de Ano Novo; ----
- b) No Carnaval: na noite de sexta-feira para sábado, de sábado para domingo e de segunda-feira para terça-feira, dias, estes, que antecedem o dia de Carnaval; -----
- c) Na Páscoa: na noite de quinta-feira santa para sexta-feira santa, de sexta-feira santa para sábado, e de sábado para domingo, dias, estes, que antecedem o domingo de Páscoa; -----
- d) No dia que anteceder o feriado municipal - 8 de julho - e no dia do feriado municipal; -----
- e) No período coincidente com a realização da Festa dos Povos; ---
- f) Na Feira dos Santos de Chaves (de 29 de outubro a 01 de novembro).

10 - A Câmara Municipal pode criar zonas especiais de animação noturna, que beneficiem de um regime especial de funcionamento, a definir em função das especificidades das mesmas. -----

Artigo 11º -----

Contraordenações -----

Em conformidade com o disposto no art. 5º do DL nº 48/96, de 15 de maio, com as alterações introduzidas pelo DL nº 10/2015, de 16 de janeiro, constitui contraordenação punível com coima: -----

a) De €150,00 a €450,00, para pessoas singulares, e de €450,00 a €1500,00, para pessoas coletivas, a falta de afixação do mapa de horário de funcionamento, em local bem visível do exterior;

b) De €250,00 a €3750,00, para pessoas singulares, e de €2500,00 a €25000,00, para pessoas coletivas, o funcionamento do estabelecimento fora do horário estabelecido no presente Regulamento. -----

Artigo 12º -----

Sanções acessórias -----

Em caso de reincidência e quando a culpa do agente e a gravidade da infração o justifique, pode ser aplicada, simultaneamente, com a coima prevista no artigo anterior, as seguintes sanções acessórias: -----

a) Redução do horário de funcionamento **de 3 horas**, durante um período que poderá ser fixado entre 15 dias (mínimo) e 90 dias (máximo); -----

b) Encerramento do estabelecimento durante um período não inferior a 3 meses e não superior a 2 anos. -----

Artigo 13º -----

Fiscalização -----

A fiscalização do cumprimento do estatuído no presente Regulamento Municipal compete aos serviços municipais de fiscalização, à Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública e à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica. -----

Artigo 14º -----

Encerramento imediato -----

As autoridades de fiscalização mencionadas no artigo anterior podem determinar o encerramento imediato do estabelecimento ou esplanada que se encontre a laborar fora do horário de funcionamento estabelecido.

Artigo 15º -----

Legislação subsidiária -----

Em tudo que não estiver previsto no presente Regulamento regem as disposições legais aplicáveis em vigor. -----

Artigo 16º -----

Norma Revogatória -----

Com a entrada em vigor do presente Regulamento, é revogado o Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves, publicado na 2ª série do Diário da República, nº 206, de 21 de outubro de 2015.-----

Artigo 17º -----

Entrada em vigor -----

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação, nos termos legais.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.4. CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO "A VOZ DA JUVENTUDE"; - RESOLUÇÃO. PROPOSTA 40/GAP/2018.--

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes -----

1. Considerando que o prédio sito na Rua Dr. Júlio Martins, freguesia de Santa Maria Maior, Concelho de Chaves, se encontra inscrito na respetiva matriz sob o artigo 2078º, a favor do Município de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 1671/20090402, da referida freguesia; -----

2. Considerando que, na sequência de procedimento prévio de contratação, veio a ser celebrado com a associação "A Voz da Juventude", no dia 18/02/2013, um contrato de comodato, tendo como objeto a cedência do imóvel supra identificado, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente proposta sob o n.º 1; -----

3. Considerando que o contrato foi celebrado pelo período de 10 anos, renovável por igual período, se não for denunciado por qualquer das partes contratantes e desde que se verifique o cumprimento escrupuloso de todas as obrigações previstas na clausula 9ª, do mesmo contrato; -----

4. Considerando que o prédio, em causa, foi cedido ao comodatário, a fim de que este se sirva dele para fins diretamente relacionados com a criação e desenvolvimento de um Centro de Artes Criativas, com a obrigação de o restituir assim que o primeiro outorgante o exija, conforme disposto na clausula 2ª, do contrato de comodato celebrado, bem como no ponto 4, do caderno de encargos patenteado no procedimento que precedeu a celebração do referido contrato de comodato; -----

5. Considerando que o contrato de comodato poderá ser feito cessar com base nas seguintes razões, a saber: -----

- a) Revogação por acordo das partes; -----
- b) Não obstante a existência de prazo, por resolução, nos termos do artigo 1140º, do Código Civil, por qualquer uma das partes; -----
- c) Por caducidade, causada por extinção ou falência do comodatário;
- d) Por decurso do prazo estipulado. -----

6. Considerando que, no caso de resolução, a desocupação do prédio comodatado é exigível no final do mês seguinte à resolução. -----

II - Do comodato -----

1. Considerando que o contrato de comodato é um contrato gratuito pelo qual uma das partes proporciona à outra, mediante entrega, o gozo temporário de uma coisa, móvel ou imóvel, com a obrigação da restituir.-----

2. Considerando que o contrato de comodato não se confunde com o contrato de arrendamento, assentando, antes, nas seguintes características, a saber: -----

- a) Natureza real, já que só se considera constituído e perfeito com a entrega da coisa (móvel ou imóvel); -----
- b) Natureza pessoal (intuitu personae), na medida em que é celebrado apenas no interesse ou benefício do comodatário; -----
- c) Gratuitidade, uma vez que apesar de fazer surgir obrigações para o comodatário, nenhuma delas se apresenta como contrapartida pela utilização da coisa; -----
- d) De execução continuada ou periódica, dado que prolonga a utilização da coisa pelo comodatário até que seja obrigado a restituí-la; -----
- e) Não sinalagmático, uma vez que não existe qualquer nexo de corresponsabilidade ou relação de interdependência entre as partes signatárias, fundamentando-se em razões de cortesia, de favor ou gentileza do comodante a favor do comodatário. -----

3. Considerando que o artigo 1140º, do Código Civil, determina, expressamente, que *"não obstante a existência de prazo, o comodante pode resolver o contrato se para isso tiver justa causa."* -----
4. Considerando, contudo, que o legislador não concretizou o conceito de justa causa, pelo que o mesmo deverá ser encontrado de forma casuística, ou seja, aferido caso a caso. -----
5. Considerando que nos termos do disposto na cláusula 12ª, do contrato celebrado entre as partes, é conferido ao comodante, no caso o Município de Chaves, o direito de resolução do contrato com fundamento, designadamente, no incumprimento das obrigações do comodatário previstas na cláusula 9ª, do mesmo contrato. -----
6. Considerando que a cláusula 9ª, do contrato de comodato, em causa, determina como obrigações do comodatário, entre outras: -----
- Dar cumprimento ao programa de ação apresentado/proposto e descritivo das atividades a realizar no Centro de Artes Recreativas;
 - Não aplicar o imóvel a fim diverso daquele a que o prédio se destina.
7. Considerando que, conforme decorre do texto da cláusula 12ª, do contrato de comodato, o incumprimento das obrigações estipuladas para o comodatário não é o único motivo de justa causa para resolução do contrato, deixando a mesma, através do recurso ao advérbio "designadamente", abertura para a existência de outras razões que possam comprometer a continuidade do mesmo.-----
8. Considerando que entre os deveres jurídicos originados pelo contrato de comodato se poderão incluir, desde logo, os de conduta, sendo que estes, ainda que não previstos de forma expressa, se concretizam em deveres de proteção, como sejam o de lealdade, consideração e informação relativamente ao comodante e ao bem comodatado; -----
9. Considerando, nesta justa medida, que consubstanciará justa causa, para além dos elencados, de forma não taxativa, no contrato de comodato, todo o facto suscetível de determinar a inexigibilidade ética e jurídica da subsistência do contrato, e que pode derivar tanto de violação das obrigações objetivamente previstas, como da violação de deveres umbilicalmente associados às mesmas, fundados na confiança e na boa-fé, reforçados quer pela natureza gratuita e temporária do comodato, quer pela finalidade pública associada ao imóvel objeto do comodato; -----
10. Considerando que, a fim de verificar o cumprimento das obrigações supra referidas, condição, diga-se, essencial para a continuidade do contrato de comodato, o Município de Chaves solicitou, nos dias 16/01/2018 e 14/02/2018, pedidos de esclarecimento quanto ao desenvolvimento e cumprimento do programa associado às atividades realizadas no Centro de Artes Recreativas, desde a celebração do contrato de comodato, bem como a apresentação de relatório sobre a execução das mesmas e, ainda, informações sobre o uso que tem vindo a ser dado ao bem cedido, documentos cujo teor aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais e que se anexam à presente proposta sob os n.ºs 2 e 3; -----
11. Considerando que, não obstante os pedidos formulados, a comodatária não respondeu ao Município de Chaves, impossibilitando-o, nesta justa medida, de aferir o cumprimento, ou não, de tais obrigações; -----
12. Considerando que, neste contexto, o silêncio, por parte da comodatária, relativamente a aspetos essenciais para a continuidade do contrato de comodato, representa, para além de incumprimento de um dever associado à sua posição de comodatária (dever de informação),

uma total desconsideração pela comodante, preenchendo nesta justa medida o conceito de justa causa para resolução do contrato; -----

13. Considerando, por último, que o Município de Chaves pretende levar a efeito o desenvolvimento de atividades criativas ligadas ao empreendedorismo, bem como a instalação de um espaço de co-working, para pós-licenciados e apoio a bolsas de investigação; -----

14. Considerando que as iniciativas acima referidas revestem um claro interesse público para o desenvolvimento do Concelho de Chaves; -----

15. Considerando que o espaço que foi cedido para a associação "A Voz da Juventude" reúne todas as condições necessárias para o desenvolvimento das retromencionadas iniciativas, não dispondo, o Município de Chaves, de outro espaço, na presente data, para concretização das mesmas. -----

III - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, em coerências com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte: -----

a) Determinar a resolução do contrato de comodato celebrado com a associação "A Voz da Juventude", no dia 18/02/2013, tendo como objeto o prédio sito na Rua Dr. Júlio Martins, freguesia de Santa Maria Maior, Concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 2078º, a favor do Município de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 1671/20090402, da referida freguesia, por incumprimento das obrigações da comodatária, nos termos, e para os efeitos, do disposto no artigo 1140º, do Código Civil e na cláusula 12ª, do contrato de comodato; -----

b) Notificar a associação "A Voz da Juventude" da resolução do contrato de comodato, em causa, informando-a das razões que justificaram tal decisão, devendo a mesma proceder à desocupação do prédio no final do mês seguinte à resolução, conforme previsto no n.º 3, da cláusula 12ª, do referido contrato de comodato; -----

c) Logo que seja restituído o prédio, dever-se-á promover o exame do mesmo, a fim de verificar o seu estado atual; -----

d) Sendo certo que não assiste à associação, supra identificada, qualquer indemnização, seja a que título for, pela realização de obras ou benfeitorias, considerando-se as mesmas parte integrante do prédio, nos termos do disposto no artigo 1138º, do Código Civil e na cláusula 5ª, do contrato de comodato celebrado entre as partes. -----

Chaves, 8 de junho de 2018. -----

O Presidente da Câmara (Nuno Vaz) -----

Em anexo: A referida documentação. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - A Câmara Municipal deve monitorizar e fiscalizar todos os comodatos que celebra com as demais associações do Concelho. -----

2 - Em sua opinião, a proposta assenta em fundamentos muito frágeis para justificar a justa causa do comodato, em apreciação. -----

3 - Do ponto de vista formal, as comunicações havidas com a associação, estão assinadas, pelo Adjunto do Presidente da Câmara, sendo duvidoso que o mesmo tenha legitimidade para fazer tais diligências. -----

4 - Por outro lado, na situação, em apreciação, nem sequer veio a ser estabelecido/fixado um prazo, a favor da associação comodatária, para que a mesma pudesse apresentar o respetivo relatório. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Estranha que as questões apresentadas, pelo Vereador interveniente, sejam, todas elas, de natureza formal, e não de natureza substancial, ainda que quanto às primeiras, as mesmas estejam, devidamente, acauteladas, tanto mais que a associação não deu cumprimento ao seu dever de prestar informação, de forma regular, sobre a atividade, por si, desenvolvida, embora a mesma tenha sido, sucessivamente, notificada, para o efeito. -----

2 - Por outro lado, face à natureza do contrato - empréstimo -, o mesmo permite ao Município, sustentadamente, afectar o edifício a outra ação de relevante interesse municipal, justificadora da justa causa e fundamentadora da resolução do contrato, em apreciação. ----

3 - O dever de informação que recai, sobre a associação, e constante do protocolo, foi, gravemente, violado, pela Associação. -----

4 - Tal dever de reporte foi, recorrentemente, violado, pela associação, nomeadamente, sobre a atividade concreta desenvolvida, pela mesma, no edifício objeto de comodato. -----

De seguida, usou da palavra, o Senhor Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, tendo, sobre a matéria, apresentado por escrito a seguinte declaração: -----

É do conhecimento público a meritória atividade que a Associação Voz da Juventude tem desenvolvido, em prol dos tempos livres das nossas crianças. -----

Com ambos os pais ocupados nas suas profissões e com horários preenchidos durante o dia, nos tempos livres e nas férias, tem sido, esta associação a apoiar as crianças, mantendo-as ocupadas com diversas atividades que têm sido do agrado delas e dos pais que depositam na associação toda a confiança. -----

É pois, pelo histórico recente, uma atividade social que consideramos de enorme importância para os nossos cidadãos, tanto mais o Edifício do ex Magistério primário está bem localizado, próprio para o desenvolvimento de atividades com as que a Associação Voz da Juventude tem levado a cabo. -----

Com esta atitude proposta por V^a Ex^a, Senhor Presidente, quem vai ficar a perder, são as crianças e estas, bem sabemos, não têm qualquer culpa. -----

Em meu entender, esta situação devia ser bem ponderada, pois, friso, estão em causa centenas de crianças que poderão ser impedidas, se esta proposta for avante, de ser completamente felizes, ao verem ser-lhe negadas uma série de atividades que até aqui usufruíam. -----

Precisamente, independentemente de qualquer opção política, o meu voto contra vai no sentido de prever que centenas de crianças vão ficar prejudicadas com esta decisão. -----

De seguida, usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara Municipal, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - Durante o anterior mandato suscitou, por diversas vezes, a questão centrada no facto de que o objeto da candidatura que permitiu a reabilitação do edifício, tinha como fundamento a "Criação de um Centro de Industrias Criativas", não podendo o mesmo ser destinado a sede da "Fundação Nadir Afonso" e, bem assim, à criação de salas de estudo ou funcionar como uma despensa de produtos alimentares de apoio a pessoas carenciadas, entre outros usos e/ou funcionalidades incompatíveis com a dita candidatura. -----

2 - Neste contexto, a presente proposta acaba por constituir uma obrigação cívica e política, tendo em vista a devida reposição da verdade material, no sentido de restituir à afetação do edifício ao fim que esteve subjacente à candidatura que veio a financiar a sua efetiva reabilitação. -----

De seguida, usou da palavra, a Senhora Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - As questões formais, anteriormente referidas, pelo Vereador do PSD, Arq. Carlos Penas, não podem, nem devem ser desvalorizadas. ----

2 - De facto, quando se solicita a uma Associação um relatório, desde a sua fundação, contendo toda a atividade, por si, desenvolvida, a qual abrange, vários períodos de gestão, obrigando, para o efeito, a coligir toda a informação e factos mais relevantes da vida da Associação, é tarefa que, inquestionavelmente, exige algum tempo. ---

3 - É do seu conhecimento que a Associação está a produzir o referido relatório. -----

4 - Nesse contexto, seria razoável o adiamento da decisão a adotar, sobre este assunto, sendo interpelada a Associação, em vista à apresentação do sobredito relatório, em prazo fixado, sob pena, aí sim, de resolução do contrato de comodato. -----

5 - O não estabelecimento de um prazo, para o efeito, constitui uma omissão relevante que não deve, neste caso, ser desconsiderada. -----

6 - Se a associação der cumprimento ao dever de apresentação, de tal relatório, no prazo fixado, o mesmo deverá ser objeto de ponderação e só depois praticada a decisão, sobre a matéria, nomeadamente, a eventual resolução, por justa causa, do contrato de comodato. -----
Concluindo a sua intervenção, sobre a matéria, a Vereadora interveniente questionou, ainda, o Senhor Presidente da Câmara, sobre a devida ponderação quanto à situação dos Pais que, durante o período de férias escolares que se avizinha, estão a contar com os serviços prestados, pela Associação, para a ocupação dos tempos livres dos seus filhos. -----

Aproveitou, também a oportunidade, no sentido de questionar, o Senhor Presidente da Câmara, para o número de associações que têm contratos de comodato celebrados com o Município, e se a todas as associações outorgantes foram interpeladas para a apresentação dos relatórios, em causa, ou, ao invés, se tal diligência apenas foi observada, junto da Associação "Voz da Juventude". -----

De seguida, usou, novamente, da palavra, o Vice-presidente da Câmara Municipal, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido, sobre a matéria, adicionalmente, os seguintes comentários: -----

1 - Existe aqui um equívoco muito grande, no âmbito da análise da matéria, aparentemente, controvertida, a saber: -----

a) as atividades desenvolvidas, pela referida associação, para além de desvirtuarem a própria finalidade do edifício, criam desigualdades no próprio mercado, tornando-se numa situação de concorrência desleal, para o mercado, em geral, que paga os seus impostos; -----

b) Tal situação sai ainda agravada com o uso indevido de meios e/ou apoios municipais. -----

2 - A Administração pública não pode, assim, dar cobertura a uma situação, claramente, lesiva do interesse público. -----

De seguida, usou, novamente, da palavra, o Senhor Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo

reiterado a sua posição de partida, sobre a matéria, em apreciação, ou seja, para poder votar, em consciência, a proposta apresentada enferma de várias questões formais que fragilizam a sustentabilidade da decisão, as quais deveriam ser, previamente, removidas. -----

Na sequência dos comentários acima, exarados, usou, novamente, da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido, adicionalmente, o seguinte: -----

1 - As questões formais estão, absolutamente, salvaguardadas, tanto mais que a obrigação da associação era apresentar, sem qualquer interpelação, junto do Município, o respetivo relatório de atividades;

2 - A associação, manifestou, assim, total desinteresse, no sentido de cumprir o seu dever de informação, sobre as atividades, por esta, regularmente, desenvolvidas. -----

3 - Existe, ainda, um outro equívoco: as atividades desenvolvidas, pela associação - atividades desportivas ou de formação - nada têm a ver com o objeto e os objetivos do contrato, indissociáveis da afetação do edifício à instalação do centro de incubação de indústrias criativas. -----

4 - Esta situação traduz uma violação clara do próprio contrato de comodato, sendo certo que este aspeto, diga-se, evidenciado, pela Vereadora do Partido Social Democrata, acaba por reforçar a decisão de resolução do comodato. -----

5 - A associação comodatária parece que está, agora, a elaborar um relatório que deveria ter sido apresentado, anualmente, desde o início da respetiva vigência ocorrida em 2013, facto que evidência um incumprimento grosseiro do próprio contrato de comodato. -----

6 - Este dever de informação deve ser prestado por todas as associações que beneficiam de apoios, financeiros e/ou logísticos, da Autarquia, sendo certo que tal dever de informação tem sido solicitado, pelo Gabinete de Apoio à Presidência, junto de todas as associações beneficiárias. -----

Concluindo o encerramento quanto à discussão deste assunto, usou, ainda, da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, tendo manifestado a sua discordância quanto à concessão, à Associação comodatária, de um novo prazo para a apresentação do relatório de atividades, quando a mesma vem incumprindo, ao longo dos anos, tal dever de informação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas e Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.5. ALARGAMENTO, EXCECIONAL, DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS PERTENCENTES AO 2º GRUPO DO REGULAMENTO MUNICIPAL EM VIGOR. PROPOSTA Nº 44/GAP/2018 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

1) Considerando que o Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, em vigor no Concelho de Chaves, foi publicado na II - Série do Diário da República n.º 206, de 21 de novembro de 2015; -----

- 2) Considerando que os estabelecimentos pertencentes ao segundo grupo, podem funcionar entre as 6 horas e as 2 horas do dia imediato, durante todos os dias da semana, exceto aos sábados ou dias imediatamente anteriores a feriados ou dias santos, em que é permitido o funcionamento até às 4 horas do dia imediato, conforme previsto no n.º 3, do art. 3º, do aludido Regulamento Municipal. -----
- 3) Considerando que os estabelecimentos comerciais pertencentes ao 2º grupo e que se enquadrem no art. 4º do Regulamento Municipal, em causa, podem funcionar até às 02 horas durante todos os dias da semana, à luz do regime excecional e transitório, em vigor.² -----
- 4) Considerando que, no próximo dia 16 de junho de 2018, irá ter lugar o evento denominado "Festa Branca", com o envolvimento dos bares instalados na Travessa Cândido Reis, os quais participam e dinamizam o evento em causa, possibilitando um ambiente festivo, e que se inicia, nesse dia, com a 17.ª edição do Festival Infantil da Canção; -----
- 5) Considerando que, neste contexto, o art. 10º, sob a epígrafe "Regime Excecional", do retrocitado Regulamento, prevê que a Câmara Municipal, por sua iniciativa ou a requerimento do interessado, tem competência para alargar os limites fixados no Regulamento de Horário de funcionamento dos estabelecimentos Comerciais, em vigor, para este tipo de Estabelecimentos - 2º Grupo -; -----
- 6) Considerando que o alargamento dos limites fixados no regime geral de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, **tem carácter excecional** ³; -----
- 7) Considerando que o alargamento dos períodos de funcionamento de qualquer atividade económica está condicionada pela audição das entidades externas previstas no n.º 5, do art. 10º, do referido Regulamento; -----
- 8) Considerando que o evento em causa irá decorrer, na noite de 16 de junho (sábado) para 17 de junho de 2018 (Domingo), na Travessa Cândido dos Reis, tendo sido, por isso, apenas auscultada a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior; -----
- 9) Considerando que, nesse sentido, as entidades externas consultadas - Junta de freguesia anteriormente identificada, ACISAT e DECO, emitiram parecer favorável ao alargamento, excecional, do horário de funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do 2º grupo, conforme documentos cujo teor se anexam à presente proposta; -----
- 10) Considerando que, desde a entrada em vigor do Regulamento Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho de Chaves, a estratégia de atuação da Autarquia, no que concerne ao alargamento dos horários dos estabelecimentos comerciais à luz de tal regime excecional, tem passado por deferir tais pedidos, desde que todas as entidades consultadas manifestem a sua pronúncia favorável, no sentido de reconhecer os fundamentos da excecionalidade invocada;
- 11) Considerando, por último, que se encontram reunidos os pressupostos indispensáveis ao agendamento deste assunto, para uma próxima reunião de câmara, em vista ao sancionamento administrativo da correspondente proposta centrada, precisamente, na autorização do alargamento, excecional, do regime de horário de funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais, muito concretamente,

² Deliberação tomada pelo órgão executivo camarário, em sua reunião realizada no pretérito dia 25 de janeiro de 2018. -----

³ Veja-se, neste sentido, o art. 10º do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, em vigor neste Concelho, sob a epígrafe "Regime Excecional". -----

aqueles que pertencem ao 2º grupo do regulamento em vigor, sitos na Trav. Cândido dos Reis, até às 04 horas do dia 17 de junho (Domingo).-

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente expostas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte Proposta: -----

a) Que seja praticada decisão administrativa, consubstanciada na autorização de alargamento, excecional, dos limites fixados no Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, em vigor no Concelho de Chaves, para os estabelecimentos integrados no 2º (incluindo aqueles que se enquadram no art. 4º), sitos na Trav. Cândido dos Reis, freguesia de Sta. Maria Maior, permitindo o seu funcionamento com o seguinte horário: -----

- de sábado, dia 16 junho, para domingo dia 17 junho de 2018, até às 4 Horas; -----

b) Para efeitos da presente proposta, as entidades exploradoras dos estabelecimentos comerciais integrados no 2º grupo do Regulamento Municipal, abrangidas pelo presente alargamento de horário de funcionamento, deverão assegurar o encerramento⁴ do estabelecimento à hora fixada; -----

c) Que se proceda à publicação da deliberação que vier a ser tomada, sobre a matéria, no estrito cumprimento do disposto no art. 56º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

d) Por último, caso a presente proposta seja aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á dar conhecimento da deliberação tomada, sobre a matéria, aos órgãos competentes em matéria de fiscalização do cumprimento de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, nomeadamente, à Polícia de Segurança Pública de Chaves, tudo isto, nos termos do art. 5º do DL nº 48/96, de 15 de maio, alterado pelo DL nº 10/2015, de 16 de janeiro. -----

Chaves, 11 junho de 2018 -----
O Presidente da Câmara -----
(Nuno Vaz) -----

Em anexo: Pareceres das entidades externas (ACISAT e Junta de Freguesia de Santa Maria Maior) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.6. TERMAS ROMANAS DE CHAVES - AVALIAÇÃO DAS ANOMALIAS RELACIONADAS COM A HUMIDADE INTERIOR. OFICIO LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente o ofício identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----
Senhor Presidente, -----

⁴ Considera-se que o **estabelecimento comercial está encerrado**: -----

i. Quando, cumulativamente, tenha a porta fechada e não permita a entrada de clientes, cesse o fornecimento de quaisquer bens ou a prestação de quaisquer serviços, quer no interior, quer no exterior do estabelecimento, e estejam desligados todos os equipamentos de som e/ou audiovisuais. -----

i.i Após o horário de encerramento fixado, concede-se um período de tolerância de 15 minutos, em vista a permitir a saída, pacífica, dos clientes que ainda permaneçam no interior do estabelecimento. -----

Junto se envia o memorando "Termas Romanas de Chaves. Apreciação preliminar das necessidades de ventilação" de 27 de abril de 2018, o qual traduz Parecer Preliminar proposto LNEC através do ofício n. 626, de 2018-02-21, e aceite por essa entidade em ofício de 2018-03-23. -- Como é do vosso conhecimento, este Parecer foi apresentado e discutido em reunião que teve lugar na Câmara Municipal de Chaves 2018-05-09, e na qual se analisaram cenários possíveis de resolução das anomalias existentes. -----

Com este envio considera-se concluído o estudo preliminar proposto. Nestas condições anexa-se a fatura no valor de 800,00€ (Oitocentos euros) acrescido de IVA a taxa legal em vigor, correspondente à 2ª prestação do custo do estudo. -----

De acordo com o proposto no ofício 626, e reafirmado nas conclusões da citada reunião de 2018-05-09, o LNEC mantém-se disponível para um procedimento da colaboração com a Câmara Municipal de Chaves, nomeadamente, através de um estudo mais aprofundado dos cenários de resolução das anomalias existentes e de ações de apoio ao projeto e à implementação da solução escolhida, em condições a definir oportunamente, em diálogo com os vossos técnicos. -----

Com os melhores cumprimentos e consideração -----

O Conselho Diretivo -----

Maria de Lurdes Antunes -----

(Vogal do Conselho Diretivo) -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.05.28-----

À reunião do Executivo Municipal para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

Ausentou-se da sala, o Vereador do Partido Social Democrata, Sr. João Carlos Alves Neves, quando eram 11:30 horas, não tendo participado na análise, discussão e votação dos assuntos abaixo mencionados. -----

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO - PRESCRIÇÃO. INFORMAÇÃO N°. 103/DAF/2018. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - Preliminares -----

1. Foram entregues, no dia 10 de maio de 2018, nestes serviços os processos identificados na listagem em anexo, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação. -----

2. Sendo certo que em diligências efetuadas pelo Sr. Orlando Machado, funcionalmente integrado na DAF, foram, os referidos processos, encontrados no arquivo municipal, sito no edifício Paços do Concelho, no dia 10 de maio de 2018. -----

3. Por razões que estes serviços desconhecem, os retromencionados processos contraordenacionais não tiveram qualquer impulso procedimental, não obstante terem sido enviados, através de protocolo, para o Gabinete de Apoio à Presidência, em tempo oportuno, em vista à prática das diligências procedimentais aplicáveis, designadamente, proposta de fundamentação de decisão, decisão definitiva ou notificações aos arguidos, indispensáveis à conclusão dos processos, em causa. -----

4. Partindo de tal enquadramento, foi solicitado a estes serviços pronúncia sobre as consequências advenientes de tal inação, em especial, quanto aos prazos de prescrição previstos no quadro legal em vigor. -----

5. Assim, sobre a matéria, cumpre informar o seguinte: -----

II - Das situações registadas -----

1. Da análise dos processos entregues nesta unidade orgânica - DAF -, registaram-se, desde logo, um conjunto de situações diferentes, a saber: -----

a) Processos que, não obstante a conclusão da fase de instrução e defesa do arguido, não foram remetidos para a DAF, em vista à elaboração de proposta de decisão; -----

b) Processos que, não obstante terem sido objeto de despacho superior determinando a aplicação de sanção, as respetivas decisões não foram notificados aos arguidos⁵; -----

c) Processos em que existe decisão final, devidamente notificada, mas o arguido não procedeu ao pagamento da coima; -----

d) Processos em que existe decisão final, tendo o respetivo arguido procedido ao pagamento da coima. -----

2. Neste contexto, e por forma a facilitar a análise dos processos em causa, foram os mesmos agrupados em função de cada uma das situações supra descritas, sendo tratados, nesta justa medida, em capítulos autónomos. -----

III - Dos prazos de prescrição -----

1. Em matéria de prescrição, o Decreto-Lei n.º 433/82, de 27/10 e ulteriores alterações, estabelece, nos seus artigos 27º e ss., dois tipos de prescrição, muito concretamente, a prescrição do procedimento e a prescrição da coima. -----

2. A prescrição do procedimento pressupõe a inexistência de decisão definitiva sobre determinado processo, dentro dos prazos definidos no artigo 27º, a contar da prática da contraordenação, a saber: -----

a) Cinco anos, quando se trate de contraordenação a que seja aplicável uma coima de montante máximo igual ou superior a (euro) 49879,79; -----

⁵ De acordo com a prática dos serviços, após a prática de despacho superior sobre a proposta de decisão, o decisor final elaborava decisão final, tendo por base a proposta sancionada, no estrito cumprimento do disposto no artigo 58º, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27/10 e ulteriores alterações, documento cujo teor era notificado ao arguido. Desconhecem-se, contudo, as razões que justificaram que a decisão final nunca tivesse sido elaborada e o processo remetido para o arquivo, não obstante a existência de proposta de decisão. -----

- b) Três anos, quando se trate de contraordenação a que seja aplicável uma coima de montante igual ou superior a (euro) 2493,99 e inferior a (euro) 49879,79; -----
- c) Um ano, nos restantes casos, -----
3. A prescrição da coima verifica-se quando, existindo a aplicação de uma coima, de forma definitiva ou com trânsito em julgado, a mesma não seja cobrada nos prazos referidos no artigo 29º, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27/10 e ulteriores alterações, a saber: -----
- a) Três anos, no caso de uma coima superior ao montante máximo previsto no n.º 1 do artigo 17º; -----
- b) Um ano, nos restantes casos. -----
4. Nestes casos, o prazo conta-se a partir do carácter definitivo ou do trânsito em julgado da decisão condenatória. -----
5. Atenda-se, contudo, que existem situação em que os prazos de prescrição são interrompidos ou suspensos. -----
6. A interrupção provoca a recontagem do prazo de prescrição, voltando o mesmo ao início. -----
7. A suspensão determina a paragem do prazo, retomando-se a contagem do mesmo uma vez que cesse a causa de suspensão, não destruindo, contudo, o prazo já decorrido antes da causa de suspensão. -----
8. Relativamente à prescrição do procedimento, a mesma considera-se suspensa, nos termos do artigo 27º-A, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27/10 e ulteriores alterações, nas seguintes situações: -----
- a) Não puder legalmente iniciar-se ou continuar por falta de autorização legal; -----
- b) Estiver pendente a partir do envio do processo ao Ministério Público até à sua devolução à autoridade administrativa, nos termos do artigo 40.º; -----
- c) Estiver pendente a partir da notificação do despacho que procede ao exame preliminar do recurso da decisão da autoridade administrativa que aplica a coima, até à decisão final do recurso. -----
9. A prescrição do procedimento por contraordenação interrompe-se:-
- a) Com a comunicação ao arguido dos despachos, decisões ou medidas contra ele tomados ou com qualquer notificação; -----
- b) Com a realização de quaisquer diligências de prova, designadamente exames e buscas, ou com o pedido de auxílio às autoridades policiais ou a qualquer autoridade administrativa; -----
- c) Com a notificação ao arguido para exercício do direito de audição ou com as declarações por ele prestadas no exercício desse direito; -
- d) Com a decisão da autoridade administrativa que procede à aplicação da coima. -----
10. A prescrição do procedimento tem sempre lugar quando, desde o seu início e ressalvado o tempo de suspensão, tiver decorrido o prazo da prescrição acrescido de metade. -----
11. Já no que concerne à prescrição da coima, o prazo suspende durante o tempo em que por força da lei a execução não pode começar ou não pode continuar a ter lugar, a execução foi interrompida ou foram concedidas facilidades de pagamento. -----
12. A prescrição da coima interrompe-se com a sua execução, nos termos do disposto no artigo 30º-A, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações, e ocorre quando, desde o seu início e ressalvado o tempo de suspensão, tiver decorrido o prazo normal da prescrição acrescido de metade. -----
13. É pois, partindo de tal enquadramento legal, que deverão ser analisadas as situações individuais e concretas, descortinando se as mesmas, por força da prescrição, se encontram, ou não, na presente data, extintas. -----

14. De facto, verificando-se a prescrição do procedimento, a Autarquia Local perde o direito de poder perseguir e punir, pelo meio sancionatório correspondente, o agente autor de uma infração punida e prevista como contraordenação. -----

15. Por último, importa referir que o pagamento da coima extingue o procedimento, pelo que nos processos em que o arguido procedeu ao pagamento da coima não se deverá falar em extinção por prescrição, dado que o mesmo foi concluído antes de se verificar o decurso do prazo prescricional. -----

IV - Da análise das situações individuais e concretas -----

a) Processos em que existe decisão final, devidamente notificada, mas o arguido não procedeu ao pagamento da coima -----

1. Como se viu, anteriormente, existem, no quadro legal em vigor, dois tipos de prescrição, muito concretamente, a do procedimento e a da coima. -----

2. Nestes casos, tendo existido efetiva aplicação da coima, começaram a correr, desde o momento em que a decisão de tornou definitiva ou transitou em julgado, o prazo de prescrição previsto no artigo 29º, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações.

3. Não existindo impugnação, a decisão que aplicou uma coima torna-se definitiva findo o prazo de 20 dias úteis, contado a partir do conhecimento, por parte do arguido, da sanção aplicada, de acordo com as disposições combinadas previstas, respetivamente, no n.º 3, do artigo 59º e artigo 60º, ambos do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações. -----

4. Vejamos, pois, os processos que se encontram na situação supra descrita: -----

Processo	Prazo de prescrição	Decisão definitiva	Suspensão	Fim da suspensão	Prescrição	Estado
117/2012	1 ano	11/04/2013	-	-	11/04/2014	Prescrito
162/2008	1 ano	14/04/2011	-	-	14/04/2012	Prescrito
153/2008	1 ano	14/04/2011	-	-	14/04/2012	Prescrito

5. Ora, da análise do quadro supra, rapidamente se conclui que as sanções aplicadas nos três processos, supra identificados, se encontram, na presente data, prescritas, pelo que, nos termos e por força do disposto no artigo 29º, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações, as mesmas deixaram de ser exigíveis, circunstância que inviabilizará, logo à partida, qualquer tentativa de execução. -----

6. De facto, conforme resulta da retromencionada disposição legal, decorridos que sejam os períodos de três anos para as coimas de valor superior a 3740,98€ e um ano para as restantes, sem que tenha sido executada a coima, entende-se que não é razoável continuar a constranger o agente da contraordenação por uma infração cuja repercussão social vai diminuindo pelo esquecimento em que a envolve o tempo decorrido. -----

7. Por outro lado, com a aplicação das coimas nos processos contraordenacionais discriminados no capítulo anterior, foram, ainda, aplicadas as respetivas custas processuais. -----

8. Relativamente a esta matéria, aplica-se o regime previsto no n.º 1, do artigo 37º, do Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26/02 e ulteriores alterações, por força da remissão constante do n.º 1, do artigo 92º, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27/10 e ulteriores alterações. -----

9.Ora, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 37º, do retromencionado Regulamento, o "crédito por custas (...) prescreve no prazo de cinco anos". -----

10. Atenda-se, contudo, que, por força do disposto no artigo 95º, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações, o prazo para impugnação de custas é distinto do prazo de impugnação das sanções aplicadas no âmbito do processo de contraordenação. -----

11. De facto, em matéria de custas, o prazo para impugnar é de 10 dias a partir do conhecimento da decisão a impugnar. -----

12. Ora, da análise dos processos verifica-se que nos processos 153/2008 e 162/2008, as respetivas custas foram aplicadas há mais de cinco anos. -----

13. Relativamente às custas determinadas no processo 117/2012, ainda não decorreu, relativamente às mesmas, o prazo de prescrição. -----

14. Atenda-se, contudo, que, diferentemente do que sucede com a prescrição do procedimento e da coima, a prescrição das custas processuais segue o regime de prescrição previsto no artigo 303º, do Código Civil, pelo que a mesma não é de conhecimento oficioso, necessitando, para ser eficaz, de ser invocada, judicial ou extrajudicialmente, por aquele a quem aproveita⁶. -----

b) Processos que não vieram a ser objeto de decisão definitiva -----

1.Após análise dos processos, em causa, verificamos que são enquadráveis nesta situação, os seguintes processos: -----

293/12; 191/12; 190/12; 175/12; 152/12; 223/08; 217/08; 215/08; 209/08; 190/08; 198/08; 184/08; 143/12; 121/08; 91/08; 83/08; 76/08; 72/08; 71/08; 52/08; 43/08; 32/08; 31/08; 20/08; 246/07; 07/08; 150/07; 120/07; 107/07; 106/07; 87/07; 65/07; 22/07; 08/07; 287/06.

2.Antes de avançar, importa, desde já, referir que a falta de decisão definitiva e respetiva comunicação ao arguido faz com que o prazo de prescrição do procedimento continue a contar. -----

3.Ora, em todos os casos supra assinalados, não vieram os respetivos arguidos a ser notificados de qualquer decisão praticada no âmbito do correspondente processo contraordenacional. -----

4.Aliás, rapidamente se constata que, num número avultado dos processos assinalados, existe uma proposta de decisão, mas não veio a ser praticada decisão definitiva pelo decisor político⁷. -----

5.Assim sendo, e de acordo com as regras legalmente previstas, o prazo de prescrição deverá ser contado a partir do momento em que a contraordenação foi praticada ou, em alternativa, a partir do momento em que se verificou uma das circunstâncias interruptivas da prescrição, a saber: -----

a) Com a comunicação ao arguido dos despachos, decisões ou medidas contra ele tomados ou com qualquer notificação; -----

b) Com a realização de quaisquer diligências de prova, designadamente exames e buscas, ou com o pedido de auxílio às autoridades policiais ou a qualquer autoridade administrativa; -----

⁶ Veja-se, sobre esta matéria, o Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, processo 1262/97.4JAFAR.El, datado do preterido dia 24/04/2012.

⁷ De acordo com a prática dos serviços, após a prática de despacho superior sobre a proposta de decisão, o decisor final elaborava decisão final, tendo por base a proposta sancionada, no estrito cumprimento do disposto no artigo 58º, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27/10 e ulteriores alterações, documento cujo teor era notificado ao arguido. Desconhecem-se, contudo, as razões que justificaram que a decisão final nunca tivesse sido elaborada e o processo remetido para o arquivo, não obstante a existência de proposta de decisão. -----

- c) Com a notificação ao arguido para exercício do direito de audição ou com as declarações por ele prestadas no exercício desse direito;
- d) Com a decisão da autoridade administrativa que procede à aplicação da coima. -----

6.Partindo de tal enquadramento, poder-se-á elaborar a seguinte tabela, a saber: -----

Processo	Prazo de prescrição	Data da Infração	Interrupção	Data da interrupção	Prescrição
293/2012	1 ano	21/08/2012	Alegações/arguido	20/09/2012	20/09/2013
191/2012	1 ano	15/05/2012	Notificação/Edital para exercido do direito de defesa	31/05/2012	31/05/2013
175/2012	1 ano	16/05/2012	Notificação para o exercício do direito de defesa	31/05/2012	31/05/2013
176/2012	1 ano	16/05/2012	Notificação para o exercício do direito de defesa	31/05/2012	31/05/2013
152/2012	1 ano	14/05/2012	Alegações/arguido	12/06/2012	12/06/2012
223/2008	5 anos	25/09/2008	Notificação para o exercício do direito de defesa	16/12/2008	16/12/2013
217/2008	3 anos	16/11/2008	Notificação para o exercício do direito de defesa	11/12/2008	11/12/2011
215/2008	5 anos	11/11/2008	Notificação para o exercício do direito de defesa	15/11/2008	15/11/2013
209/2008	5 anos	29/10/2008	Notificação para o exercício do direito de defesa	22/11/2008	22/11/2013
190/2008	5 anos	13/10/2008	Notificação para o exercício do direito de defesa	7/11/2008	7/11/2013
198/2008	3 anos	10/10/2008	Alegações/Arguido	21/11/2008	21/11/2011
184/2008	3 anos	25/09/2008	Alegações/Arguido	07/11/2008	07/11/2011
143/2012	1 ano	14/05/2012	Notificação para o exercício do direito de defesa	31/05/2012	31/05/2013
121/2008	5 anos	18/08/2008	Alegações/Arguido	12/11/2008	12/11/2013
91/2008	5 anos	30/07/2008	Diligências	03/02/2009	03/02/2014
83/2008	5 anos	1/07/2008	Alegações/Arguido	18/12/2008	18/12/2013
76/2008	3 anos	15/07/2008	Alegações/Arguido	08/08/2008	08/08/2011
72/2008	5 anos	30/06/2008	Alegações/Arguido	04/08/2008	04/08/2013
71/2008	5 anos	17/03/2008	Alegações/Arguido	02/10/2008	02/10/2013
52/2008	5 anos	13/05/2008	Alegações/Arguido	16/06/2008	16/06/2013
43/2008	5 anos	24/04/2008	Notificação para o exercício do direito de defesa	13/05/2008	13/05/2013
32/2008	5 anos	02/04/2008	Notificação para o exercício do direito de defesa	27/09/2008	27/09/2013
31/2008	5 anos	25/03/2008	Notificação para o exercício do direito de defesa	17/06/2008	17/06/2013
20/2008	5 anos	28/02/2008	Notificação para o exercício do direito de defesa	17/03/2008	17/03/2013
246/2007	5 anos	03/08/2007	Alegações/Arguido	15/10/2007	15/10/2012
7/2008	3 anos	15/11/2007	----- -----	----- ---	15/11/2010
150/2007	5 anos	06/06/2007	Alegações/Arguido	20/06/2007	20/06/2012
120/2007	5 anos	26/04/2007	Alegações/Arguido	28/05/2007	28/05/2012
107/2007	5 anos	9/04/2007	Notificação para o exercício do direito de defesa	07/05/2007	07/05/2012

106/2007	5 anos	10/04/2007	Notificação para o exercício do direito de defesa	20/04/2007	20/04/2012
87/2007	5 anos	30/03/2007	Alegações/Arguido	12/06/2007	12/06/2012
65/2007	5 anos	16/03/2007	Notificação para o exercício do direito de defesa	29/03/2007	29/03/2012
22/2007	3 anos	23/10/2006	Alegações/Arguido	22/06/2007	22/06/2010
08/2007	3 anos	04/01/2007	Notificação para o exercício do direito de defesa	05/02/2007	05/02/2010
287/2006	3 anos	03/10/2006	31/12	09/01/2007	09/01/2010

7. Ora, da análise do quadro supra, rapidamente se conclui que todos os processos contraordenacionais nele descritos se encontram, na presente data, prescritos, pelo que, nos termos e por força do disposto no artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações, devem ser considerados extintos⁸. -----

c) Processos em que existe decisão final, devidamente notificada, e os arguidos procederam ao pagamento da coima -----

1. Após análise dos processos, em causa, verificamos que existe um processo enquadrável nesta situação, muito concretamente, o processo de contraordenação n.º 69/08. -----

2. De facto, atendendo aos documentos constantes dos respetivos autos, verifica-se que a arguida procedeu, no dia 20/03/2013, ao pagamento, junto destes serviços municipais, do valor correspondente à quantia de 811,45€, correspondendo 800€ à coima efetivamente aplicada e 11.45€ às custas determinadas no âmbito do referido processo. -----

3. Ora, nos termos do disposto no artigo 88º, do DL 433/82, de 27/10 e ulteriores alterações, o pagamento da coima determina a conclusão do processo contraordenacional, uma vez que o mesmo atingiu, em plenitude, o seu objeto. -----

4. Assim, e em face do princípio "*non bis in Idem*", o qual determina que ninguém pode ser punido duas vezes pelo mesmo fato, dever-se-á considerar o processo de contraordenação n.º 69/08, como concluído e, nesta justa medida, determinado o seu arquivamento. -----

V - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental, a saber:-----

a) Declarar, por força do disposto no artigo 29º, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27/10 e ulteriores alterações, a prescrição das coimas aplicadas nos processos a seguir identificados, com a consequente extinção:-----

Processo	Prescrição
117/2012	11/04/2014
162/2008	14/04/2012
153/2008	14/04/2012

⁸ Veja-se, neste sentido, o acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, processo 07259/13, do dia 13/3/2014, em particular o seguinte excerto: "*1. A prescrição do procedimento contra-ordenacional consubstancia excepção peremptória (pressuposto processual negativo) de conhecimento oficioso em qualquer altura do processo, até à decisão final (...), obstando à apreciação da matéria de fundo e gerando o arquivamento dos autos.*" -----

b) Relativamente à prescrição das custas processuais determinadas nos retromencionado processos contraordenacionais, a mesma não é de conhecimento officioso, necessitando, para ser eficaz, de ser invocada, judicial ou extrajudicialmente, por aquele a quem aproveita, de acordo com o regime previsto no artigo 303º, do Código Civil⁹; -----

c) Não tendo sido invocada, até à presente data, a prescrição das referidas custas, poderá o Município lançar mão do processo executivo previsto no artigo 35º, do Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26/02 e ulteriores alterações, sem prejuízo de, como é evidente, os devedores invocarem a prescrição nos processos em que a mesma se verificar, inviabilizando a cobrança dos respetivos valores em tais processos; -----

d) Determinar a prescrição, e consequente, arquivamento dos seguintes processos de contraordenação, com base nas razões enunciadas nos capítulos anteriores:

Processo	Prescrição
293/2012	20/09/2013
191/2012	31/05/2013
175/2012	31/05/2013
176/2012	31/05/2013
152/2012	12/06/2012
223/2008	16/12/2013
217/2008	11/12/2011
215/2008	15/11/2013
209/2008	22/11/2013
190/2008	7/11/2013
198/2008	21/11/2011
184/2008	07/11/2011
143/2012	31/05/2013
121/2008	12/11/2013
91/2008	03/02/2014
83/2008	18/12/2013
76/2008	08/08/2011
72/2008	04/08/2013
71/2008	02/10/2013
52/2008	16/06/2013
43/2008	13/05/2013
32/2008	27/09/2013
31/2008	17/06/2013
20/2008	17/03/2013
246/2007	15/10/2012
7/2008	15/11/2010
150/2007	20/06/2012
120/2007	28/05/2012
107/2007	07/05/2012
106/2007	20/04/2012
87/2007	12/06/2012
65/2007	29/03/2012
22/2007	22/06/2010
08/2007	05/02/2010
287/2006	09/01/2010

⁹ Ora, da análise dos autos, verifica-se que nos processos n.ºs 153/2008 e 162/2008, as respetivas custas foram aplicadas há mais de cinco anos. Relativamente às custas determinadas no processo n.º 117/2012, ainda não decorreu, relativamente às mesmas, o prazo de prescrição. -----

e) Determinar o arquivamento do processo n.º 69/08, em face da arguida ter procedido ao pagamento da coima e das custas aplicadas no âmbito do referido processo; -----

f) Por último, envio da presente informação ao gabinete do Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Eng.º Vítor Santos. -----

É tudo o que me compete, de momento, informar sobre o presente assunto.

À consideração superior.-----

Chaves, 04 de junho de 2018. -----

O Técnico Superior -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA DATADO DE 2018.06.04 -----

Visto. Concordo com o teor integral da presente informação. À consideração do Vereador Responsável, Eng. Victor Santos.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS DE 2018-06-07 -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. REEMBOLSO DE PAGAMENTO INDEVIDO DE REFEIÇÕES - ANO LETIVO 2017/2018. INFORMAÇÃO/DDSC Nº92/SE Nº52/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

Para o ano letivo 2017/2018 e por deliberação de Câmara, de 15 de setembro de 2017, (Informação DDSC Nº 106/SE Nº 59/2017), os alunos com o escalão A, que frequentam o 1º Ciclo ou a Educação Pré-Escolar, encontram-se isentos do pagamento das respetivas refeições.-----

Considerando que a aluna **Margarida Ramos Grilo**, a frequentar o Jardim de Infância de St.º Estevão, beneficiária do **escalão A**, de acordo com o mapa I, foi posicionada no escalão B, por lapso, desde do início do presente ano letivo, na Plataforma SIGA - Sistema integrado de Gestão e Aprendizagem (EDUBOX), gerida pelo setor de educação;-----

Considerando que a encarregada de educação, da referida criança, **Dª Mónica Ferreira Ramos Grilo**, residente na Rua da Raposeira Nº 2, 5400-750 Santo Estevão Chaves, com o NIF:243197667, tendo em conta o seu posicionamento na Plataforma SIGA, procedeu a pagamentos de refeições, via multibanco, no valor total de **83,95€**, conforme mapa II;-----

Considerando que, a retro mencionada encarregada de educação, só agora deu conta do erro de posicionamento da sua educanda, pelo que contactou, via telefone, o setor de educação e deu conhecimento do lapso, que originou pagamentos indevidos.-----

Assim e face ao exposto solicita-se autorização para que seja efetuado o reembolso do valor de **83,95€**, à encarregada de educação Margarida Ramos Grilo, seguindo, em anexo, prova dos pagamentos efetuados, conforme mapa III.-----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia:-----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem como, do respetivo compromisso, em cumprimento com a LCPA;-----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação; -----

À consideração superior.-----

Chaves, 30 de maio de 2018-----

A Técnica Superior-----

Lídia Pinto-----

Em anexo: Mapa I, Mapa II E Mapa III-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.11-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.06.11-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. REVISÃO DO VALOR DA RENDA RESPEITANTE A TRÊS ARRENDATÁRIOS. BAIRRO SOCIAL DOS AREGOS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 100/SHSDPC Nº 46/2018. ----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2018.06.06-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.11-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.06.11-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. DIAMANTINO DOMINGOS MAIA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 101/SHSDPC Nº 47/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2018.06.05-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.11-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.06.11-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. PROPOSTA Nº 39/GAP/2018.-

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - Justificação-----

O **GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO E CULTURAL DOS ASES DA MADALENA**, NIF 506 703 924, com sede no Largo de S. Roque, Madalena, em Chaves, promotor de atividades desportivas, recreativas e de convívio social, solicita apoio para a realização de uma atividade de grande importância no cartaz dos eventos desportivos do concelho - "Torneio de Futebol de Praia";-----

O **Extreme Clube Lagares**, é uma associação sem fins lucrativos, com sede social na Avenida das Portelas, Lagares, concelho de Penafiel, NIPC 508 773 725, tem por objeto a promoção de atividades desportivas, lazer e divulgação, nomeadamente a promoção do desporto motorizado - motociclismo;-----

Considerando que estas provas desportivas, aportam uma grande afluência de público para assistir a este tipo de eventos desportivos, criando uma dinâmica e uma animação na cidade, digna de registo.-----

Considerando que os apoios financeiros têm em vista a concretização de atividades e ações de carácter desportivo geradoras de dinâmicas benéficas para a população, pelo seu inquestionável contributo para o bem-estar físico e para o convívio da população;-----

Considerando que estes clubes são promotores de atividades desportivas, recreativas e de convívio social, atuando positivamente na ocupação dos seus tempos livres, e por sua vez, imprimindo hábitos e motivações para a prática desportiva continuada; -----

Considerando que estas entidades desportivas em muito contribuem para o desenvolvimento físico e intelectual dos seus atletas;-----

Considerando, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;-----

Considerando que o contrato programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar com as associações, está excluído do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo no entanto sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP;-----

No cumprimento do Artigo 290º. A do CCP é designado gestor do contrato, o Técnico Superior, José Maciel Rua Duque, competindo-lhe em traços gerais, acompanhar permanentemente a boa execução do contrato programa.-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que sejam apoiadas as associações identificadas no quadro anexo, com o valor nele especificado: -----

b) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar, conforme documento anexo a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, o referido documento;-----

c) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto;-----

- Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27.º. Do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação dos contratos-programa que vierem a ser celebrados;-----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;----

d) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionadas no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira.-----

Chaves, 07 de junho de 2018-----

O Presidente da Câmara-----

(Nuno Vaz)-----

Anexo à proposta n.º 39/GAP/18

Entidades	Apoio Financeiro	Classificação Económica
Grupo Desportivo Recreativo e Cultural dos Ases da Madalena	8.000,00	04.07.01.02
Extreme Clube Lagares	1.770,00	04.07.01.02

MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO-----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2018;-----

E -----

Segundo:, com o NIPC....., com sede naem....., neste ato legalmente representada por, (estado civil), residente em....., titular do Cartão de Cidadão n.º....., válido até, com poderes para o ato conferidos por deliberação da de-----

Considerando que, por deliberação camarária, de .../.../2018, foi aprovada a **Proposta nº .../GAP/2018, consubstanciada na atribuição de comparticipação financeira;** -----

Nos termos dos artigos 46º e 47º, da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com o disposto na alínea f), do nº2, do art. 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes:-----

Cláusula 1ª-----

(Objeto)-----

Constitui objeto do presente contrato a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento da Prática Desportiva, que o, apresentou e este Município, referente ao ano 2018, na prática de atividades desportivas e recreativas, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa. -----

Cláusula 2ª-----

(Período de execução do contrato)-----

O programa de atividades desportivas titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no presente ano de 2018.-----

Cláusula 3ª-----

(Comparticipação financeira)-----

1. A comparticipação financeira de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves o, é de € (.....), nos termos do Programa de Atividades, à data, apresentado.-----

2. O Município de Chaves concede, ainda,-----

Cláusula 4ª-----

(Disponibilização financeira)-----

A comparticipação financeira a prestar pelo Município ao, será liquidada da seguinte forma: Transferência para a conta com o-----

Cláusula 5ª-----

(Obrigação de certificação das contas)ⁱ-----

1. O, deve fazer certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas nos termos do disposto no nº 1, do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro.

2. O, para efeitos do disposto no nº2, do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 outubro, deve possuir a sua contabilidade organizada por centro de custos que evidenciam os gastos e rendimentos por contrato-programa.-----

Cláusula 6ª-----

(Combate à violência, à dopagem à corrupção, ao racismo, à xenofobia e todas as formas de discriminação associadas ao desporto)-----

O não cumprimento pelo, do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre sexos, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto (CND) e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implicará o cancelamento da comparticipação financeira.-----

Cláusula 7ª-----

(Gestão do Contrato)-----

Para efeitos do disposto no n.º 1, do Artigo 290 - A, do CCP, foi designado como gestor do contrato o _____, _____, por deliberação de _____, com a função de proceder ao seu acompanhamento e monitorização.-----

Cláusula 8ª-----

(Produção de efeitos)-----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2018.-----

Cláusula 9ª-----

(Entrada em vigor)-----

O Presente contrato-programa entrará em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do Município, no cumprimento do disposto no n.º1, do artigo 14º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.-----

Cláusula 10ª-----

(Publicação)-----

Nos termos do n.º1, do artigo 14º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa será publicado na página eletrónica e ou no boletim municipal desta autarquia.-----

Este contrato foi feito em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes.-----

Chaves, ... de de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal,-----

Nuno Vaz -----

O Presidente do,-----

.....)-----

Em Anexo:-----

- Plano Anual de Atividades de 2018;-----

- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social;-----

- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada;-----

- Cópia dos respetivos Estatutos;-----

- Documento comprovativo da sua legal constituição;-----

- Cópia do NIPC;-----

- Ata da tomada de posse dos corpos dirigentes.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. CERTIDÃO DE DESTAQUE -INFORMAÇÃO 134/DSCH/18 - TÉCNICO: SOFIA TENREIRO ATAIDE COSTA GOMES - ARQ. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

A requerente solicita sob requerimento n.º 813/18, n.º 1122/18 e n.º 1156/18, referente ao processo n.º 288/18, certidão de destaque de uma parcela de terreno, situada na Rua Joaquim José Delgado, freguesia de Santa Maria Maior, no concelho de Chaves. -----

1.1. LOCALIZAÇÃO-----

De acordo com a Caderneta Predial Urbana apresentada, o prédio urbano tem a área total de terreno de 948,00 m2, área de implantação do edifício de 159,00m2, área bruta de construção 266,40m2 e área de logradouro de 789,00m2, inscrita na matriz com o n.º 3149 (teve origem no artigo n.º 4128, da freguesia de Chaves, extinta), situada Rua José Joaquim Delgado, freguesia de Santa Maria Maior, no concelho de Chaves. -----

1.2. ANTECEDENTES-----

1.2.1 Autorização de Utilização n.º 103/17 ao abrigo do n.º 4 do artigo 65.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, para a Licença de Obras n.º 521/89, concedida por vistoria ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 64 do diploma supra citado. -----

1.2.2 Licença de Construção n.º 521/89 para ampliação e alterações do edifício; -----

1.2.3 Cartografia de 1950, folha 5C, escala 1:1000, com a indicação do imóvel. -----

1.3. INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

O processo está instruído de acordo com o disposto no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação (Regulamento n.º 732/2015, publicado a 22 de Outubro), designadamente: -----

1.3.1 Certidão da Caderneta Predial Urbana, de todas as inscrições em vigor emitida pela Autoridade Tributária e aduaneira referente ao prédio abrangido; -----

1.3.2 Procuração de Ana Maria de Araújo Fernandes, na qualidade de Cabeça de Casal de herança aberta por óbito de Dorinda Vilhena de Araújo Fernandes; -----

1.3.3 Escritura de Partilha; -----

1.3.4 Relação de bens para efeitos de imposto de selo; -----

1.3.5 Extrato da planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal em vigor neste Concelho; -----

1.3.6 Levantamento topográfico georreferenciado à escala 1:200, com a delimitação do prédio; -----

1.3.7 Planta de localização à escala 1:2000, assinalando devidamente os limites do prédio; -----

1.3.8 Planta à escala 1:200 elaborada sobre levantamento topográfico, com indicação da parcela a destacar e da parcela sobrança; -----

1.3.9 Relatório com enquadramento no Plano Diretor Municipal, relativamente às classes e categorias de espaços estabelecidas em função do uso dominante do solo, índice de utilização do solo e servidões ou restrições de utilidade pública que impendem no prédio objeto da pretensão; -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. NO REGIME JURÍDICO -----

O pedido apresentado pelo requerente, tem enquadramento legal no disposto no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, pelo facto, de a parcela de terreno se situar em perímetro urbano, estando deste modo Isento de Licença, desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamento público. -

2.2. NAS DISPOSIÇÕES DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL -----

2.2.1 De acordo com extrato da planta de ordenamento nº 34A do Plano Diretor Municipal (PDM), o prédio em análise encontra-se em classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.1 - Cidade de Chaves; -

2.2.2. O prédio encontra-se na Servidão administrativa da "Zona de proteção ao Castelo de Chaves, incluindo os restos de muralhas militares existentes na cidade e os Fortes de São Neutel e São Francisco", M.N., Decreto n.º 28536 de 22 de março de 1938; -----

3. ANÁLISE DO PEDIDO/PARECER -----

Da análise do pedido apresentado constata-se que: -----

3.1. O artigo matricial n.º 3149 foi avaliado a 14/12/2017, depois de emitida Autorização de Utilização nº. 103/17, não está conservado na Conservatória do Registo Predial. A requerente em audiência de interessados, veio a processo informar que pretende efetuar o registo após a emissão da certidão de destaque; -----

3.2. O imóvel objeto do presente processo foi adquirido pelo casal em momento em que tal aquisição não se encontrava subordinada a qualquer obrigação de registo predial. -----

Após o óbito do conjugue marido, e em sede de partilha de bens deste, em 1991, aquele imóvel passou à propriedade única e exclusiva do conjugue mulher - Dorinda Vilhena de Araújo Fernandes. -----

Em anexo ao processo consta escritura de partilhas supra referida, de 1991, encontrando-se o imóvel descrito sob verba n.º 3. -----

Até à data do seu óbito, Dorinda Vilhena de Araújo Fernandes foi a única e exclusiva titular do imóvel, como já referido. -----

Este óbito, ocorrido em Dezembro de 2016, foi atempadamente participado, acompanhado de relação de bens para efeitos de imposto de selo, ao Serviço de Finanças de Chaves, conforme documento em anexo, onde consta o artigo de matriz do imóvel n.º 3149. -----

Assim, não estando a titularidade originária sujeita a registo predial, nem as subseqüentes, resultantes de herança, nos termos do artigo 8º-A, n.º 1, alínea a), iii), do Código de Registo Predial.

3.3. A área da parcela a destacar é de 239,00 m², está inserida em espaço de classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.1 - Cidade de Chaves, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, ou seja, dentro do perímetro urbano. -----

3.4. A parcela sobrança (mãe) ficará com a área total de 709,00 m², área de implantação do edifício de 159,00m² e de logradouro de 550,00m², está inserida em espaço de classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.1 - Cidade de Chaves, de acordo com as

plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, ou seja, dentro do perímetro urbano. -----

3.5. De acordo com as regras de apoio à gestão urbanística, estabelecidas na revisão do PDM de Chaves, para os espaços urbanos consolidados (caso da parcela objeto de destaque), o índice de construção (Ic) no caso da cidade de Chaves, será calculado com o limite máximo de 1,2m²/m². -----

3.6. Para a parcela a destacar, estima-se uma área bruta de construção de 286,80 m². Assim temos que 239,00 (área da parcela a destacar) m² x 1.2 m²/m² (valor do Ic correspondente à localização da parcela) = 286,80 m² (área bruta de construção estimada); -----

3.7. Para a parcela sobrança (mãe), com uma área bruta de construção (habitação, de rés-do-chão e 1º andar), é de 266,40 m² o que equivale a um índice de construção de 0,34m²/m² < 1.2 m²/m² (Ic permitido);

3.8. As parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamento público. -----

3.9. O pedido formulado pelo requerente reúne os requisitos constantes do disposto no n.º 4 do artigo 6º, do Dec.-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no n.º 4 e 9 do artigo 6.º do RJUE, propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar se enquadra no n.º 4 do artigo 6.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; -----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de emissão de certidão de destaque, solicitado sob requerimento n.º 813/18; -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VÍCTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. PEDIDO DE CERTIDÃO REABILITAÇÃO URBANA - INFORMAÇÃO Nº160/DSCH/18 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

a) INTRODUÇÃO -----

A Sra. Joana Rui de Medeiros Videira (3/4 do prédio) e a empresa Maria José Pereira Medeiros, Lda, (1/4 do prédio), na qualidade de proprietários, vieram através do requerimento nº2156/17 solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruíram, na Rua de Santo António, nº 56, 60 e 62, em Chaves, se localiza em área de

reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos: -----

a) Isenção de IMI pelo período de cinco anos (n.º 2 do artigo 71º do Decreto-Lei nº215/89 de 1 de julho - Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF); -----

b) Isenção de IMT na aquisição de prédio urbano objeto de reabilitação urbana (n.º 8 do artigo 71º do EBF); -----

c) Dedução à coleta em sede de IRS, até ao limite de 500€, de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação (n.º 4 do artigo 71.º do EBF); -----

d) Tributação à taxa autónoma de 5%, das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português decorrentes da alienação de imóveis (n.º 5 do artigo 71.º do EBF);

e) Tributação à taxa de 5%, dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento (n.º 7 do artigo 71.º do EBF). -----

A legislação invocada no requerimento foi alterada pela Lei nº114/2017 de 29 de dezembro, orçamento do estado para o ano de 2018. O ponto nº7 do artigo 71º do EBF, referente à isenção de IMI, foi substituído e refere-se agora aos "rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS". O ponto nº 8 do artigo 71º do EBF, referente ao IMT, foi revogado. -----

Assim o pedido, sobre a isenção do IMI e IMT, vai ser analisado à luz das alterações introduzidas pela referida Lei, isto é, ao abrigo do artigo 45º do EBF. -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado na Rua de Santo António, nº 56, 60 e 62, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e está descrito no registo da Conservatória com o nº1896/20090417 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº 6871 (frações A, B e C). -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1 De acordo com o registo da Conservatória do Registo Predial de Chaves, nº1896/20090417, o prédio foi adquirido por Maria José Pereira Medeiros casada com Rui António Alves Videira (proporção de 3/4) e por Maria da Conceição Pereira de Medeiros casada com António José Sá de Oliveira (proporção de 1/4) registado no sistema no dia 2 de fevereiro de 2011. A quota pertencente ao casal Maria José Pereira Medeiros e Rui António Alves Videira foi doada a Joana Rui de Medeiros Videira registada no sistema em 25 de maio de 2012. -----

1.2.2. A Sra. Joana Rui de Medeiros Videira, (3/4) coproprietária do prédio e na qualidade de procuradora da restante quota (1/4) em 6 de agosto de 2013, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aprovado por deliberação da Câmara municipal na reunião datada de 30 de outubro de 2013. -----

1.2.3. O alvará de obras de construção com o nº25/16 foi emitido em 15 de abril de 2016 com o termo para a conclusão da obra em 15 de abril de 2018. -----

1.2.4. Com o pedido de vistoria final das obras a requerente apresentou uma nova certidão do registo da Conservatória onde consta que a quota pertencente ao casal, Maria da Conceição Pereira de Medeiros e António José Sá de Oliveira (proporção de 1/4), foi adquirida, em 28 de novembro de 2016, pela firma Maria José Pereira Medeiros, Lda. -----

1.2.5. Em 13 de julho de 2017 veio a requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 23 de outubro de 2017 com o nº 107/17. -----

b) ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. -----

2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE AO IMI -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU são passíveis de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de três anos, a contar do ano inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro). -----

2.1.2. ENQUADRAMENTO FACE AO IMT -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU que iniciem no prazo de 3 (três) anos a contar da data da aquisição do imóvel, as respetivas obras de reabilitação, são passíveis de isenção de IMT ao abrigo da alínea b) do nº 2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro) ficando dependente do reconhecimento pela Câmara Municipal da área da situação do prédio após as respetivas obras de reabilitação, conforme o nº 4 do artigo 45º do EBF. -----

2.1.3. ENQUADRAMENTO COM A DEDUÇÃO À COLETA EM SEDE DE IRS DOS ENCARGOS SUPOSTADOS COM A REABILITAÇÃO -----

São dedutíveis à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana - ARU e recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com o disposto na alínea a) do nº4 do artigo 71º do EBF. -----

Os encargos previstos com a reabilitação de imóveis localizados em ARU devem ser devidamente comprovados e dependem de certificação prévia por parte do órgão de gestão da área de reabilitação ou da comissão arbitral municipal, de acordo com os nº18 e 24 do artigo 71.º do EBF.

2.1.4. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA AUTÓNOMA DE 5% DAS MAIS-VALIAS -

As mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português decorrentes da primeira alienação, do imóvel localizado em área de reabilitação urbana, são tributadas à taxa autónoma de 5%, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com o nº 5º do artigo 71º do EBF. -----

2.1.5. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA DE 5% SOBRE OS RENDIMENTOS PREDIAIS AUFERIDOS -----

Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributados à taxa de 5%, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana,

recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com a alínea a) do n.º 7.º do artigo 71.º do EBF. -----

c) CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 45.º e 71.º do EBF, são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da isenção de IMI e IMT (artigo 45.º do EBF) dedução à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€ e tributação dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS à taxa de 5% (artigo 71.º do EBF). -----

3.3. No âmbito do n.º 24 do artigo 71.º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no n.º 3 do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. -----

3.4. No dia 20 de março de 2015 a comissão municipal fez a vistoria inicial a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de péssimo, conforme consta da ficha de avaliação, anexa ao processo. -----

3.5. No dia 2 de janeiro de 2018 a comissão municipal fez a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de excelente para todas as frações do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo.

3.6. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.4 e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 45.º e subalínea i) da alínea a) do n.º 23 do artigo 71.º ambas do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelos proprietários do imóvel, neste caso, subiram mais de dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

3.7. Relativamente à apresentação da certificação energética referida na alínea b) do n.º 1 do artigo 45 do EBF, considera-se isenta dado que por razões de ordem arquitetónica e patrimonial, a reabilitação tornar-se-ia inviável, considerando-se apesar de tudo que as obras de reabilitação aumentaram significativamente o desempenho térmico em relação à situação do edifício antes da intervenção. -----

3.8. No que respeita ao IMI, considerando a taxa de 0.338%, a isenção por um período de 3 anos, resulta numa redução de receita para o município, sendo neste caso e de acordo com a avaliação constante na caderneta predial: -----

Imóvel	Uso da unidade	Data Avaliação	VPT	IMI (1 ano)	IMI (3 anos)
Artigo matricial 6871					
Cave+R/Chão - Fração A	Comércio	28/08/2017	35 270,00€	119,21€	357,63€
1.º Andar - Fração B	Habitação	28/08/2017	20 960,00€	70,84€	212,52€
2 e 3.º Andar - Fração C	Habitação	28/08/2017	40 360,00€	136,42€	409,26€

Assim, o município perderá receita anual no valor de 326,47€ e de 979,41€ durante os 3 anos da isenção de IMI, referentes ao imóvel objeto de apreciação. -----

3.9. No que respeita ao IMT, considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio por doação pela Sra. Joana Rui de Medeiros Videira no dia 25 de maio de 2012 - Registo da Conservatória - e o início da obra de reconstrução no dia 15 de abril de 2016, ultrapassou os três anos, os requerentes não cumprem o prazo estipulado na alínea b) do n.º 2 do EBF. -----

3.10. Estando o prédio urbano dentro da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - ARU, e cumprindo o disposto no ponto 3.3 e 3.6, fica enquadrado no regime específico que permite deduzir, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€, somente para a parte do prédio (3/4) pertencente à Sra. Joana Rui de Medeiros Videira, uma vez que as sociedades limitadas por quotas não pagam IRS. -----

3.11. Considerando que o prédio urbano se situa dentro da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - ARU, fica sujeito a tributação à taxa autónoma de 5%, no caso da primeira alienação, as mais-valias auferidas por sujeito passivo de IRS, somente para a parte do prédio (3/4) pertencente à Sra. Joana Rui de Medeiros Videira, uma vez que as sociedades limitadas por quotas não pagam IRS. -----

3.12. No que respeita à certidão para tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS, quando sejam inteiramente decorrentes de arrendamento, a mesma incide sobre as frações a seguir discriminadas: -----

Imóvel	Uso da unidade
Artigo matricial 6871	
Cave+R/Chão - Fração A (3/4)	Comércio
1º Andar - Fração B (3/4)	Habitação
2 e 3º Andar - Fração C (3/4)	Habitação

Também neste caso a tributação à taxa de 5%, dos rendimentos provenientes de arrendamento, aplica-se somente à parte do prédio (3/4) pertencente à Sra. Joana Rui de Medeiros Videira, uma vez que as sociedades limitadas por quotas não pagam IRS. -----

d) DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI, por um período de três anos, dando cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 45º do EBF. -----

4.2. Considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio e o início da obra de reconstrução ultrapassou os três anos, propõe-se o indeferimento do pedido de restituição do IMT, com base no estipulado na alínea b) do n.º 2 do artigo 45º do EBF. -----

4.3. Propõe-se ainda a emissão da certidão para efeitos de isenção de IRS em 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação até ao limite de 500€, tributação à taxa autónoma de 5% das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português decorrentes da primeira alienação, e tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com os números 18 e 24 do artigo 71º do EBF, somente para a parte do prédio (3/4) pertencente à Sra. Joana Rui de Medeiros Videira, uma vez que as sociedades limitadas por quotas não pagam IRS. -----

4.4. A informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a proposta, isto é: -----

a) Deferir o pedido formulado pelos requerentes no que diz respeito à isenção de IMI, dedução de IRS em 30% dos encargos suportados pelos requerentes com as obras de reabilitação até ao limite de 500€, tributação à taxa autónoma de 5% das mais-valias auferidas decorrentes da primeira alienação, e tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos, somente a parte do prédio (3/4) pertencente à Sra. Joana Rui de Medeiros Videira, uma vez que as sociedades limitadas por quotas não pagam IRS; -----

b) Indeferir o pedido de restituição do IMT pela razão referida no ponto 4.2. -----

4.5. De acordo com o articulado nos artigos 121.º e 122.º, do CPA, a que se refere a audiência dos interessados, deverão os requerentes para o efeito, serem notificados para virem ao processo, por escrito, no prazo de dez dias, dizerem o que se lhes oferecer, sobre o indeferimento da isenção do IMT. -----

4.6. Caso os requerentes não venham a processo, no prazo estipulado, deverá ser formalmente indeferido o pedido dos requerentes da isenção do IMT, nos termos do CPA. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E IMT - INFORMAÇÃO N°162/ DSCH/18 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

A firma Flavinveste - sociedade de Investimento Imobiliária, Lda, na qualidade de proprietária, veio através do requerimento n°495/18, solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruiu, na Rua de Santo António, n° 72 a 76, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos: -----

a) Isenção de IMI pelo período de três anos (alínea a) do n.º 2 do artigo 45º do Decreto-Lei n°215/89 de 1 de julho - Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF); -----

b) Isenção de IMT na aquisição de prédio urbano objeto de reabilitação urbana (alínea b) do n.º 2 do artigo 45º do EBF); -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado na Rua de Santo António, n° 68 a 72, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e está descrito no

registro da Conservatória com o nº2994/20091112 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº6869. -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1 De acordo com a Escritura de Compra e Venda, o imóvel foi adquirido pela requerente no dia 16 de março de 2016. -----

1.2.2. A firma Flavinveste - sociedade de Investimento Imobiliária, Lda., em 8 de janeiro de 2016, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aprovado por despacho favorável do vereador responsável em 2 de maio de 2016. ----

1.2.3. O alvará de obras de construção com o nº93/16 foi emitido em 27 de outubro de 2016 com o termo para a conclusão da obra em 27 de outubro de 2018. -----

1.2.4. Em 9 de agosto de 2017 veio a requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 14 de agosto de 2017 com o nº 79/17. -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. -----

2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE AO IMI -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU são passíveis de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de três anos, a contar do ano inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro). -----

2.1.2. ENQUADRAMENTO FACE AO IMT -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU que iniciem no prazo de 3 (três) anos a contar da data da aquisição do imóvel, as respetivas obras de reabilitação, são passíveis de isenção de IMT ao abrigo da alínea b) do nº 2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro) ficando dependente do reconhecimento pela Câmara Municipal da área da situação do prédio após as respetivas obras de reabilitação, conforme o nº 4 do artigo 45º do EBF. -----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 45º do EBF são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei nº307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da isenção de IMI e IMT (artigo 45º do EBF). -----

3.3. No âmbito da alínea b) do nº1 e do nº4 do artigo 45º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no nº 3 do artigo 6º da Portaria nº1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. --

3.4. No dia 20 de novembro de 2015 a comissão municipal fez a vistoria inicial a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de péssimo, conforme consta da ficha de avaliação, anexa ao processo. -----

3.5. No dia 28 de novembro de 2017 a comissão municipal fez a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de excelente para todas os andares do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo.

3.6. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.4 e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na alínea b) do nº1 do artigo 45º do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelos proprietários do imóvel, neste caso, subiram mais de dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

3.7. Relativamente à apresentação da certificação energética referida na alínea b) do nº 1 do artigo 45º do EBF, considera-se isenta dado que por razões de ordem arquitetónica e patrimonial, a reabilitação tornar-se-ia inviável, considerando-se apesar de tudo que as obras de reabilitação aumentaram significativamente o desempenho térmico em relação à situação do edifício antes da intervenção. -----

3.8. No que respeita ao IMI, considerando a taxa de 0.338%, a isenção por um período de 3 anos, resulta numa redução de receita para o município, sendo neste caso e de acordo com a avaliação constante na caderneta predial: -----

Imóvel Artigo matricial 6869	Uso da unidade	Data Avaliação	VPT	IMI (1 ano)	IMI (3 anos)
Cave+R/Chão	Comércio	2/06/2017	35 170,00€	118,87€	356,61€
1º Andar	Habitação	2/06/2017	27 900,00€	94,30€	282,90€
2º Andar+sótão	Habitação	2/06/2017	27 900,00€	94,30€	282,90€

Assim, o município perderá receita anual no valor de 307,47€ e de 922,41€ durante os 3 anos da isenção de IMI, referentes ao imóvel objeto de apreciação. -----

3.9. No que respeita ao IMT, considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio, 16/03/2016, e o início da obra de reconstrução, alvará emitido em 27/10/2016, não ultrapassou os três anos, pelo que a requerente cumpriu, o prazo estipulado na alínea b) do nº2 do EBF. -----

A requerente apresentou a nota de cobrança de IMT, com a referência de pagamento nº160 716 067 245 035, na importância de 9 100,00€, liquidada em 16 de março de 2016. -----

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI, por um período de três anos, dando cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 45º do EBF. -----

4.2. Considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio e o início da obra de reconstrução não ultrapassou os três

anos, propõe-se o deferimento do pedido de restituição do IMT, no valor de 9 100,00€, com base no estipulado na alínea b) do nº2 do artigo 45º do EBF. -----

4.3. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.4. Após aprovação em reunião de Câmara Municipal, o pedido de isenção de IMI e restituição do IMT, deverá, posteriormente ser submetido para deliberação, à Assembleia Municipal, tendo em consideração que é da competência deste órgão conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos, de acordo com o disposto no ponto 2.º do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais). --

4.5. Em caso de aprovação por parte da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal deverá comunicar, no prazo de 20 dias, ao Serviço de Finanças de Chaves o reconhecimento da situação do edifício. -----

4.6. Notificar os requerentes da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto no artigo 114.º do Código do Procedimento Administrativo, acompanhada da presente informação técnica. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VÍCTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE DEDUÇÃO DE IRS - INFORMAÇÃO Nº163/ DSCH/18 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

A firma Flavinveste - sociedade de Investimento Imobiliária, Lda, veio através do requerimento nº494/18 solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruiu, na Rua de Santo António, nº 72 a 76, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos: -----

a) Dedução à coleta em sede de IRS, até ao limite de 500€, de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação (n.º 4 do artigo 71.º do EBF); -----

b) Tributação à taxa de 5%, dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento (n.º 7 do artigo 71.º do EBF). -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado na Rua de Santo António, nº 72 a 76, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e está descrito no

registo da Conservatória com o nº2994/20091112 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº6869. -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1 De acordo com a Escritura de Compra e Venda, o imóvel foi adquirido pelos requerentes no dia 16 de março de 2016. -----

1.2.2. A firma Flavinveste - sociedade de Investimento Imobiliária, Lda., em 8 de janeiro de 2016, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aprovado por despacho favorável do vereador responsável em 23 de maio de 2016. ---

1.2.3. O alvará de obras de construção com o nº93/16 foi emitido em 27 de outubro de 2016 com o termo para a conclusão da obra em 27 de outubro de 2018. -----

1.2.4. Em 9 de agosto de 2017 veio a requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 14 de agosto de 2017 com o nº 79/17. -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013.

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. -----

2.1.1. ENQUADRAMENTO COM A DEDUÇÃO À COLETA EM SEDE DE IRS DOS ENCARGOS SUPOSTADOS COM A REABILITAÇÃO -----

São dedutíveis à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana - ARU e recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com o disposto na alínea a) do nº4 do artigo 71º do EBF. -----

Os encargos previstos com a reabilitação de imóveis localizados em ARU devem ser devidamente comprovados e dependem de certificação prévia por parte do órgão de gestão da área de reabilitação ou da comissão arbitral municipal, de acordo com os nº18 e 24 do artigo 71.º do EBF.

2.1.2. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA DE 5% SOBRE OS RENDIMENTOS PREDIAIS AUFERIDOS -----

Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributados à taxa de 5%, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com a alínea a) do nº 7º do artigo 71º do EBF. -----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 71º do EBF, são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos

nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei nº307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da dedução à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€ e tributação dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS à taxa de 5% (números 4 e 7 do artigo 71º do EBF). -----

3.3. No âmbito do nº 24 do artigo 71º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no nº 3 do artigo 6º da Portaria nº1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. -----

3.4. No dia 20 de novembro de 2015 a comissão municipal fez a vistoria inicial a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de péssimo, conforme consta da ficha de avaliação, anexa ao processo. -----

3.5. No dia 28 de novembro de 2017 a comissão municipal fez a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de excelente para todas as frações do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo.

3.6. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.4 e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na subalínea i) da alínea a) do nº23 do artigo 71º do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pela proprietária do imóvel, neste caso, subiram mais de dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

3.7. Estando o prédio urbano dentro da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - ARU, e cumprindo o disposto no ponto 3.3 e 3.6, fica enquadrado no regime específico que permite deduzir, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€. ---

3.8. No que respeita à certidão para tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por arrendamento, a mesma incide sobre as frações a seguir discriminadas: -----

Imóvel	Uso da unidade
Cave+R/Chão	Comércio+arrumos
1º Andar	Habitação
2ºAndar+sótão	Habitação

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Considerando que o promotor da reabilitação, Flavinveste, Sociedade de Investimento Imobiliária Lda., é uma sociedade limitada por quotas não paga IRS, o pedido não se enquadra no disposto do artigo 71º do EBF, pelo que se propõe o indeferimento da pretensão. -----

4.4. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.5. Notificar o requerente da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto nos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, referentes à audiência dos interessados para, no prazo de 10 dias, dizerem o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão acima enunciada. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----
 À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. PEDIDO DE CERTIDÃO - REABILITAÇÃO URBANA -INFORMAÇÃO 165/DSCH/18-TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

O Sr. Delfim Xavier Pereira veio através do requerimento nº263/18 solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruiu, na Rua Direita, nº82, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos: -----

a) Isenção de IMI pelo período de cinco anos (n.º2 do artigo 71º do Decreto-Lei nº215/89 de 1 de julho - Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF); -----

b) Isenção de IMT na aquisição de prédio urbano objeto de reabilitação urbana (n.º 8 do artigo 71º do EBF); -----

c) Dedução à coleta em sede de IRS, até ao limite de 500€, de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação (n.º 4 do artigo 71.º do EBF);-----

d) Tributação à taxa autónoma de 5%, das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português decorrentes da alienação de imóveis (n.º 5 do artigo 71.º do EBF); --

e) Tributação à taxa de 5%, dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento (n.º 7 do artigo 71.º do EBF).-----

A legislação invocada no requerimento foi alterada pela Lei nº114/2017 de 29 de dezembro, orçamento do estado para o ano de 2018. O ponto nº7 do artigo 71º do EBF, referente à isenção de

IMI, foi substituído e refere-se agora aos "rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS". O ponto nº 8 do artigo 71º do EBF, referente ao IMT, foi revogado. -----

Assim o pedido, sobre a isenção do IMI e IMT, vai ser analisado à luz das alterações introduzidas pela referida Lei, isto é, ao abrigo do artigo 45º do EBF. -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado na Rua Direita, nº82, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e está descrito no registo da

Conservatória com o nº3281/20171115 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº6886 (frações A,B e C).-----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1. De acordo com a escritura de compra e venda o prédio foi adquirido pelo requerente no dia vinte e cinco de novembro de dois mil e dezasseis. -----

1.2.2. O Sr. Delfim Xavier Pereira, em 12 de janeiro de 2017, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aprovado por despacho favorável do vereador responsável em 7 de março de 2017. -----

1.2.3. O alvará de obras de construção com o nº36/17 foi emitido em 5 de maio de 2017 com o termo para a conclusão da obra em 25 de abril de 2019. -----

1.2.4. Em 29 de dezembro de 2017 veio o requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 18 de janeiro de 2018 com o nº 14/18. -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013.-----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan.-----

2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE AO IMI -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU são passíveis de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de três anos, a contar do ano inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro). -----

2.1.2. ENQUADRAMENTO FACE AO IMT -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU que iniciem no prazo de 3 (três) anos a contar da data da aquisição do imóvel, as respetivas obras de reabilitação, são passíveis de isenção de IMT ao abrigo da alínea b) do nº 2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro) ficando dependente do reconhecimento pela Câmara Municipal da área da situação do prédio após as respetivas obras de reabilitação, conforme o nº 4 do artigo 45º do EBF.-----

2.1.3. ENQUADRAMENTO COM A DEDUÇÃO À COLETA EM SEDE DE IRS DOS ENCARGOS SUPOSTADOS COM A REABILITAÇÃO -----

São dedutíveis à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana - ARU e recuperados nos termos das respetivas estratégias de

reabilitação, de acordo com o disposto na alínea a) do nº4 do artigo 71º do EBF. -----

Os encargos previstos com a reabilitação de imóveis localizados em ARU devem ser devidamente comprovados e dependem de certificação prévia por parte do órgão de gestão da área de reabilitação ou da comissão arbitral municipal, de acordo com os nº18 e 24 do artigo 71.º do EBF.

2.1.4. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA AUTÓNOMA DE 5% DAS MAIS-VALIAS -

As mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português decorrentes da primeira alienação, do imóvel localizado em área de reabilitação urbana, são tributadas à taxa autónoma de 5%, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com o nº 5º do artigo 71º do EBF. -----

2.1.5. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA DE 5% SOBRE OS RENDIMENTOS PREDIAIS AUFERIDOS -----

Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributados à taxa de 5%, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com a alínea a) do nº 7º do artigo 71º do EBF. -----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 45º e 71º do EBF são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo DecretoLei nº307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da isenção de IMI e IMT (artigo 45º do EBF) dedução à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€ e tributação dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS à taxa de 5% (artigo 71º do EBF). -----

3.3. No âmbito do nº 24 do artigo 71º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no nº 3 do artigo 6º da Portaria nº1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. -----

3.4. Compulsado o processo de licenciamento verifica-se que não consta a vistoria inicial que deveria ser requerida pelo requerente e promovida pelos peritos, nomeados pela Câmara Municipal de avaliação a certificar o estado de conservação do imóvel. -----

Avaliando as fotografias que constam do processo, folhas 13 a 19, pode-se concluir que o estado de conservação do imóvel era mau. -----

3.5. No dia 20 de fevereiro de 2018 a comissão municipal fez a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de excelente para todas as frações do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo.

3.6. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.4 (considerando os pressupostos referidos neste ponto) e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na alínea b) do nº1 do artigo 45º e subalínea i) da alínea a) do nº23 do artigo 71º ambas do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelos proprietários do imóvel, neste caso, subiram mais de dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

3.7. Relativamente à apresentação da certificação energética referida na alínea b) do nº 1 do artigo 45 do EBF, considera-se isenta dado que

por razões de ordem arquitetónica e patrimonial, a razões de ordem arquitetónica e patrimonial, a reabilitação tornar-se-ia inviável, considerando-se apesar de tudo que as obras de reabilitação aumentaram significativamente o desempenho térmico em relação à situação do edifício antes da intervenção. -----

3.8. No que respeita ao IMI, considerando a taxa de 0.338%, a isenção por um período de 3 anos, resulta numa redução de receita para o município, sendo neste caso e de acordo com a avaliação constante na caderneta predial: -----

Imóvel Artigo matricial: 6886	Uso da unidade	Data da Avaliação	VPT	IMI (1 ano)	IMI (3 anos)
Fração A - R/chão	Serviços Comércio	3/11/2017	21 950,00€	74,19€	222,57€
Fração B- 1º Andar	Habitação	3/11/2017	16 910,00€	57,16€	171,47€
Fração C -2ºsotão	Habitação	3/11/2017	39 900,00€	134,86€	404,59€

Assim, o município perderá receita anual no valor de 266,21€ e de 798,63€ durante os 3 anos da isenção de IMI, referentes ao imóvel objeto de apreciação. -----

3.9. No que respeita ao IMT, considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio (25/11/2016) e o início da obra de reconstrução (alvará emitido 5 de maio de 2017) não ultrapassou os três anos, o requerente cumpriu o prazo estipulado na alínea b) do nº2 do EBF. -----

O requerente apresentou a nota de cobrança de IMT, com a referência nº160716312929035, na importância de 2 275,01€, liquidada em 13 de novembro de 2014. -----

3.10. Estando o prédio urbano dentro da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - ARU, e cumprindo o disposto no ponto 3.3 e 3.6, fica enquadrado no regime específico que permite deduzir, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€. ---

3.11. Considerando que o prédio urbano se situa dentro da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - ARU, fica sujeito a tributação à taxa autónoma de 5%, no caso da primeira alienação, as mais-valias auferidas por sujeito passivo de IRS. -----

3.12. No que respeita à certidão para tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por arrendamento, a mesma incide sobre as frações a seguir discriminadas: -----

Imóvel Artigo matricial: 6886	Uso da unidade
Fração A - R/chão	Serviços Comércio
Fração B - 1º Andar	Habitação
Fração C - 2ºsotão	Habitação

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto e considerando que o referido no ponto 3.4 da informação seja aceite por parte da Câmara Municipal, proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI, por um período de três anos, dando cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 45.º do EBF.

4.2. Considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio e o início da obra de reconstrução não ultrapassou os três anos, propõe-se o deferimento do pedido de restituição do IMT, no valor de 2 275,01,00€, com base no estipulado na alínea b) do n.º2 do artigo 45.º do EBF. -----

4.3. Propõe-se ainda a emissão da certidão para efeitos de isenção de IRS em 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação até ao limite de 500€, tributação à taxa autónoma de 5% das mais-valias auferidas decorrentes da primeira alienação, e a tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos, nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com os números 18 e 24 do artigo 71.º do EBF. -----

4.4. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.5. Após aprovação em reunião de Câmara Municipal, o pedido de isenção de IMI e restituição do IMT, deverá, posteriormente ser submetido para deliberação, à Assembleia Municipal, tendo em consideração que é da competência deste órgão conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos, de acordo com o disposto no ponto 2.º, no artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. ---

4.6. Em caso de aprovação por parte da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal deverá comunicar, no prazo de 20 dias, ao Serviço de Finanças de Chaves o reconhecimento da situação do edifício. -----

4.7. Notificar o requerente da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto no artigo 114.º do Código do Procedimento Administrativo, acompanhada da presente informação técnica. -----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. PEDIDO DE CERTIDÃO REABILITAÇÃO URBANA - ART.º45 DO EBF - INFORMAÇÃO N.º176/ DSCH/18 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

O Sr. Diamantino Gonçalves Pires, veio através do requerimento n.º367/18 solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruiu, na Rua do Anjo n.º17 e 19, em Chaves, se localiza em área

de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos: -----

a) Isenção de IMI pelo período de três anos (alínea a) do n.º 2 do artigo 45º do Decreto-Lei nº215/89 de 1 de julho - Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF); -----

b) Isenção de IMT na aquisição de prédio urbano objeto de reabilitação urbana (alínea b) do n.º 2 do artigo 45º do EBF); ----

c) Isenção de IMT na aquisição de prédio urbano, na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente; (alínea c) do n.º 2 do artigo 45º do EBF). -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado na Rua do Anjo nº17 e 19, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e está descrito no registo da Conservatória com o nº3635/20101025 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº1573. -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1 De acordo com a Escritura de Compra e Venda, o imóvel foi adquirido pelo requerente no dia 27 de dezembro de 2010. -----

1.2.2. O Sr. Diamantino Gonçalves Pires, em 2 de março de 2011, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aprovado por despacho favorável do vereador responsável em 18 de agosto de 2011. -----

1.2.3. O alvará de obras de construção com o nº66/12 foi emitido em 11 de maio de 2012 com o termo para a conclusão da obra em 10 de maio de 2014. -----

1.2.4. Em 24 de junho de 2013 veio o requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 4 de julho de 2013 com o nº 91/13. -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. ----

2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE AO IMI -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU são passíveis de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de três anos, a contar do ano inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro). -----

2.1.2. ENQUADRAMENTO FACE AO IMT -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU que iniciem no prazo de 3 (três) anos a contar da data da aquisição do imóvel, as respectivas obras de reabilitação, são passíveis de isenção de IMT ao abrigo da alínea b) do n° 2 do artigo 45° do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro) ficando dependente do reconhecimento pela Câmara Municipal da área da situação do prédio após as respectivas obras de reabilitação, conforme o n° 4 do artigo 45° do EBF.-----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 45° do EBF são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n°307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. Ora, a reabilitação do prédio urbano foi iniciada em 18 de junho de 2012 (conforme descrito no livro de obra) e em 6 de agosto de 2012 a estrutura estava executada conforme relatório da fiscalização municipal (folha 208 do processo). -----

3.3. Assim, o pedido de isenção de IMI e IMT, não se enquadra na legislação antes referida, isto é, a execução das obras de reabilitação, levadas a efeito pelo requerente, na sua maioria, foram realizadas, em data anterior à aprovação da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) pela Câmara Municipal (21 de Janeiro de 2013) e sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária do dia 27 de Fevereiro de 2013 e publicada em 5 de abril de 2013. -----

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho o indeferimento da pretensão do requerente, isto é, a emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI e IMT ao abrigo do artigo 45° do EBF. -----

4.2. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.3. Notificar o requerente da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto nos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, referentes à audiência dos interessados para, no prazo de 10 dias, dizerem o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão acima enunciada. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. PEDIDO DE CERTIDÃO REABILITAÇÃO URBANA - ARTº71 DO EBF - INFORMAÇÃO N°177/ DSCH/18 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

O Sr. Diamantino Gonçalves Pires, veio através do requerimento nº369/18 solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruiu, na Rua do Anjo nº17 e 19, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos: -----

a) Dedução à coleta em sede de IRS, até ao limite de 500€, de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação (n.º 4 do artigo 71.º do EBF); -----

b) Tributação à taxa de 5%, das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português decorrentes da alienação de imóveis (n.º 5 do artigo 71.º do EBF); -----

c) Tributação à taxa de 5%, dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento (n.º 7 do artigo 71.º do EBF). -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1 De acordo com a Escritura de Compra e Venda, o imóvel foi adquirido pelo requerente no dia 27 de dezembro de 2010. -----

1.2.2. O Sr. Diamantino Gonçalves Pires, em 2 de março de 2011, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aprovado por despacho favorável do vereador responsável em 18 de agosto de 2011. -----

1.2.3. O alvará de obras de construção com o nº66/12 foi emitido em 11 de maio de 2012 com o termo para a conclusão da obra em 10 de maio de 2014. -----

1.2.4. Em 24 de junho de 2013 veio o requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 4 de julho de 2013 com o nº 91/13. -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. -----

2.1.1. ENQUADRAMENTO COM A DEDUÇÃO À COLETA EM SEDE DE IRS DOS ENCARGOS SUPORTADOS COM A REABILITAÇÃO -----

São dedutíveis à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana - ARU e recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com o disposto na alínea a) do nº4 do artigo 71º do EBF. -----

Os encargos previstos com a reabilitação de imóveis localizados em ARU devem ser devidamente comprovados e dependem de certificação prévia por parte do órgão de gestão da área de reabilitação ou da comissão arbitral municipal, de acordo com os nº18 e 24 do artigo 71.º do EBF.

2.1.2. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA AUTÓNOMA DE 5% DAS MAIS-VALIAS -

As mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português decorrentes da primeira alienação, do imóvel localizado em área de reabilitação urbana, são tributadas à taxa autónoma de 5%, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com o nº 5º do artigo 71º do EBF. -----

2.1.3. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA DE 5% SOBRE OS RENDIMENTOS PREDIAIS AUFERIDOS -----

Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributados à taxa de 5%, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com o nº 7º do artigo 71º do EBF. -----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 71º do EBF são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei nº307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. Ora, a reabilitação do prédio urbano foi iniciada em 18 de junho de 2012 (conforme descrito no livro de obra) e em 6 de agosto de 2012 a estrutura estava executada conforme relatório da fiscalização municipal (folha 208 do processo). -----

3.3. Assim, o pedido de dedução á coleta em sede IRS dos encargos suportados com a reabilitação, a tributação à taxa autónoma de 5% das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS decorrentes da alienação de imóveis e a tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS decorrentes de arrendamento, não se enquadra na legislação antes referida, isto é, a execução das obras de reabilitação, levadas a efeito pelo requerente, na sua maioria, foram realizadas, em data anterior à aprovação da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) pela Câmara Municipal (21 de Janeiro de 2013) e sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária do dia 27 de Fevereiro de 2013 e publicada em 5 de abril de 2013. -----

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho o indeferimento da pretensão do requerente, isto é, a emissão da certidão para efeitos de dedução á coleta em sede IRS dos encargos suportados com a reabilitação, a tributação à taxa autónoma de 5% das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS decorrentes da alienação de imóveis e a tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS decorrentes de arrendamento, ao abrigo do artigo 71º do EBF.

4.2. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.3. Notificar o requerente da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto nos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, referentes à audiência dos interessados para, no prazo de 10 dias, dizerem o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão acima enunciada. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E/OU IMT -INFORMAÇÃO 178/DSCH/18 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL.-

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

O Sr. Adelino Rodrigues Gomes Santos, na qualidade de proprietário, veio através do requerimento n.º 196/18 solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruiu, na Rua do Rio, n.º 16, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para efeitos de Isenção de IMI pelo período de cinco anos (n.º2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º215/89 de 1 de julho - Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF).-----

A legislação invocada no requerimento foi alterada pela Lei n.º114/2017 de 29 de dezembro, orçamento do estado para o ano de 2018. O ponto n.º7 do artigo 71º do EBF, referente à isenção de IMI, foi substituído e refere-se agora aos "rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS". -----

Assim o pedido, sobre a isenção do IMI vai ser analisado à luz das alterações introduzidas pela referida Lei, isto é, ao abrigo do artigo 45º do EBF. -----

-Não foram apresentados elementos para apreciação do processo de isenção do IMI, pelo que foram utilizados os documentos que fazem parte do licenciamento, processo n.º67/12. -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano, em regime de propriedade horizontal, está inscrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º3183/20091214, na matriz predial com o artigo urbano n.º 6799 e situa-se na Rua do Rio, n.º16, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves.-----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.2. O Sr. Adelino Rodrigues Gomes Santos, em 7 de fevereiro de 2012, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aprovado por despacho favorável do vereador responsável em 25 de outubro de 2012. -----

1.2.3. O alvará de obras de construção com o n.º31/13 foi emitido em 14 de fevereiro de 2013 com o termo para a conclusão da obra em 1 de fevereiro de 2015. -----

1.2.4. Em 21 de junho de 2016 veio o requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 3 de agosto de 2016 com o n.º 94/16. -----

1. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013.-----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan.-----

2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE AO IMI -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU são passíveis de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de três anos, a contar do ano inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro). -----

2. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do 45º do EBF, são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei nº307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da isenção de IMI (artigo 45º do EBF) -----

3.3. No âmbito da alínea b) do nº 1 do artigo 45º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no nº 3 do artigo 6º da Portaria nº1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. -----

3.4. O requerente não requereu à Câmara Municipal a vistoria inicial do estado de conservação do edifício. No entanto, já em 29 de novembro de 2016, foi informado pela Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico, quando foi proposto a isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de imóveis - IMT, que o edifício antes da realização das obras, "apresentava-se em mau estado de conservação, (fotografias que constam do processo: folhas 14 a 17) apresentando inúmeras focos de humidades interior devido possivelmente à cobertura se encontrar em mau estado de conservação, assim como desprendimento de rebocos nas paredes interiores".-----

"Da reabilitação, foi demolido todo o interior do edifício, mantendo-se apenas as paredes exteriores em alvenaria de granito, que foram recuperadas, tendo-se recorrido a ensoleiramento geral, estrutura porticada em betão armado e cobertura em madeira." -----

3.5. No dia 27/09/2016 foi feita a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de excelente para as várias frações do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo. -----

3.6. Relativamente à apresentação da certificação energética referida na alínea b) do nº 1 do artigo 45 do EBF, considera-se isenta dado que por razões de ordem arquitetónica e patrimonial, a reabilitação tornar-se-ia inviável, considerando-se apesar de tudo que as obras de reabilitação aumentaram significativamente o desempenho térmico em relação à situação do edifício antes da intervenção. -----

3.6. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.4 e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na alínea b) do nº1 do artigo 45º do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelos proprietários do imóvel, neste caso, subiram dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

3.7. Relativamente à apresentação da certificação energética referida na alínea b) do nº 1 do artigo 45 do EBF, considera-se isenta dado que por razões de ordem arquitetónica e patrimonial, a reabilitação tornar-se-ia inviável, considerando-se apesar de tudo que as obras de reabilitação aumentaram significativamente o desempenho térmico em relação à situação do edifício antes da intervenção. -----

3.8. No que respeita ao IMI, considerando a taxa de 0.338%, a isenção por um período de 3 anos, resulta numa redução de receita para o município, sendo neste caso e de acordo com a avaliação constante na caderneta predial: -----

Imóvel Artigo matricial: 6799	Uso da unidade	Data Avaliação	VPT	IMI (1 ano)	IMI (3 anos)
Fração A - R/chão	Serviços	24/08/2015	85960,00€	290,54€	871,62€
Fração B - 1ºAndar	Habitação	28/08/2015	38 030,00€	128,54€	385,62€
Fração C - 2º Andar	Habitação	28/08/2015	38 330,00€	129,56€	388,68€
Fração D - Águas Furtadas	Habitação	28/08/2015	18 780,00€	63,47€	190,41€

Assim, o município perderá receita anual no valor de 612,11€ e de 1 836,33€ durante os 3 anos da isenção de IMI, referentes ao imóvel objeto de apreciação. -----

3. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI, por um período de três anos, dando cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 45º do EBF. -----

4.4. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.5. Após aprovação em reunião de Câmara Municipal, o pedido de isenção de IMI deverá, posteriormente ser submetido para deliberação, à Assembleia Municipal, tendo em consideração que é da competência deste órgão conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos, de acordo com o disposto no ponto 2.º, no artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais). -----

4.6. Em caso de aprovação por parte da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal deverá comunicar, no prazo de 20 dias, ao Serviço de Finanças de Chaves o reconhecimento da situação do edifício. -----

4.7. Notificar o requerente da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto no artigo 114.º do Código do Procedimento Administrativo, acompanhada da presente informação técnica. -----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI, IMT E IRS - INFORMAÇÃO Nº184/ DSCH/18 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

A Sra. Berta dos Anjos Carneiro Teixeira, na qualidade de proprietária, veio através do requerimento nº1941/17 solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruiu, na Rua de São João de Deus, S/N, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos: -----

a) Isenção de IMI pelo período de cinco anos (n.º 2 do artigo 71º do Decreto-Lei nº215/89 de 1 de julho - Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF); -----

b) Isenção de IMT na aquisição de prédio urbano objeto de reabilitação urbana (n.º 8 do artigo 71º do EBF); -----

c) Dedução à coleta em sede de IRS, até ao limite de 500€, de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação (n.º 4 do artigo 71.º do EBF); -----

d) Tributação à taxa de 5%, dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento (n.º 7 do artigo 71.º do EBF). -----

A legislação invocada no requerimento foi alterada pela Lei nº114/2017 de 29 de dezembro, orçamento do estado para o ano de 2018. O ponto nº7 do artigo 71º do EBF, referente à isenção de IMI, foi substituído e refere-se agora aos "rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS". O ponto nº 8 do artigo 71º do EBF, referente ao IMT, foi revogado. -----

Assim o pedido, sobre a isenção do IMI e IMT, vai ser analisado à luz das alterações introduzidas pela referida Lei, isto é, ao abrigo do artigo 45º do EBF. -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado na Rua de São João de Deus, S/N, freguesia da Madalena e Samaiões, concelho de Chaves e está descrito no registo da Conservatória com o nº96/20071203 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº P1684. -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1 O prédio foi adquirido pela requerente em 16 de novembro de 2007 conforme escritura de compra e venda apresentada.

1.2.2. A Sra. Berta dos Anjos Carneiro Teixeira, em 22 de novembro de 2007, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício

referenciado, tendo sido aprovado por despacho favorável do vereador responsável em 30 de janeiro de 2008. -----

1.2.3. O alvará de obras de construção com o nº32/09 foi emitido em 3 de março de 2009 com o termo para a conclusão da obra em 1 de março de 2011. -----

1.2.4. A licença teve duas prorrogações, a 1ª por despacho do vereador responsável datado de, 15 de março de 2011, com validade até 30 de março de 2012 e a 2ª prorrogação por despacho do vereador responsável datado de, 9 de abril de 2012 com prazo até 21 de novembro de 2012.

1.2.5. Em 6 de março de 2014 a requerente apresentou um projeto de alterações à tipologia dos fogos e foi aprovado pelo vereador responsável em 21 de março de 2014. Na informação da DGUT é referido que "a obra está materialmente consolidada e executada". Estas alterações deram origem a um novo alvará de obras de construção /reconstrução nº105/14, com início em 26 de maio de 2014 e termo em 25 de maio de 2016. -----

1.2.6. Em 9 de setembro de 2015 veio a requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, para as frações A e B, tendo sido emitido pelo Município, em 24 de setembro de 2015, com o nº 98/15. Em 27 de setembro de 2017 veio a requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, para as restantes frações C, D, E, F e G, tendo sido emitido pelo Município, em 10 de outubro de 2017, com o nº 100/17. --

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. ----

2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE AO IMI -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU são passíveis de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de três anos, a contar do ano inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro). -----

2.1.2. ENQUADRAMENTO FACE AO IMT -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU que iniciem no prazo de 3 (três) anos a contar da data da aquisição do imóvel, as respetivas obras de reabilitação, são passíveis de isenção de IMT ao abrigo da alínea b) do nº 2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro) ficando dependente do reconhecimento pela Câmara Municipal da área da situação do prédio após as respetivas obras de reabilitação, conforme o nº 4 do artigo 45º do EBF. -----

2.1.3. ENQUADRAMENTO COM A DEDUÇÃO À COLETA EM SEDE DE IRS DOS ENCARGOS

SUPOSTOS COM A REABILITAÇÃO -----

São dedutíveis à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana - ARU e recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com o disposto na alínea a) do nº4 do artigo 71º do EBF. -----

Os encargos previstos com a reabilitação de imóveis localizados em ARU devem ser devidamente comprovados e dependem de certificação prévia por parte do órgão de gestão da área de reabilitação ou da comissão arbitral municipal, de acordo com os nº18 e 24 do artigo 71.º do EBF.

2.1.4. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA DE 5% SOBRE OS RENDIMENTOS PREDIAIS AUFERIDOS -----

Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributados à taxa de 5%, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com a alínea a) do nº 7º do artigo 71º do EBF. -----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 45º e 71º do EBF são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo DecretoLei nº307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. Ora, a reabilitação do prédio urbano foi iniciada em 3 de março de 2009 (conforme descrito no livro de obra) e em 10 de setembro de 2012 a estrutura estava executada, com as paredes exteriores rebocadas e caixilharias exteriores colocadas (folha 4 do livro de obra). -----

3.3. Assim, o pedido de isenção de IMI, IMT e dedução à coleta em sede IRS dos encargos suportados com a reabilitação, a tributação à taxa autónoma de 5% das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS decorrentes da alienação de imóveis e a tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS decorrentes de arrendamento, não se enquadra na legislação antes referida, isto é, a execução das obras de reabilitação, levadas a efeito pela requerente, na sua maioria, foram realizadas, em data anterior à aprovação da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) pela Câmara Municipal (21 de Janeiro de 2013) e sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária do dia 27 de Fevereiro de 2013 e publicada em 5 de abril de 2013. -----

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho o indeferimento da pretensão da requerente, isto é, a emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI, IMT e dedução à coleta em sede IRS dos encargos suportados com a reabilitação, a tributação à taxa autónoma de 5% das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS decorrentes da alienação de imóveis e a tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS decorrentes de arrendamento, ao abrigo dos artigos 45º e 71º do EBF. -----

4.2. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.3. Notificar o requerente da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto nos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, referentes à audiência dos interessados para, no prazo de 10 dias, dizerem o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão acima enunciada. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----
 À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E/OU IMT E IRS -INFORMAÇÃO 187/DSCH/18 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1 - INTRODUÇÃO -----

O Sr. Valdemar António Videira, na qualidade de proprietário, veio através do requerimento nº843/18 solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruiu, na Rua de Santo António, nº64,66,68 e 70, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos: -----

a) Isenção de IMI pelo período de cinco anos (n.º2 do artigo 71º do Decreto-Lei nº215/89 de 1 de julho - Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF); -----

b) Isenção de IMT na aquisição de prédio urbano objeto de reabilitação urbana (n.º 8 do artigo 71º do EBF); -----

c) Dedução à coleta em sede de IRS, até ao limite de 500€, de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação (n.º 4 do artigo 71.º do EBF);-----

d) Tributação à taxa autónoma de 5%, das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português decorrentes da alienação de imóveis (n.º 5 do artigo 71.º do EBF);---

e) Tributação à taxa de 5%, dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento (n.º 7 do artigo 71.º do EBF).-----

A legislação invocada no requerimento foi alterada pela Lei nº114/2017 de 29 de dezembro, orçamento do estado para o ano de 2018. O ponto nº7 do artigo 71º do EBF, referente à isenção de IMI, foi substituído e refere-se agora aos "rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS". O ponto nº 8 do artigo 71º do EBF, referente ao IMT, foi revogado. -----

Assim o pedido, sobre a isenção do IMI e IMT, vai ser analisado à luz das alterações introduzidas pela referida Lei, isto é, ao abrigo do artigo 45º do EBF. -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado na Rua de Santo António, nº64,66,68 e 70, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e está descrito no

registo da Conservatória com o nº3980/20170508 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº6872 (frações A,B, C,D e E). -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1. De acordo com a escritura de compra e venda o prédio foi adquirido pelo requerente no dia treze de novembro de dois mil e catorze. -----

1.2.2. O Sr. Valdemar António Videira, em 18 de janeiro de 2016, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aprovado por despacho favorável do vereador responsável em 16 de março de 2016.-----

1.2.3. O alvará de obras de construção com o nº31/16 foi emitido em 15 de abril de 2016 com o termo para a conclusão da obra em 15 de abril de 2018. -----

1.2.4. Em 12 de julho de 2017 veio o requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 23 de outubro de 2017 com o nº 106/17. -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013.-----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan.-----

2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE AO IMI -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU são passíveis de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de três anos, a contar do ano inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro).-----

2.1.2. ENQUADRAMENTO FACE AO IMT -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU que iniciem no prazo de 3 (três) anos a contar da data da aquisição do imóvel, as respetivas obras de reabilitação, são passíveis de isenção de IMT ao abrigo da alínea b) do nº 2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro) ficando dependente do reconhecimento pela Câmara Municipal da área da situação do prédio após as respetivas obras de reabilitação, conforme o nº 4 do artigo 45º do EBF. -----

2.1.3. ENQUADRAMENTO COM A DEDUÇÃO À COLETA EM SEDE DE IRS DOS ENCARGOS SUPOSTADOS COM A REABILITAÇÃO -----

São dedutíveis à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana - ARU e recuperados nos termos das respetivas estratégias de

reabilitação, de acordo com o disposto na alínea a) do nº4 do artigo 71º do EBF. -----

Os encargos previstos com a reabilitação de imóveis localizados em ARU devem ser devidamente comprovados e dependem de certificação prévia por parte do órgão de gestão da área de reabilitação ou da comissão arbitral municipal, de acordo com os nº18 e 24 do artigo 71.º do EBF.

2.1.4. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA AUTÓNOMA DE 5% DAS MAIS-VALIAS -

As mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português decorrentes da primeira alienação, do imóvel localizado em área de reabilitação urbana, são tributadas à taxa autónoma de 5%, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com o nº 5º do artigo 71º do EBF. -----

2.1.5. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA DE 5% SOBRE OS RENDIMENTOS PREDIAIS AUFERIDOS -----

Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributados à taxa de 5%, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com a alínea a) do nº 7º do artigo 71º do EBF. -----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 45º e 71º do EBF são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo DecretoLei nº307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da isenção de IMI e IMT (artigo 45º do EBF) dedução à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€ e tributação dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS à taxa de 5% (artigo 71º do EBF). -----

3.3. No âmbito do nº 24 do artigo 71º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no nº 3 do artigo 6º da Portaria nº1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. -----

3.4. No dia 20 de janeiro de 2015 a comissão municipal fez a vistoria inicial a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de mau, conforme consta da ficha de avaliação, anexa ao processo. -----

3.5. No dia 2 de janeiro de 2018 a comissão municipal fez a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de excelente para todas as frações do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo.

3.6. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.4 e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na alínea b) do nº1 do artigo 45º e subalínea i) da alínea a) do nº23 do artigo 71º ambas do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelos proprietários do imóvel, neste caso, subiram mais de dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

3.7. Relativamente à apresentação da certificação energética referida na alínea b) do nº 1 do artigo 45 do EBF, considera-se isenta dado que por razões de ordem arquitetónica e patrimonial, a reabilitação tornar-se-ia inviável, considerando-se apesar de tudo que as obras de

reabilitação aumentaram significativamente o desempenho térmico em relação à situação do edifício antes da intervenção. -----

3.8. No que respeita ao IMI, considerando a taxa de 0.338%, a isenção por um período de 3 anos, resulta numa redução de receita para o município, sendo neste caso e de acordo com a avaliação constante na caderneta predial: -----

Imóvel Artigo matricial: 6872	Uso da unidade	Data Avaliação	VPT	IMI (1 ano)	IMI (3 anos)
Fração A - Cave	Arrumos	28/08/2017	5 000,00€	16,90€	50,70€
Fração B Cave+R/chão	Comércio e arrumos	28/08/2017	41 670,00€	140,84€	422,52€
Fração C -1ºAndar	Habitação	28/08/2017	28 760,00€	97,21€	291,63€
Fração D -2ºAndar	Habitação	28/08/2017	25 900,00€	87,54€	262,62€
Fração E- 3ºAndar	Habitação	28/08/2017	9 880,00€	33,39€	100,17€

Assim, o município perderá receita anual no valor de 375,88€ e de 1 127,64€ durante os 3 anos da isenção de IMI, referentes ao imóvel objeto de apreciação. -----

3.9. No que respeita ao IMT, considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio (13/11/2014) e o início da obra de reconstrução (alvará emitido 27/04/2016) não ultrapassou os três anos, o requerente cumpriu o prazo estipulado na alínea b) do nº2 do EBF.- O requerente apresentou a nota de cobrança de IMT, com a referência nº160214224800039, na importância de 7 475,00€, liquidada em 13 de novembro de 2014. -----

3.10. Estando o prédio urbano dentro da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - ARU, e cumprindo o disposto no ponto 3.3 e 3.6, fica enquadrado no regime específico que permite deduzir, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€. --

3.11. Considerando que o prédio urbano se situa dentro da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - ARU, fica sujeito a tributação à taxa autónoma de 5%, no caso da primeira alienação, as mais-valias auferidas por sujeito passivo de IRS. -----

3.12. No que respeita à certidão para tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por arrendamento, a mesma incide sobre as frações a seguir descritas: -----

Imóvel Artigo matricial: 6872	Uso da unidade
Fração A - Cave	Arrumos
Fração B Cave+R/chão	Comércio e arrumos
Fração C -1ºAndar	Habitação
Fração D -2ºAndar	Habitação
Fração E- 3ºAndar	Habitação

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI, por um período de três anos, dando cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 45.º do EBF. -----

4.2. Considerando que o período que decorreu entre a aquisição do prédio e o início da obra de reconstrução não ultrapassou os três anos, propõe-se o deferimento do pedido de restituição do IMT, no valor de 7 475,00€, com base no estipulado na alínea b) do n.º2 do artigo 45.º do EBF. -----

4.3. Propõe-se ainda a emissão da certidão para efeitos de isenção de IRS em 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação até ao limite de 500€, tributação à taxa autónoma de 5% das mais-valias auferidas decorrentes da primeira alienação, e a tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos, nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com os números 18 e 24 do artigo 71.º do EBF. -----

4.4. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.5. Após aprovação em reunião de Câmara Municipal, o pedido de isenção de IMI e restituição do IMT, deverá, posteriormente ser submetido para deliberação, à Assembleia Municipal, tendo em consideração que é da competência deste órgão conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos, de acordo com o disposto no ponto 2.º, no artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. ---

4.6. Em caso de aprovação por parte da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal deverá comunicar, no prazo de 20 dias, ao Serviço de Finanças de Chaves o reconhecimento da situação do edifício. -----

4.7. Notificar o requerente da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto no artigo 114.º do Código do Procedimento Administrativo, acompanhada da presente informação técnica. -----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.13. AMPLIAÇÃO/ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 671/17 - HERCULANO TEIXEIRA DE BARROS - LUGAR DE SÃO ROQUE, MADALENA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 29.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução -----

1.1. Pretensão do requerente -----

Veio o Sr.º Herculano Teixeira de Barros, através do requerimento n.º1715/17 dar início ao processo n.º464/17 com vista à legalização

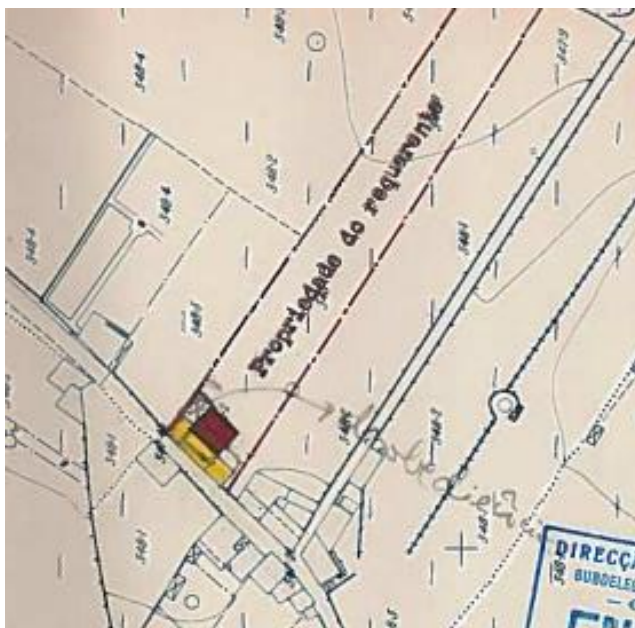
de uma operação urbanística de edificação que carece ainda de obras de construção destinado a prédio de habitação coletiva nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), bem como pelo artigo 73º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e edificação (RMUE) situado na Rua de São Roque Madalena, apresentando para o efeito o respetivo projeto de arquitetura.-----

Por leitura da memoria descritiva verifica-se que é pretensão do requerente a legalização de um edifício pretendendo ainda a proceder a obras de alteração ao mesmo. -----

1.2. Antecedentes-----

Por consulta do processo correspondente à LO nº426/79 verifica-se:---

- A LO nº426/79 corresponde à construção de um prédio rés-do-chão e andar com uma área de implantação de 107m² e uma área bruta de construção de 283,94m² e foi emitido em nome do Sr. Delmar Pinheiro dos Santos. Verifica-se ainda que por leitura do processo correspondente que a construção a erigir se encontraria a 5 metros da extrema confrontante com o caminho e que os anexos ai existências deveriam ser demolidos. Mais se refere que as distancias às extremas a nascente e poente no projeto eram de respetivamente de 5 e de 10 metros.-----



- A obra foi sujeita a embargo a 8 de janeiro de 1980, por a obra não estar a cumprir o projeto aprovado e nomeadamente a implantação do edifício que foi totalmente diferente à autorizada e a qual era definida um afastamento do caminho publico de 5 metros.-----

- Foi ainda, a obra sujeita a desobediência ao embargo e encaminhada para tribunal, tendo ainda o técnico, responsável pela direção técnica e dos cálculos de betão armado retirado a responsabilidade da obra em virtude do não cumprimento do projeto e da implantação da mesma obra. -----

- Verifica-se ainda que o imóvel existente possui uma área bruta de construção de 522.16m² e não de 283.94 m² como consta na licença n.º426/79.-----

- Verifica-se ainda que a construção foi implantada não resguardando qualquer afastamento ao caminho publico bem como ao limite nascente do terreno.-----

• Através do processo nº 560/17 veio o atual proprietário, e através do requerimento nº1433/17 solicitar a aprovação de um projeto de arquitetura referente à operação urbanística consubstanciada na obra de remodelação /ampliação de edifício existente.-----
Tendo em linha de conta que a edificação em causa, não cumpriu as condições de licenciamento constantes na licença de obras nº426/79, quer no que concerne à implantação, quer no que respeita à área bruta de construção aprovadas, a mesma não poderia ser considerado como uma pré-existência à luz do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 5º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. Neste contexto e por informação técnica de 14 de setembro último foi proposta a rejeição liminar do pedido nos termos da alínea b) do nº2 do artigo 11 do RJUE tendo recaído sobre a mesma concordância superior.-----

2. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1. - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- A do RJUE salientando-se que a respetiva instrução tem enquadramento na Portaria 113/2015. -----

2.2. - No Regulamento Municipal de urbanização e edificação (RMUE)--

O pedido apresentado tem enquadramento legal no artigo 73.ºC - Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (de seguida designado por RMUE). Refira-se ainda que nos termos do disposto no seu nº13 a operação urbanística objeto de legalização que carece de obras deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização.-----

2.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se que o prédio urbano encontra-se, de acordo com o plano diretor municipal e plantas de ordenamento do mesmo está inserido em espaço da Classe 1 Espaço Urbano e Urbanizável e na categoria 1.1-Cidade de Chaves.-----
Segundo a planta de condicionante o terreno possui uma servidão por se situar em zona adjacente ao rio Tâmega integrada esta em domínio hídrico.-----

3. ANÁLISE -----

3.1. Instrução do pedido-----

A instrução do processo, de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.º 15 do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4 do artigo 102.º-A do RJUE.-----

3.2. Consultas a entidades externas -----

O local objeto da pretensão encontra-se inserido na zona adjacente ao rio Tâmega integrada esta em domínio hídrico. Neste contexto, o processo de licenciamento, objeto de análise, foi encaminhado à ARH-Norte, no sentido de promover a consulta à entidade supra identificada, para efeitos de apreciação e emissão de parecer, nos termos previstos no artigo 13º, do RJUE.-----

4. Parecer da entidade externa- ARH-APA (Agencia Portuguesa do ambiente) -----

Face ao parecer da APA Agencia Portuguesa (requerimento n.º994/18 de 18 de maio) anexo ao presente processo e que no essencial abaixo se transcreve verifica-se que a entidade consultada emite parecer desfavorável.-----

De acordo com o estabelecido no ponto 5 do artigo 25º da Lei nº 54/2005, de 15 de novembro, *"Nas áreas delimitadas como zonas de ocupação edificada condicionada só é permitida a construção de edifícios mediante autorização de utilização dos recursos hídricos afetados e desde que:*

a) Tais edifícios constituam complemento indispensável de outros já existentes e devidamente licenciados ou que se encontrem inseridos em planos já aprovados; e, além disso,

b) Os efeitos das cheias sejam minimizados através de normas específicas, sistemas de proteção e drenagem e medidas para a manutenção e recuperação de condições de permeabilidade dos solos."

Também, de acordo com o ponto 6 do mesmo artigo, *"As cotas dos pisos inferiores dos edifícios construídos nas áreas referidas no número anterior devem ser sempre superiores às cotas previstas para a cheia com período de retorno de 100 anos, devendo este requisito ser expressamente referido no respetivo processo de licenciamento"*.

Face ao exposto, e uma vez que a edificação objeto de regularização/ampliação não configura um edifício devidamente licenciado, e se encontra inserida em zona de cheia classificada como Zona adjacente, com uso exclusivo destinado a habitação desde a cota de soleira, podendo vir a comprometer a segurança de pessoas e bens, comunica-se a V. Excelência a emissão de parecer desfavorável à pretensão.

5. Considerações fundamentadas da Proposta de decisão-----

- Considerando que nos termos do artigo 13 do RJUE foi consultada a APA-agência portuguesa do ambiente, dado o local objeto da pretensão se encontrar inserido na zona adjacente ao rio Tâmega integrada esta em domínio hídrico.-----

- Considerando que a entidade APA emitiu parecer desfavorável à pretensão. Pelas razões acima expressas.-----

6. Proposta de decisão -----

Atendendo a todo o supra citado no ponto 4 da presente informação e conclusão descrita no ponto 5, sou a propor e atendendo a todo o supra citado na presente informação com especial relevância ao descrito nos pontos 4 e 5 da presente informação -parecer desfavorável da entidade consultada sou a propor nos termos da alínea c) do ponto 1 do artigo 24 do RJUE¹⁰, o indeferimento do pedido formulado por requerimento nº1715/17 em que se previa a licença especial de legalização- (legalização de imóvel e ampliação do mesmo).-----

Caso a Ex^{ma} Câmara Municipal concordar com a proposta acima enunciada notificar-se o requerente para no prazo de 10 dias, nos termos do artigo 122 do CPA (código do procedimento administrativo), querendo, pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto, bem como requerer diligências complementares e juntar elementos sobre o sentido da deliberação e respetivos fundamentos findo o qual na ausência de pronúncia deve considerar o indeferimento como definitivo nos termos do artigo nº121 do mesmo código.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

¹⁰ c)do nº1 do artº 24º do RJUE-Tiver sido objecto de parecer negativo ou recusa de aprovação ou autorização de qualquer entidade consultada nos termos do presente diploma cuja decisão seja vinculativa para os órgãos municipais.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.14. AMPLIAÇÃO DE ARMAZÉM COMERCIAL, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 606/95 - ERNESTO PEREIRA MACHADO - LUGAR DE S. BENTO, MADALENA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 24.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1-Através dos requerimentos n.º 356/17, 1121/17, 2004/17 e 919/18, referente ao processo n.º 606/95, o Sr.º Ernesto Pereira Machado, solicita, aprovação do projeto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciado, na legalização das obras de ampliação¹¹ de um edifício (lic.ª inicial n.º 335/98, 392/88, 364/97, 470/98 e 309/07) destinado a armazém comercial, situado no lugar de São Bento, freguesia da Madalena no concelho de Chaves.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Licença n.º 335/87, para "reconstrução de um estabelecimento comercial" de r/chão e andar com a área de 803.20 m².-----

2.2- Licença n.º 392/88, para "ampliação de um estabelecimento comercial" com a área de 323.00 m².-----

2.3- Licença n.º 364/97, para "construção de armazém comercial" com a área de 768.60 m².-----

2.4- Licença n.º 470/98, para "ampliação de um armazém comercial" com a área de 168.50 m².-----

2.5- Autorização de Utilização n.º 36/99, para armazém comercial.-----

2.6- Licença n.º 309/07, para "construção de um muro de vedação com 180 ml", inscrito na matriz com o n.º 1748 e descrito na conservatória sob o n.º 04057/311002.-----

2.7- Proc.º 23/09, para estabelecimento comercial (supermercado), caducado.-----

2.8- Proc.º 681/14, para construção de "instalações sanitárias de apoio", o processo foi indeferido.-----

2.9- Participação n.º 45/2015, face as obras de ampliação, levadas a efeito sem controlo prévio por parte da administração.-----

2.10- Pedido de legalização das obras de ampliação de um edifício destinado a armazém comercial, indeferido por deliberação de Câmara datada de 15/04/2016.-----

2.11- Auto de embargo e suspensão de obras particulares, datado de 17/04/2017, face as obras levadas a efeito sem controlo prévio.-----

2.12- Em 10 de Julho de 2017, foi criada a informação/proposta n.º 1016/SCOU/2017, a qual não foi presente a reunião de Câmara, pela caducidade das medidas preventivas, em 27 de Julho de 2017.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no anexo I, ponto I, n.º 15 e 16 do ponto III da Portaria 113/2015 de 22 de Abril, designadamente:-----

¹¹ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

- Certidões da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente aos prédios abrangidos; -----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Ficha de áreas/medição;-----
- Estimativa do custo total da obra;-----
- Calendarização da execução da obra;-----
- Termos de responsabilidade, subscritos pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Comprovativo de contratação de seguro de responsabilidade civil do técnico;-----
- Comprovativo da inscrição do técnico em associação pública de caráter profissional;-----
- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10 000;-----
- Planta de localização à escala 1:2 000;-----
- Planta de localização s/escala;-----
- Extratos da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Planta de implantação à escala de 1: 500;-----
- Planta de síntese à escala 1:1 000;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Planta síntese/uso à escala de 1: 500;-----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- Pormenores construtivos á escala 1:20;-----
- Mapa de acabamentos;-----
- Desenho de alterações;-----
- Plano de acessibilidades e respetivo termo de responsabilidade;----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Fotografias;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:500;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Planta de arranjos exteriores;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Projeto de redes prediais de água e esgotos;-----
- Projeto de segurança contra incêndio;-----
- 4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**
- 4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**
- 4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), por reportar à legalização das obras de ampliação de um armazém comercial.-----
- 4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----**
- 4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 A, o terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----
- 4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----**
- 4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento na alínea c) do artigo 24.º (Impacte urbanístico relevante) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- No estrito cumprimento, do despacho superior datado de 18 de Abril de 2018, do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado, o presente processo vai ser analisado à luz do regulamento do Plano Diretor Municipal atualmente em vigor (Aviso n.º 5233/2018).-----

Relativamente à reunião sugerida no referido despacho, há a referir que contactado o projetista, este referiu, que não havia necessidade da mesma, pois o interessado pretende manter a proposta apresentada, as quais coincidem com as suas intenções de ação (de acordo com o requerimento n.º 919/18 de 9 de Maio de 2018).-----

5.2- O requerente pretende a legalização da ampliação de um imóvel destinado a armazém comercial e concluir a obra, que foi objeto de Auto de embargo e suspensão de obras particulares, datado de 17/04/2017.-----

5.3- A projeto apresentado, prevê a legalização da ampliação de um armazém comercial, de r/chão e andar, com a área bruta de construção de 6 313,10 m². Existe um aumento de área de 2 063,30 m², relativamente à construção licenciada ao abrigo das lic.ª de construção n.º 335/87, 392/88, 364/97 e 470/98.-----

5.4 - Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C - Procedimento de legalização de operações urbanísticas, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao "armazém comercial" em 2017-06-29, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º"134" e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.5- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de se tratar de um "armazém comercial", que necessita de obras de correção e/ou adaptação, as quais, se prende, com o acabamento das obras, de acordo com o projeto apresentado sob requerimento n.º 1121/17, de 28 de Junho de 2017.-----

5.6- A apreciação do projeto de arquitetura apresentado, baseia-se no levantamento topográfico apresentado pelo requerente, devendo ser apresentada Certidão da Conservatória do Registo Predial que se coadune com ele. -----

5.7- O "armazém comercial" que se pretende legalizar as obras de ampliação, é uma preexistência, pelo facto de estar devidamente licenciado, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 5¹², da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

¹² Artigo 5º - Preexistências-----

1 - Para efeitos do presente Regulamento consideram-se preexistências as actividades, explorações, instalações, edificações, equipamentos ou quaisquer atos que, executados ou em curso à data de entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cumpram nesse momento qualquer das seguintes condições:-----

a) Não carecerem de qualquer licença, aprovação ou autorização, nos termos da lei;-----

b) Estarem licenciados, aprovados ou autorizados pela entidade competente, nos casos em que a lei a tal obriga, e desde que as respetivas licenças, aprovações ou autorizações não tenham caducado ou sido revogadas ou apreendidas.-----

5.8- A edificação, têm uma área bruta de construção de 6 313,10 m², o que implica um índice de utilização (Iu) de 0,61 m²/m², que resultam da aplicação da seguinte fórmula: área bruta de construção/área do terreno = 6 313,10 m²/ 10 411,15 m² = 0,61 m²/m².-----

5.9- Face à tipologia do imóvel previsto (estabelecimento comercial) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea d), do n.º 3, do art.º 12.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, uma vez que contempla no interior do seu prédio 104 lugares de estacionamento automóvel (sendo 3 destinados a pessoas com mobilidade condicionada), o qual é superior ao valor mínimo de 75 lugares previstos naquela norma regulamentar.-----

5.10 - O projeto apresentado, dá cumprimento, ao disposto no Decreto - Lei 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo que, está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o n.º 8 do art.º 20 do RJUE;-----

5.11 - Nos termos das disposições combinadas previstas no n.º 5, do art.º 44.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e na alínea c), do n.º 1 do art.º 24.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a operação urbanística em causa tem de ser considerada como de impacte relevante.-----

5.12 - Neste contexto, e atento o disposto no n.º 5, do art.º 44.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a operação urbanística em análise fica sujeita às cedências e compensações previstas para as operações de loteamento, tendo assim de cumprir o disposto sobre tal matéria nos artigos 43º e 44º do RJUE, e nos artigos 20.º e 21.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

5.13- O requerente não propõe ceder ao domínio público, qualquer área, destinada a arruamentos, espaços verdes e/ou de utilização coletiva, ficará deste modo sujeito ao pagamento do valor da respetiva compensação, de acordo com o previsto no art.º 30.º, do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabela de Taxas e Licenças devidas pela Realização de operações urbanísticas.-----

5.14- De acordo com o n.º 2, do artigo 21.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal a área global máxima exigível para integração no domínio público, corresponde à soma das áreas destinadas a espaços públicos verdes, de utilização coletiva ou de circulação, e a equipamentos públicos ou de utilidade pública, não poderá exceder o menor dos seguintes valores:-----

5.13.1- A área global máxima (m²) ≤ 40% (área do terreno) (m²)-----
 0,00 m² ≤ 40% (10.411,15 m²) ----- 0,00 m² ≤ 4.164,46 m²-----

5.14.2- A área máxima exigível destinada especificamente a equipamentos públicos ou de utilidade não poderá ultrapassar o valor numericamente igual a 25% da área bruta de construção prevista na operação.-----

Área máxima para equipamentos públicos ≤ 25% (Área bruta de construção) (m²)-----

0,00 m² ≤ 25% (de 2.063,30 m²) ----- 0,00 m² ≤ 515,83 m²

5.14.3- As áreas destinadas a espaços públicos - espaços verdes ou de utilização coletiva, arruamentos viários e pedonais, estacionamentos - não podem exceder o valor máximo global correspondente a 15% da área total do terreno objeto da mesma operação-----

Área total máxima ≤ 15 % (área do terreno) (m²)-----
 0,00 m² + 0.00 m² ≤ 15 % (de 10.411,15 m²) ----- 0,00 m² ≤ 1.561,67m²

5.15- Nestes termos pode-se concluir que, as áreas máximas a ceder para o domínio público por força do disposto no artigo 21.º, do Regulamento do P.D.M., seriam de 1.561,67 m², destinado a espaços públicos (espaços verdes, arruamentos viários e pedonais e estacionamento) e 515,83 m², destinado a equipamentos de utilização coletiva.-----

5.16- Considerando, que o requerente não propõe com a presente operação urbanística ceder qualquer área ao domínio público, resulta assim, uma área não cedida para arruamentos, espaços verdes e/ou de utilização coletiva de $(1.561,67 \text{ m}^2 + 515,83 \text{ m}^2) = 2.077,50 \text{ m}^2$, a qual é inferior à máxima admissível, ou seja, em cumprimento do estipulado na alínea a) do n.º2 do artigo 21.º do Regulamento do PDM, o município não poderá exigir para cedências ao domínio público uma área superior a 40% da área total do terreno $(40\% \times 10.411,15 \text{ m}^2 = 4.164,46 \text{ m}^2)$.-----

5.17- Face ao que vem de ser dito, conclui-se que a proposta urbanística patenteada possui um défice de área de cedência 2.077,50 m².-----

5.18- Neste sentido, e em conformidade com o disposto no artigo 30.º, do "Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas", o valor da compensação em numerário que o requerente terá de pagar é de 125.273,25 euros, em resultado da fórmula a seguir indicada:-----

$$C = L \times K \times A \text{ (m}^2\text{)} \times V/2 = 1,0 \times 0,25 \times 2.077,50 \times 482,40 / 2 = 250.546,50/2 = 125.273,25 \text{ €}$$

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades e do autor do levantamento topográfico, cujos teores se mostram adequados;-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS, ADMINISTRATIVAS E VALOR DA COMPENSAÇÃO APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1- De acordo com o n.º 4, do art.º 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 3.548,88 euros.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 6.707,11 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 10.255,99 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

7.4- De acordo com o artigo 30.º, do Regulamento n.º 314/2010, o valor da compensação, em numerário, a pagar ao Município é de 125.273,25 euros.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que se trata de uma edificação, em que foram levadas a efeito, obras sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.-----

8.2- Considerando, que a operação urbanística, consubstanciada, na ampliação de um "armazém comercial", compagina-se com os afastamentos existentes na envolvente imediata, os alinhamentos à via pública com a qual confronta e o índice de utilização do solo, ao propor para este último um valor de 0.61 m²/m². Neste sentido, pode -se concluir que projeto em causa respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos no artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento

do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

8.3- Considerando que, há necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no "armazém comercial", que se prendem com a execução dos trabalhos propostos no projeto em apreciação.-----

8.4- Considerando, foram apresentados os projetos de especialidades necessários para a operação urbanística em concreto, previstos no n.º 16, do ponto III, da Portaria 113/2015.-----

8.5- Considerando, que nos termos das disposições combinadas previstas no n.º 5, do artigo 44.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e na alínea c), do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a operação urbanística em causa, tem de ser considerada como de impacte relevante, implicando por este facto, áreas de cedência ao domínio público e pagamento de compensação por áreas não cedidas.-----

8.6- Considerando, que não propõe ceder qualquer uma área ao domínio público, existindo assim, um défice de área não cedida de 2.077,50 m², o que implica, o pagamento de uma compensação em numerário no valor de 125.273,25 €-----

8.7- Considerando, que há obras de correção a serem levadas a efeito, o título a emitir será o alvará de licença especial de legalização, conforme previsto no n.º 4 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.8- Considerando, que se trata de uma legalização das obras de construção, propõe-se, que o processo seja encaminhado para a Divisão de Administração e Fiscalização, para os fins tidos por convenientes.

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigos 102.º- A e artigo 73.º-C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:---

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal, delibere deferir a legalização das obras de ampliação do "armazém comercial", e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o licenciamento das mesmas.-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação, e face as obras de correção a levar a efeito, deverá o interessado, no prazo máximo de 90 dias, apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respetivo o alvará de licença especial de legalização, designadamente:

- Apólice de seguro de construção;-----

- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;-----

- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra;-----

- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----

- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----

- Plano de segurança e saúde;-----
- 9.2- Deverá proceder ao prévio pagamento das taxas urbanísticas e administrativas, no valor de 10.255,99 euros (dez mil duzentos e cinquenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos), para emissão da licença de construção, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 116.º do RJUE.-----
- 9.3- Deverá ainda, proceder ao pagamento do valor da compensação, a qual ascende ao montante de 125.273,25 € (cento e vinte e cinco mil duzentos e setenta e três euros e vinte e cinco cêntimos), no ato da emissão do alvará de construção.-----
- 9.4 -Deve ainda ser apresentada, Certidão da Conservatória do Registo Predial que se coadune com o levantamento topográfico.-----
- 9.5- Em conformidade com o n.º10 do artigo 73.º-C do RMUE, e de acordo com o preceituado no n.º 14, do mesmo artigo do referido diploma legal, vir requerer, num prazo de 30 dias úteis, após a realização das obras, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----
- À Consideração Superior.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²) - aumento de área de 2 063,30 m²-----

QUADRO I-----**- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)**-----

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)					
QUADRO III					
		s/n	C/m²	Custo (C)	
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem				
	- Semipenetração betuminosa	0	0,27	0,00	
	- Betão betuminoso	1	0,16	0,16	
	- Granito (calçada a cubos)	0	0,22	0,00	
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,10	0,00	
	- Betão	0	0,22	0,00	
	Passeios				
	- Lancil (Betão)	1	0,20	0,20	
	- Lancil (Granito)	0	0,39	0,00	
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	1	0,19	0,19	
	- Pavimento (Mosaico)	0	0,29	0,00	
REDE DE ÁGUA		1	0,27	0,27	
REDE DE ESGOTOS		1	0,38	0,38	
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1	0,52	0,52	
	C - custo das obras existentes na via pública			1,72	
	A - área bruta da obra a realizar (ampliação)			2063,3	m²
	Ampliação de edifícios de habitação coletiva, comércio e serviços				
	- n.º 4 do artigo 25.º				
	T = C x A		T =	3.548,88	€

- Cálculo das taxas administrativas

(art.º 66 e 76 da subseção IV)

Descrição	Taxa	Valor
Capítulo II		
EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV		
EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV		
EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º		
Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17		
Emissão de aditamento ao alvará		38,70 €
n.º 18		
Aumento de área bruta de construção, acresce por m² adicional	2063,30m² 3,20€	6 602,56 €
n.º 16		
Prazo de execução da obra, por cada mês	1 11,85€	11,85 €
Art.º76, n.º6		
Vistoria		54,00 €
TOTAL		6 707,11€

TOTAL A LIQUIDAR..... 3.548,88 € + 6. 707,11 € =10.255,99 €---
DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 30.05.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 04.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.15. ALTERAÇÕES A HABITAÇÃO E ANEXOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 761/17 – ROBERTO FERNANDEZ DELGADO – RUA MANUEL JOAQUIM PEREIRA, VIDAGO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 29.05.2018. ----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I – Antecedentes-----

O requerente possui alvará de licença de obras n.º225/84 referente a uma habitação de r/c e andar, sendo o titular Altina Rosa Fernandes, sita na Rua Manuel Joaquim Pereira, em Vidago.-----

Através do requerimento n.º 1964/17 o requerente vem solicitar a legalização de alterações uma habitação e anexos, sita na Rua Manuel Joaquim Pereira-Vidago, União das Freguesias Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras, em Chaves.-----

Face ao solicitado, pela requerente, e de acordo com o preceituado no n.º6 do artigo 73-C do RMUE, pelo que o processo em causa foi à Comissão de Vistorias, a qual procedeu à realização da **Vistoria Municipal**, em conformidade com o plasmado no n.º8 do artigo 73-C conjugado com os números 6,7 e 9 por forma a legalizar a edificação existente desde 1974, conforme auto n.º 166 de 30/11/2017, o **qual se remeteu cópia ao requerente.**-----

Através do requerimento n.º 293/18, vem apresentar as especialidades solicitadas através da informação técnica de 03/01/2018. No entanto, não dá cabal ao solicitado no auto de vistoria n.º 166 de 30 de Novembro de 2017, no qual é referido no seu ponto n.º3, que não dá cumprimento ao artigo 15 do RMUE, pelo que foi dado o prazo de 10 dias para vir a processo sob pena de rejeição liminar do pedido.-----

Através do requerimento n.º 730/18, vem novamente o requerente apresentar elementos, nomeadamente os termos de responsabilidade, fichas de áreas, recibo de pagamento de água e luz, mas não apresenta o projeto de arquitetura com o cumprimento do artigo 15.º do RMUE solicitado na informação técnica de 09/02/2018.-----

II - Pretensão-----

A pretensão incide sobre um pedido de Legalização das obras numa habitação, sita na Rua Manuel Joaquim Pereira-Vidago.-----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 761/17 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.2- Vila de Vidago. -----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 761/17 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º 732/95 de 22 de Outubro (RMUE),----

IV - Análise Processual-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 1964/17 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RMUE.-----

Através do requerimento n.º 1032/18, vem novamente o requerente apresentar projeto de arquitetura referente à habitação, mas nada refere sobre os anexos, nomeadamente não apresenta projeto de legalização, nem refere nada em memória descritiva e justificativa sobre a legalização dos mesmos.-----

V - Da Proposta em Sentido estrito-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

1- Propondo o indeferimento da legalização das alterações na habitação e anexos, solicitado pelo requerente;-----

2- De acordo com o articulado nos artigos 121.º e 122.º, do CPA, a que se refere a audiência dos interessados, deverá o requerente para o efeito, ser notificado para vir ao processo, por escrito, no prazo de dez dias, dizer o que se lhe oferecer, sobre o assunto.-----

3- Caso o requerente não venha a processo, no prazo estipulado, deverá ser formalmente indeferido o pedido do requerente nos termos do CPA.- À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.16. AMPLIAÇÃO/ALTERAÇÃO A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 193/18 - MARIA ALICE GONÇALVES LAGE CALADO - LUGAR DO EXTREMO, SEARA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 04.06.2018. ----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Antecedentes-----

O Sr. Messias Prata possui alvará de licença de obras referente a uma habitação com o n.º 501/1983 para construção de uma habitação de r/c com área de 132,80 m2, andar com 157,69 m2 e sótão com 87,85 m2, sendo a área global de 378,84 m2, sita na Estrada do Seara, bem com alvará de licença de autorização de utilização n.º27/05, na União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, em Chaves. -----

II - Introdução-----

Através do requerimento n.º 554/18 a Sr.ª Maria Alice Gonçalves Lage Calado, vem solicitar a legalização de ampliação e alterações à habitação licenciada sob o n.º 501/83, sita no Lugar do Extremo, Estrada do Seara, na União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, em Chaves.-----

III - Saneamento e apreciação liminar-----

O projeto apresentado sob requerimento n.º 988/18 refere-se a uma reconstrução, apresentando para o efeito o projeto de arquitetura nomeadamente:-----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, documentos de legitimidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----

- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização, plantas, alçados e cortes;-----

Respeitando o disposto na Portaria 113/2015, de 22 de Abril relativamente aos Elementos instrutórios III, constantes do n.º 15 do Anexo I.-----

IV- Enquadramento Urbanístico-----

4.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

4.1.1- De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 193/18 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 2- Espaços Industriais. -----

4.1.2- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

4.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 193/18 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE),----

4.3- Regulamentos Municipais-----

O processo n.º 353/18, enquadra-se no disposto no n.º2 do artigo 5 do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

V - Caracterização e Análise da Pretensão-----

O requerente através do requerimento n.º 554/18, apresenta pedido de legalização de ampliação e alterações à habitação licenciada sob o n.º 501/83 e descrita no registo predial- registo n.º 998/20050428:-----

A matriz urbana, refere artigo 312 com a seguinte descrição:-----

Área total = 3300,00 m2-----

Área coberta =133,00 m2-----

Área descoberta =3167,00 m2-----

A parte urbana é composta de r/c, andar e sótão com área total de construção de 378,84 m2 -----

Dada a pretensão, legalização de ampliação da edificação existente, e de acordo com o preceituado no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE, pelo que o processo em causa foi à Comissão de Vistorias, a qual procedeu à realização da **Vistoria Municipal**, em conformidade com o plasmado no n.º 8 do artigo 73-C conjugado com os números 6, 7 e 9 por forma a legalizar a edificação, conforme auto n.º 22 de 12/03/2018.-----

De acordo com memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a legalização da construção existente possui uma área de implantação de 240,80 m²;-----

►A intervenção baseia-se na legalização da ampliação da habitação e alterações a nível de interiores;-----

►A intervenção a legalizar necessita de obras;-----

►A edificação possui uma área de construção 477,90 m², sendo a área a legalizar apenas 99,5 m² (477,90- 378,40= 99,5 m²);-----

O pedido formulado encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RMUE.-----

Trata-se pois de uma edificação existente, com execução de obras, enquadrando-se assim, no n.º 2 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 4 do art.º 73-C do RMUE, com a **emissão de licença especial de Legalização**.-----

O procedimento de legalização da edificação é precedido de **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE. Da realização da referida Vistoria foi lavrado o respectivo auto de vistoria n.º 22/18 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objectivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objectivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

Face ao teor do auto de vistoria- AUTO N.º 22/18- no qual refere que: n.º 3- O projeto apresentado não retrata a situação existente no local, isto é, no logradouro do imóvel, existe contíguo ao alçado posterior um "coberto" não representado em projeto.-----

Considerando que se trata de uma pré-existência, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Reg. do PDM.-----

O requerente através do requerimento n.º 1021/18, vem dar cumprimento ao solicitado na informação técnica de 08/05/2018, solicitando:-----

1- Averbamento do processo para o novo titular do prédio, descrito no registo predial- registo n.º 998/20050428;-----

2- Acrescentar que o r/c se destina ao uso de comércio/serviços;-----

3- Apresentar projeto de arquitetura, com plantas, e novo quadro de áreas-----

Considerando que o projeto de arquitetura e especialidades referentes à legalização, retrata a situação existente no local;-----

Considerando que a legalização necessita de obras para o seu acabamento;-----

Considerando que todos os elementos que compõem o projeto apresentado estão em conformidade com o projeto proposto para a sua legalização e execução da obra;-----

Considerando que a requerente comprova, através da certidão de registo predial, ser a titular do terreno e do prédio urbano, **emitir parecer favorável ao averbamento do processo**.-----

IV - Responsabilidade-----

O projeto de arquitetura está instruído nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, constituindo assim, garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.-----

V - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

Considerando que o projeto de arquitetura e especialidades apresentados se encontra em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como fazem parte os Elementos instrutórios III, constantes do n.º 15 do Anexo I, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril. -----

Considerando que possui as infraestruturas necessárias, nomeadamente, rede de abastecimento público de água, rede de saneamento e rede de abastecimento de eletricidade e arrumamentos. -----

Considerando que o projeto de arquitetura apresentado se adequa com as normas legais e regulamentares em vigor, nomeadamente a inserção urbana, com o regulamento do PDM.-----

Considerando que fazem parte dos processos os projetos de especialidades, inerentes às obras a legalizar;-----

Considerando que o procedimento de emissão da licença especial de legalização a que se refere o n.º 4 do artigo 73.º-C do RMUE, deverá ser instruído, em tudo o que se refere às obras a executar, com os elementos definidos na Portaria 113/15, em conformidade com o preceituado no n.º.18 do retrocitado artigo, nomeadamente:-----

- 1- O cumprimento com o disposto no ponto 1 do artigo 76.º do RJUE solicitar a emissão do respetivo alvará de licença, instruído de acordo com o disposto n.º3 da Portaria n.º 113/15, nomeadamente os seguintes elementos: *n) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de setembro; -----*
- o) Apólice de seguro de construção, quando for legalmente exigível;--*
- p) Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra e pelo diretor de obra; -----*
- q) Número do alvará ou de registo emitido pelo InCI, I. P., que confira habilitações adequadas à natureza e valor da obra; -----*
- r) Livro de obra, com menção de termo de abertura; -----*
- s) Plano de segurança e saúde; -----*
- t) Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho.-----*

VI - Proposta de Decisão-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

1- Propor a emissão da competente decisão administrativa de aprovação de licença especial de legalização;-----

2- Averbamento do processo para o novo titular do prédio, descrito no registo predial- registo n.º 998/20050428;-----

3- Acrescentar que o r/c se destina ao uso de comércio/serviços;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização e ampliação da habitação e comércio/serviços, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 4 e 13, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer a sua emissão de alvará de licença especial de legalização, dando cumprimento ao ponto 1 do artigo 76.º do RJUE.

VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental.-----

Taxa de infraestruturas urbanísticas
(T)

QUADRO I				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m ²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	6,4		14,49	92,74 €/m
	Passeios					
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	2,2		16,24	35,73 €/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0		25,52	0,00 €/m
REDE DE ÁGUA		1	/	22,04		22,04 €/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,80		34,80 €/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1	/	46,40		46,40 €/m

C - custo das obras existentes na via pública / m	231,70 €/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública	27,9
N - número de pisos	3

Edifícios de habitação coletiva ou de utilização mista, com um número de pisos igual ou inferior a 4 (N≤4)

- alínea b.1) do n.º 1 do artigo 24.º

$T = C \times m \times [0.3 + 0.05 (N-1)]$	$T = 2.585,82 \text{ €}$
--	--------------------------

VIII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Alvará -----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 69.º do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves.-----

No que diz respeito às taxas de Emissão de alvará, estas terão de corresponder às taxas de emissão de alvará de licença especial, pelo que o seu calculo é:-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 6	Edifícios mistos, por fogo ou unidade de ocupação			
a)	Fogos			
i)	Até 100 m2	0	67,95 €	0,00 €
ii)	De 101 m2 a 150 m2	0	73,15 €	0,00 €
iii)	Superior a 150 m2	1	78,35 €	78,35 €
b)	Unidade de ocupação			
i)	Até 100 m2 de área bruta de construção	0	108,10 €	0,00 €
ii)	De 101 m2 a 300 m2 de área bruta de construção	1	162,10 €	162,10 €

iii)	De 301 m2 a 2000 m2 de área bruta de construção	0	216,10 €	0,00 €
iv)	Superior a 2000 m2 de área bruta de construção	0	540,35 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	6	11,85 €	71,10 €
TOTAL				376,40 €

IX - Das Taxas Devidas pelo Averbamento do processo -----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 73.º do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves.-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo				
I	SERVIÇOS, ACTIVIDADES E LICENCIAMENTOS DIVERSOS			
Secção I	SERVIÇOS, DIVERSOS E COMUNS			
Artigo	Taxas a cobrar pela prestação dos seguintes serviços e			
1.º	a emissão dos seguintes documentos			
	Averbamento de processo ou alvarás em nome de novo			
Alínea h)	titular		15,90	15,90

Taxa de infraestruturas urbanísticas	2.585,82 €
Taxas administrativas	376,40 €
Taxas de Averbamento	15,90 €
Valor global da liquidação de taxas	2 978,12 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.17. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 796/13 - MARIA ELISA TEIXEIRA VELOSO - RUA DA EIRA VELHA, VILAR DE IZEU, FREGUESIA DE PLANALTO DE MONFORTE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 05.06.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

1.1. Pretensão do requerente-----

Através de requerimento nº466/18 a Srª Maria Elisa Teixeira Veloso na qualidade de proprietária vem solicitar nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), a legalização da obra de construção de armazém agrícola na rua da Eira Velha, Vilar de Izeu.-----

1.2. Antecedentes-----

O processo nº nº796/13 (do qual faz parte o presente requerimento), teve início através do requerimento nº 2188/13 no qual era solicitado

o licenciamento de uma obra de edificação (regularização) de um prédio destinado a habitação unifamiliar, tendo sido proposta a rejeição liminar do mesmo requerimento.-----
 Por requerimento nº110/18 e 2022/17 foi solicitada a legalização da construção de um imóvel destinado a habitação. No entanto e ainda por requerimento nº266/18 foi pedido a anulação dos requerimentos ora citados.-----

2. Saneamento e apreciação liminar-----

O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

3. Enquadramento da pretensão-----

3.1. Enquadramento no regime jurídico-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por respeitar à legalização das obras de edificação de imóvel destinado a armazém agrícola.-----

3.2. -Nos regulamentos municipais-----

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

3.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se, o prédio a que se reporta o pedido em análise insere-se em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados numa área de -----

Em termos do regulamento do Plano Diretor Municipal é de salientar que no pretérito dia 18 de abril, foi publicado na 2ª série do Diário da Republicação aviso nº5233/2018 com as alterações ao texto do regulamento do plano Diretor municipal e ainda a sua republicação na íntegra, encontrando-se desde já em vigor.-----

4. Características e análise da pretensão -----

4.1. Caracterização e análise legislativa-----

O requerente pretende a legalização de um armazém agrícola com a área de 79,07m2 num terreno com a área de 444,75m2 (pelo qual teremos um $I_c = 0,18m^2/m^2$)-----

Face ao tipo de construção dispersa existente na envolvente, constituído por moradias e/ou armazéns isolados não se deverá aplicar a "moda da cerca" como parâmetro urbanístico essencial mas sim e ainda nos termos da alínea a1) do artigo 19 do regulamento do PDM os seguintes parâmetros correspondente à classe U3.-----

- Como já se mencionou o $I_c = 0,18$ previsto é consequentemente inferior ao máximo permitido para o local de $I_c = 0,8m^2/m^2$.-----

- A altura da edificação é de 4,79m também inferior a 7,5m que é o máximo permitido.-----

- Possuindo só um piso verificasse que o nº de pisos é inferior ao máximo admissível de dois.-----

Verifica-se ainda que a área total de implantação do edifício é inferior a 65% da área do terreno cumprindo assim a alínea d) do mesmo articulad.-----

4.2. -Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE-----

O procedimento de legalização é procedido de vistoria prévia em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73.º-C do RMUE, que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

A 4 de maio ultimo foi realizada vistoria previa ao procedimento de legalização não tendo sido constatadas deficiências de acordo com o retratadas no auto de vistoria n.º 25/2018, não havendo consequentemente objeções à legalização da operação urbanística.-----

5. Parecer/conclusão-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída ---
- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----
- Por vistoria realizada a 4 de maio foi constatado não haver objeções à legalização da operação urbanística em causa.-----

6. Proposta de decisão-----

Atendendo a todo o supra citado no ponto 3 da presente informação e conclusão descrita no ponto 4, sou a propor o deferimento do pedido de legalização da operação urbanística correspondente a um armazém agrícola.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração da habitação unifamiliar e da construção de anexo de apoio, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que a emissão do título-autorização de utilização com menção expressa que a ampliação ao edifício foi sujeita ao procedimento de legalização assim como os armazéns aí existentes-ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

7. Nos termos do artigo n.º 117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações 294,45€ de acordo com mapa de medição em anexo:

Anexo :Calculo do valor das taxas municipais-----

8. - Cálculo das taxas administrativas-(TA)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo				
II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção				
IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo				
66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1		64,85 e
n.º 11	Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congêneres, inseridos,	79	1,00 e	79,00 e

	ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1., por m2			
	TOTAL			143,85€

- **Cálculo das taxas de infraestruturas-TI** isento por se tratar de armazém agrícola-----

- **Cálculo das taxas de autorização de utilização TAU**-----

Autorização de utilização		Un.	Taxa	Valor
Capítulo				
II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 5	Para indústrias ou armazéns, por unidade de ocupação e por cada 100m2, acresce ao valor referido no n.º 1	1	2,65 €	2,65 €
TOTAL				30,75 €

Cálculo das taxas de Vistorias TV

Vistorias -artigo 75º		Un.	Taxa	Valor
Capítulo				
II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 75º	Vistoria para efeito de autorização			
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistoria	2	54,00 €	108,00 €
n.º 2	Acresce ao valor em 1 por cada unidade de ocupação			
2ºd)	Edifício destinado a indústria ou armazém, por cada 100 m²	1	11,85 €	11,85 €
TOTAL				119.85 €

taxas administrativas-TA	143,85 €
taxas de infraestruturas-TI	0,00 €
taxas autorização utilização	30,75 €
taxas de vistorias TV	119,85 €
Valor total	294,45 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.18. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 812/17 – CUSTÓDIO SOARES DA SILVA – LUGAR DE LOMBO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.^a VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 06.06.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 A coberto do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 188/18, em 24 de janeiro de 2018, completado pelo requerimento n.º 242/18, de 01/02/2018, vem o requerente citado em epígrafe, na qualidade de proprietário, requer a junção de elementos ao processo n.º 812/17, para cumprimento do enunciado na informação/proposta n.º 1441/SCOU72017, datada de 29/11/2017, da qual tomou conhecimento pessoal em 15/12/2017, com vista **legalização de obras construção**, de um armazém agrícola, realizadas sem procedimento de controlo prévio¹³), sito no lugar de Lombo, no prédio abaixo identificado e localizado fora do perímetro urbano, em espaços agrícolas e florestais, em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, face ao PDM, nos termos do disposto no artigo 102-A, do DL n.º 555/99, de 16/12, na sua versão final, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, RJUE.-----

1.2. A coberto do requerimento n.º 188/18, de 24/01/2018, foram apresentados os seguintes elementos:-----

- Caderneta predial com o artigo, inscrito na nova freguesia, de acordo com a reorganização administrativa do território das freguesias;-----
- CD, -----
- Na memória descritiva e justificativa, retificada no que refere à identificação correta da pretensão "legalizar um imóvel destinado a Armazém Agrícola";-----
- Planta de implantação, desenhada sobre o levantamento topográfico, intitulada implantação - proposta, á escala 1:200;-----
- Ficha de elementos estatísticos, previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho;-----
- Parecer da CCDRn, retificado no que refere ao extrato de planta e alçados.-----

1.3 A coberto do requerimento n.º 242/18, de 01/02/2018, apresentou:-

- Parecer da Entidade Regional do Norte, da Reserva Agrícola nacional.-----

1.4 No âmbito ainda do presente processo de legalização, veio o interessado, após notificação da informação n.º 268/SCOU/2018, datada de 23/02/2018, despacho superior datado de 05/03/2018, proferido pelo Vereador responsável com o pelouro do urbanismo, de agendamento para a realização da vistoria proferido, apresentar requerimento através de correio eletrónico, remetido em 12/03/2018, que deu origem ao requerimento n.º 525/18, a solicitar o adiamento da referida vistoria para efeitos de legalização.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO -----

De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves, CCRP, apresentada, o prédio rústico composto de terreno de cultivo, situa-se em Lombo, com uma área total de 3786m², da Freguesia de Madalena e descrito sob o n.º 286/20090415, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo n.º 73 natureza rústica, confronta de poente com rio Tâmega, e nas restantes confrontações com particulares.-----

¹³ com vista à reposição da legalidade administrativa de uma operação urbanística sujeita a licença-----

3. ANTECEDENTES-----

3.1. No local existe uma edificação.-----
De acordo com a carta topográfica, à escala 1:2.000 de 1985, disponível nos serviços da camara Municipal de Chaves, verifica-se que nessa data a construção já existia no seu todo.-----

Face às plantas, à escala 1:1000, de 1975, também se constata que nessa data a construção já existia. -----

3.2 Ficha de acompanhamento de Operações Urbanísticas nº4/2017 - zona Sul, datada de 31/01/2017, comunicando que após deslocação ao local foi verificado "que o Sr. Custódio Soares da Silva, (...) levou a efeito a reconstrução de um armazém de recolha de produtos e alfaías agrícolas (...) sem a necessária licença de construção ou admissão de comunicação prévia". mais informaram que "o armazém, reconstruído é composto de R/C, possui uma superfície de cerca de 7,00x7,00 (...), de acordo com o relatório sobre a situação da obra.-----

3.3 Informação n.º 20/DAF/FISC/2017, emitida em 02/02/2017,-----

3.4 Participação n.º 16/2017, no âmbito do processo n.º 15/FIS/2017----

3.5 Na sequência da informação n.º 20/DAF/FISC/2017, de 02/02/2017, foi notificado o infrator para num prazo não superior a 15 dias adotar as diligências necessárias tendentes à regularização da situação, apresentando para o efeito, o respetivo projeto de aprovação para a operação urbanística que levou a efeito - reconstrução de armazém----

3.6 Decorrido o referido prazo, o infrator veio, em 14/02/2017 e 26/02/2017, solicitar prorrogação do prazo, em vista à regularização da operação urbanística em causa, bem como, a suspensão da ordem de demolição.-----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**4.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

A pretensão, consubstanciada na construção de um armazém agrícola, com uma área de 36,00m², sem o devido controlo prévio, enquadra-se no disposto nos artigos n.º 102 e 102.º-A, do RJUE.-----

4.2 Nos Regulamentos Municipais-----

O presente pedido tem enquadramento, no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da edificação, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º 732/2015; RMUE;-----

4.3 Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Regista-se que o prédio acima referido possui a área total 3786m² e a configuração e delimitação constantes do levantamento topográfico junto.-----

a) Em termos de Ordenamento-----

A área em estudo é abrangida pelo Plano Diretor Municipal de Chaves, publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento. -----

O prédio em apreço está inserido em espaços da Classe 4 - espaços agrícolas e florestais, categoria 4.2 - espaços agrícolas, subcategoria 4.2B - espaços agrícolas condicionados.-----

b) Em termos de Condicionantes-----

Por outro lado, atenta à planta de condicionantes do PDM, folhas 47-A, à escala 1:10000, verificamos que sobre o prédio do requerente encontram-se identificadas as seguintes servidões administrativas e/ou restrições de utilidade pública, -----

- Restrição de utilidade pública, Reserva Agrícola Nacional, RAN. A operação urbanística carece de parecer prévio vinculativo à Entidade Regional da Reserva Agrícola do Norte, ERRAN;-----

- Restrição de utilidade pública, Reserva ecológica Nacional, REN;-
- Servidão, Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves, AHVC.-

5. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS -----

5.1. Em razão das condicionantes que impendem sobre o terreno objeto da pretensão, haveria necessidade de consultar as respectivas entidades externas que as tutelam, nos termos dos artigos 13.º-A e 13.º-B, do RJUE, no âmbito do Licenciamento.-----

5.2 O requerente, referente ao processo a que me venho referindo, "legalização de edifício para apoio agrícola, obteve os pareceres das seguintes:-----

- Parecer favorável com condições, da CCDRn, para que a ocupação de áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN), seja suscetível de ser reconhecida de Relevante Interesse Público, conforme previsto no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, que definiu o Regime Jurídico da REN (RJREN), em consonância com o disposto no ponto 3 do artigo 34.º, do Regulamento do PDM de Chaves;-----

- Parecer favorável do Instituto de Desenvolvimento Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, DGADR, para utilização não agrícola do solo, para efeitos de legalização de construção para fins única e exclusivamente de apoio à atividade agrícola, com área de 36m², em área beneficiária do AHVCH, de acordo com o Decreto Lei n.º 86/2002, de 6 de abril, que atualiza o Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de Julho, RJOAH, com a observância do disposto no n.º 3, artigo 34.º do Regulamento do PDM de Chaves e em correlação com a alínea c), do n.º 2, do artigo 35.º do Regulamento do PDM de Chaves. -----

- Parecer favorável da Entidade Regional do Norte da Reserva Agrícola Nacional, para utilização de até 36m², de solo agrícola integrado em RAN, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º do DL 73/2009, de 31/03, com alterações introduzidas pelo DL 199/2015, de 16/09, para construção de armazém agrícola.-----

6. APRECIÇÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor) -----

6.1 Caracterização-----

A operação urbanística, objeto do procedimento de legalização, consubstanciada na reposição da legalidade urbanística, resultado de obras de construção de armazém agrícola, com uma área de 36,00m², sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, enquadra-se no disposto nos artigos n.º 102 e 102.º-A, do RJUE.-----

6.2 Análise-----

De acordo com o estatuto de ocupação e utilização dos espaços agrícolas, categoria 4.2, previsto no n.º 3, do artigo 34.º cumulativamente com a disposições previstas no Regulamento do PDM, na categoria de espaços, em que se insere a parcela de terreno, categoria 4.2, integradas na RAN, no aproveitamento hidroagrícola da veiga de Chaves e na REN, subordinam-se aos respetivos regimes e seus condicionamentos, excetuando-se dos referidos condicionamentos, como usos supletivos do uso dominante, designadamente as instalações diretamente adstritas às explorações agrícolas, assim sendo aplicam-se as regras constantes no artigo 36.º do regulamento do PDM.-----

Constata-se, da análise dos elementos constantes do pedido a que me venho referindo, que a pretensão implica uma área total de construção de 36m², para armazém agrícola, R/C, num prédio com uma área total de 3786m² enquadra-se a na alínea b), do n.º 1 do artigo 36.º do regulamento do PDM.-----

6.3 Vistoria -----

Em 12/04/2018 foi efetuada uma vistoria ao edifício, destinado a armazém agrícola, situado no local acima referido, tendo-se verificado que o mesmo "necessita de obras de acabamento exteriores, existem panos de parede, sem o revestimento proposto em projeto (paredes exteriores em pedra colada)", assim com "deverá ser apresentada uma calendarização de trabalhos adequada as obras de acabamentos de que carece o imóvel". Assim, de acordo com os pressupostos já referidos o imóvel necessita de obras de correção e/ou adaptação, conforme estabelece o Auto de vistoria n.º 21/2018, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

6.4 Conclusões-----

Em relação ao presente pedido há dois aspetos a focar, ou seja, a possibilidade de armazém agrícola existente poder vir a ser legalizado e a possibilidade de para o mesmo poder vir a ser emitido o alvará de licença de utilização. -----

No que concerne ao primeiro aspeto, constata-se que a edificação, nos termos em que se encontra representada no projeto apresentado, não consubstancia violação dos parâmetros urbanísticos estabelecidos para o local pelo PDM de Chaves. Assim sendo, podemos afirmar a possibilidade de a mesma vir a ser regularizada por esta autarquia.-- Já no que se refere ao segundo aspeto, a resposta é distinta. Com efeito, como se pode verificar por leitura do auto de vistoria n.º 21/2018 produzido no âmbito do preceituado no n.º 6, do artigo 73.º-C, do RMUE, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido, a construção existente, necessita de obras de correção e/ou adaptação.- Tais obras enquadram-se no contexto patenteado no n.º 18, do artigo 73.º-C do RMUE, com procedimento de emissão da licença especial de legalização a que se refere o n.º 4 do mesmo artigo.-----

7. ESTRATÉGIA PROCEDIMENTAL-----

Atento ao exposto, sou a sugerir a seguinte estratégia procedimental:-

7.1 Que o requerente seja informado a possibilidade de a construção que levou a efeito sem a necessária licença, nos termos em que a mesma se encontra representada no projeto apresentado, poder vir a ser regularizada, mediante a emissão de Alvará de Licença de Utilização, conforme o estatuído no n.º 3, do artigo 73.º-C, do RMUE.-----

7.2 Para que o referido Alvará seja emitido, o requerente deverá diligenciar no sentido de efetuar obras de sujeitas a licenciamento, de modo a conferir-lhe condições mínimas de salubridade e segurança e enquadramento na envolvente devendo o procedimento ser instruído, em tudo o que se refere às obras a executar, com os elementos definidos na respetiva Portaria, e em tudo o que diga respeito às partes da construção a legalizar será aplicado o disposto na alínea a), do n.º 5 do artigo referenciado no ponto anterior.-----

7.3 Que seja dado ao requerente um prazo de 6 meses para a realização de tais obras e solicitação, após o seu término, de nova vistoria. --

7.4 Caso o requerente, no prazo acima estabelecido, não venha solicitar nova vistoria, o presente procedimento será declarado deserto, conforme o estabelecido no n.º 1, do artigo 132.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

8. TAXAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

8.1 Trata-se de uma edificação de apoio à atividade agrícola, pelo que não há lugar ao cálculo de taxa das infra estruturas urbanísticas, conforme prevê o n.º 3.4, do n.º 3, do artigo 19.º do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização das operações urbanísticas, publicado em diário da república, 2ª Série - N.º 63, em 31/03/2010;-----

8.2 Quanto às taxas administrativas previstas na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 238,81 € (duzentos e trinta e oito Euros e oitenta e um cêntimos), conforme discriminado na tabela com o cálculo das taxas administrativas que se anexa à presente informação.-----

9. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como, o estabelecido nos diplomas aplicáveis, (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º-C do RMUE, propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

10.1. Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de. Camara ordinária do aludido órgão administrativo;-----

10.3. Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se faz referência. Contudo atendendo que o imóvel destinado a armazém agrícola carece de obras de correção pelo que ainda não se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel.

10.4 Caso a Câmara municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção do armazém, mas atendendo que há necessidade de obras de correção, sujeitas a controlo prévio, assim recomenda-se ao requerente a realização de obras das referidas obras, para a edificação adquirir condições para ser utilizada, com enquadramento na alínea c) do nº2 do artigo 4.º do RJUE. Neste seguimento dever-se-á dar ao requerente o prazo de 6 meses para a realização das mesmas. -----

12.5 Mais se informa, após o requerente ter concluído as referidas obras de correção e/ou adaptação, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 90 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

À consideração superior, -----

Anexo: -----

- Auto de vistoria n.º21/2018, emitido em 12/04/2018;-----
- Áreas (m²)-----
- Edifício destinado a armazém agrícola-----

	Armazém agrícola	TOTAL
Nível 0	36,00 m2	
TOTAL		36,00 m2

cércea - 3,00ml

volume - 108 m³

Tabelas com o cálculo das taxas administrativas -----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1	64,86 €	64,86 €
n.º 5	Edifício destinado a indústria ou armazém, por unidade de ocupação			
a)	Até 500 m2 de área bruta de construção	1	108,10 €	108,10 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,85 €	11,85 €
Secção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 76.º	Outras vistorias			
n.º 6	Pela realização de outras vistorias não especialmente previstas	1	54,00 €	54,00 €
	TOTAL			238,81 €

TOTAL A PAGAR.....Σ0 € + 238,81 € = 238,81 €
(duzentos e trinta e oito Euros e oitenta e um cêntimos)-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.19. OPERAÇÃO DE DESTAQUE DE PARCELA DE PRÉDIO LOCALIZADO NA UNIDADE OPERATIVA 5 - ÁREA DE AMPLIAÇÃO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA DE CHAVES FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª ANA ISABEL AUGUSTO DATADA DE 08.06.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - INTRODUÇÃO-----

1.1. Dando execução às orientações emanadas pela estrutura política municipal, a presente informação visa a apresentar uma proposta de realização de uma operação de destaque de uma parcela de um prédio urbano localizado no lugar do Campo Queimado, em concreto, na área de ampliação da Plataforma Logística de Chaves.-----

1.2. O prédio em causa, propriedade do Município de Chaves, tem uma área de 36.883,15m² e está descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º 4508/20180525, correspondente à Matriz n.º 3254-P, com a seguinte composição e confrontações:-----

- Parcela A - terreno para Construção.-----
- Norte - Arruamento;-----
- Nascente - Arruamento;-----
- Sul - Arruamento;-----
- Poente - Município de Chaves e Absolutologia, Lda.-----
- Desanexado do prédio n.º 3401/20070503.-----

II - ENQUADRAMENTO DA OPERAÇÃO DE DESTAQUE-----

2.1. No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

Nos termos do n.º 4, do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) aprovado pelo DL n.º 555/99, de 16 de setembro, na redação conferida pelo DL n.º 136/2014, de 9 de setembro, os atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com

descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos.-----

2.2. No Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação-----

A operação de destaque em causa está regulada no artigo 19.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 207- de 22 de outubro de 2015, através do Regulamento n.º 732/2015 (RMUE).-----

2.3. No Plano Diretor Municipal (PDM)-----

a) De acordo com a disciplina urbanística patenteada no Plano Diretor Municipal de Chaves, o prédio objeto da operação de destaque situa-se em Solos da Classe 2 - Espaços industriais, na área do Parque Empresarial de Chaves (ver peça desenhada n.º 01);-----

b) Sobre o prédio em causa não impendem quaisquer servidões administrativas ou restrições de utilidade pública (ver peça desenhada n.º 02);-----

c) Os espaços da Classe 2 - Espaços industriais são destinados à instalação de indústrias transformadoras em geral, de serviços de apoio a estas atividades e, suplementarmente, de outras atividades que apresentem formas de incompatibilidade com as funções urbanas;-----

d) Em conformidade com o n.º 3 do artigo 7.º do Regulamento do PDM, os perímetros urbanos compreendem a totalidade dos espaços pertencentes à classe de espaços urbanos e urbanizáveis e ainda os pertencentes à classe de espaços industriais que sejam contíguos daqueles.-----

e) De acordo com estabelecido no artigo 29.º-A do Regulamento do PDM, as regras de uso, ocupação e transformação do solo aplicáveis ao Parque Empresarial de Chaves (PEC) são as estabelecidas na Secção III (Espaços Industriais Classe 2), do Capítulo II (Usos dominantes do solo e edificabilidade), cumulativamente com as estabelecidas no Anexo 5 - Unidades Operativas do Parque Empresarial de Chaves, prevalecendo este último nos casos em que as regras sejam divergentes.-----

f) Em conformidade com o descrito no n.º 1 do Anexo N.º 5 a que se refere o artigo 29.º-A do Regulamento do PDM, o Parque Empresarial de Chaves (PEC) corresponde à área territorialmente delimitada na planta de ordenamento, sendo composto por três componentes já urbanizadas, designadamente, o Mercado Abastecedor da Região de Chaves (MARC), o Parque de Atividades de Chaves (PAC) e a Plataforma Logística de Chaves (PLC), e por duas Unidades Operativas, das quais se destaca para a presente informação, a Unidade Operativa 5 - Área de Ampliação da Plataforma Logística de Chaves;-----

g) De acordo com o estabelecido no n.º 2 do Anexo N.º 5, a Unidade Operativa 5 - Área de Ampliação da Plataforma Logística de Chaves tem os seguintes objetivos programáticos:-----

- Com uma área aproximada de 88,21 hectares, constitui uma área de expansão da Plataforma Logística existente, tendo por objetivo consolidar/reforçar este setor do PEC mediante a criação de condições de acolhimento de unidades empresariais de média/grande dimensão;----

- Os indicadores e parâmetros urbanísticos aplicáveis são os seguintes: -----

- Os usos admitidos são os relacionados com as atividades previstas na lei que regula a atividade logística, nomeadamente, serviços e armazenagem, podendo admitir-se usos relacionados com a instalação de indústria e comércio associados à atividade logística;-----

- São ainda admitidos usos que permitam instalar equipamentos de utilização coletiva de apoio à melhoria da urbanidade do PEC, incluindo unidades de investigação tecnológica de iniciativa pública ou privada,

estabelecimentos hoteleiros, de restauração, de bem-estar e desporto e equipamentos sociais.-----

- O índice de construção máximo é de 0,80 m²/m²;-----
- A área de implantação máxima é de 65 %;-----
- A área de impermeabilização máxima é de 70 %;-----
- O número de pisos máximo acima da cota de soleira é de 3;-----
- A cêrcea máxima das edificações é de 12 metros;-----

h) No que concerne às formas de execução, o regulamento do PDM estabelece que deverão ocorrer, preferencialmente, através de operações urbanísticas enquadradas em Unidades de Execução, a delimitar pelo Município ou mediante proposta dos particulares interessados em promover a urbanização para o fim em vista.-----

i) Os condicionamentos específicos ao uso e ocupação do solo passam pela garantia e salvaguarda dos valores ambientais e paisagísticos identificados na planta integrante do presente anexo, sem prejuízo da construção de infraestruturas viárias, percursos pedonais e outras que se revelem necessárias; a "Zona de Proteção e Enquadramento" ao sítio arqueológico de Vale de Lagares, delimitada com um raio de 50 m e identificada na planta integrante do presente anexo, define-se como uma zona *non aedificandi*, na qual está interdita qualquer espécie de construção; em toda a área do PEC devem ser salvaguardadas faixas de "gestão de combustível", com 100 m de largura mínima, as quais deverão ser realizadas à medida que se concretizam as operações urbanísticas.-

2.4. Da situação individual e concreta da operação de destaque-----

a) O prédio objeto de destaque situa-se na designada área de Ampliação da Plataforma Logística de Chaves. Esta infraestrutura foi executada através de uma operação de loteamento titulada pelo Alvará n.º 1/2007. Embora o prédio em causa tenha sido abrangido pela área de intervenção da operação de loteamento mencionada, o mesmo foi excluído da área a lotear, tendo integrado as áreas sobrantas do loteamento.-----

b) O prédio objeto da presente operação de destaque, descrito na Conservatório do Registo Predial de Chaves como Parcela A, embora fazendo parte das áreas sobrantas do loteamento, encontra-se numa situação de autonomia urbanística, uma vez estar rodeada de arruamentos públicos executados no âmbito do loteamento citado (a norte, a nascente e a sul), os quais se encontram dotados de todas as redes de infraestruturas. A poente, confronta com três lotes numerados de 2 a 4.-----

c) Neste sentido, tendo em consideração a situação particular em que se encontra o prédio/Parcela A, propriedade do Município de Chaves, considera-se não haver necessidade de recorrer à forma de execução prevista no n.º 2.3 do Anexo N.º 5 do Regulamento do PDM, ou seja, delimitar uma Unidade de Execução para enquadrar as operações urbanísticas nela previstas, uma vez tal situação ser redundante e inútil.-----

d) As parcelas a destacar e sobranter do prédio objeto da operação de destaque, respetivamente designadas por Parcela 1 e Parcela 2, ficarão fisicamente separadas e urbanisticamente autónomas, confrontando, ambas, com arruamentos públicos. -----

e) A caracterização das parcelas a destacar e sobranter, bem como os respetivos parâmetros urbanísticos aplicáveis a cada uma delas estão descritos e graficamente representados na peça desenhada n.º 05 anexa à presente informação.-----

III - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

1. Tendo em consideração que o prédio/Parcela A em causa cumpre os requisitos do destaque previstos no n.º 4 do artigo 6.º do RJUE;-----

2. Tendo em consideração que, segundo o previsto no n.º 6 do artigo 6.º do RJUE, não é permitido efetuar na área correspondente ao prédio originário novo destaque nos termos aí referidos por um prazo de 10 anos contados da data do destaque anterior;-----

3. Tendo em consideração que a presente operação de destaque, promovida pelo Município de Chaves, se encontra instruída com os elementos descritos no artigo 19.º do RMUE, com exceção do levantamento topográfico, que foi substituído por extratos da cartografia à escala 1:10000 e 1:2000, bem como por extrato da planta de síntese do loteamento da Plataforma Logística de Chaves, que contém toda a informação indispensável e bastante para a realização desta operação;-

4. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação e de acordo com o preconizado no n.º 9 do artigo 6.º do RJUE, sou a propor que superiormente sejam proferidos os competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar decisão consubstanciada na aprovação da operação de destaque em causa, tendo em vista a emissão de uma Certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque e o subsequente registo predial da parcela destacada.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VÍCTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.20. ALTERAÇÃO À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 16/88, EXPOSIÇÃO - PROCESSO N.º 4/06 - ANA MARGARIDA AFONSO ABREU GONÇALVES - LUGAR DO LOMBO, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 17.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução / Antecedentes-----

1.1 Os requerentes acima referidos, apresentaram requerimento e peças desenhadas explicativas, no sentido que fosse de novo revisto o sentido de decisão desfavorável, já por várias vezes praticado por estes Serviços Técnicos, quanto à colocação de um portão no início do arrumamento que dá acesso à operação de Loteamento titulada pelo Alvará n.º 16/88 em nome de Luísa Rocha Barros e Outros, sito no lugar do Lombo, tornando-o um condomínio fechado;-----

1.2 Os requerentes solicitaram duas alterações ao alvará inicial, mas apenas foi emitido um aditamento em 05 de novembro de 2007, retificado em 29 de abril de 2008, e que deu origem à constituição de 14 lotes - 13 destinados a habitações unifamiliares em banda contínua e 1 destinado a armazém -;-----

1.3 Em 2010, os requerentes formularam novo pedido de alterações ao Alvará, no sentido de preverem a constituição de mais um lote destinado a comércio, passando de 14 para 15;-----

1.4 Tal pretensão foi atendida favoravelmente pelos Serviços Técnicos, mas nunca foi requerida emissão do título referente ao 2º aditamento ao Alvará de loteamento 16/88;-----

1.5 Em abril de 2015 deu entrada um pedido de alteração ao Alvará de loteamento, passando a prever de novo 14 lotes e colocar um portão, com o objetivo do mesmo ser de uso exclusivo dos moradores, tornando-o um condomínio privado;-----

1.6 Face ao pedido formulado, foram os requerentes informados que, no que dizia respeito à diminuição do número de lotes tal seria possível desde que formulasse novo pedido;-----

1.7 Em relação à colocação de um portão foi proferida informação desfavorável, tendo por base os n.ºs 1 e 3 do artigo 44.º do RJUE e do artigo 18.º do DL 280/2007;-----

1.8 Os requerentes formularam mais dois pedidos, ambos dentro do mesmo teor, no sentido de colocarem um portão, e todas as infraestruturas realizadas e cedências ao domínio público serem afetas ao domínio privado através da liquidação das taxas devidas pela reversão das mesmas;-----

1.9 A informação proferida em 24 de outubro de 2017, foi de encontro às já então anteriormente produzidas, no sentido de se manterem os indeferimentos propostos, deixando-se à Consideração Superior a deliberação final sobre este assunto.-----

1.10 Em 23 de novembro de 2017 foi realizada reunião, do qual foi lavrado Auto de Diligência nos termos do n.º1 do artigo 64.º do CPA;-

2. Análise do Pedido-----

2.1 Face à reunião referida, os requerentes vieram de novo a processo apresentar exposição nos mesmos moldes:-----

- Tornar a operação de loteamento titulado pelo Alvará 16/88, um condomínio fechado, colocando um portão no início de arruamento que lhe dá acesso, pagando as compensações devidas pela pelas áreas já cedidas, alegando que o arruamento não tem razão de existir pois só serve aqueles lotes, e que a alteração proposta valorizaria e qualificaria mais o espaço;-----

2.2 Acompanha o referido requerimento com peças desenhadas referentes à localização dos contadores no muro frontal e levantamento fotográfico do local;-----

2.3 Tendo como base o Auto de Diligência Acima referenciado e pese embora o requerimento não fosse de todo justificador da pretensão, nem vá totalmente ao encontro das várias sugestões/conclusões tomadas, tendo por base e acatando as considerações vertidas no Auto de Diligência, nos precisos termos do artigo 22.º, do DL 136/2014 de 09/09 em articulação com o disposto no n.º 2 do artigo 27º, do RJUE, e caso a Câmara Municipal concordasse com o pedido aqui formulado pelos promotores, entendeu-se encetar os procedimentos tendentes à abertura de um período de consulta pública;-----

2.4 Considerando a alteração à licença de operação de loteamento, só é precedida de consulta pública, quando a mesma esteja prevista em regulamento municipal ou quando sejam ultrapassados os limites definidos no n.º2, do artigo 22.º do referido diploma legal, o que não se verificava no caso em apreciação; -----

2.5 Considerando que a empresa requerente é detentora da maioria dos lotes e tendo em conta o disposto no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 09/09, em articulação com o n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, quando o número de lotes não seja superior a 15 - que é o caso - a notificação será feita via Edital a afixar no local onde se situa o loteamento, na Junta de

Freguesia e no Edifício dos Paços do Concelho, para, no prazo de 10 dias, caso assim o entendam, se pronunciarem sobre as alterações às condições de licença da referida operação de loteamento, nos termos do n.º 3, do artigo 27.º, do RJUE em articulação com o n.º 2, do artigo 11.º, do RMUE;-----

2.6 Durante esse prazo surgiu uma exposição em nome de duas proprietárias de uma parcela de terreno confrontante a Poente com o Arruamento público cedido ao domínio público no âmbito do 2º aditamento ao Alvará de loteamento 16/88;-----

2.7 As exponentes invocam também que "*foi com base na existência desse tal caminho público que foi licenciada uma operação fundiária no processo 326/09*", o qual se encontra em fase de reapreciação por parte destes Serviços Técnicos da DGOT;-----

3. Proposta de Decisão-----

3.1 Face ao fim do prazo do Edital, e tendo por a base a apresentação da exposição acima referida, e todas as anteriores propostas Técnicas de indeferimento emitidas por estes Serviços Técnicos, reitera-se que se mantêm inalterados todos os pressupostos legais que levaram às decisões de indeferimento anteriormente proferidas, nos termos do artigo 24.º, do DL 555/99 de 16/12, e ulteriores alterações, mantendo-se o sentido da mesma;-----

3.2 Neste contexto, perante a pertinência urbanística das alegações, ora, apresentadas, pelas exponentes, e em coerência com as razões aduzidas, pela manutenção, em espaço do domínio público municipal, do arruamento controvertido, deverá a Câmara Municipal adotar deliberação consubstanciada na intenção de indeferimento da pretensão da requerente, Carrico & Alves, Lda., em coerência, diga-se com a latitude de anteriores decisões administrativas já praticadas sobre a matéria, sendo, numa primeira fase, nos termos do disposto no artigo 121 do CPA, tal sentido de decisão ser sujeito a audiência dos interessados. Para o efeito, dever-se-á conceder à interessada, Carrico & Alves, Lda. o prazo de 10 dias úteis para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer, sobre este assunto, sendo expedida, para o efeito, a competente notificação, nos termos gerais do CPA.-----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 29.05.2018.-----

Visto. Concordo com o teor da presente informação técnica, a qual merece o meu acolhimento. -----

Em face da natureza da matéria, em apreço, deverá o presente processo ser agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, em vista a prática da respetiva decisão (Provisória de definitiva. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 08.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Ausentou-se da sala, a Vereador do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, quando eram 12:30 horas, não tendo participado na análise, discussão e votação dos assuntos abaixo mencionados. -----

3.21. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 602/17 - ZEFERINO JOSÉ PORTAL TEIXEIRA - LUGAR DE MALAVRADOS, VILA MEÃ, FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 11.06.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1. Pretensão do requerente-----

Através de requerimento nº1562/17 o Sr. Zeferino José Portal Teixeira na qualidade de proprietário vem dar início ao processo n.º602/17 solicitando nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), a legalização da obra de construção de edifício destinado a **armazém agrícola** ¹⁴no lugar de Malavrados, Vila Meã.-----

Por requerimento nº2229/17 e nº 108/18 (de 12 de janeiro) foi ainda apresentado pedido de legalização de anexo ao armazém agrícola no mesmo prédio rustico.-----

1.2. Antecedentes-----

Não se vislumbram antecedentes ao presente processo.-----

2. Saneamento e apreciação liminar-----

O processo, e no referente aos imoveis constantes até à data no processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), com as devidas adaptações face à operação urbanística em causa-legalização, no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

3. Enquadramento da pretensão-----

3.1. Enquadramento no regime jurídico-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-RJUE por referir à legalização de obras realizadas (armazém e anexo ao mesmo)-----

3.2. -Nos regulamentos municipais-----

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

3.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se, o prédio a que se reporta o pedido em análise insere-se: em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaço agroflorestais e na subcategoria 4.3.A - espaços agroflorestais comuns. A edificabilidade de imóvel encontra-se especificada na seção V do capítulo II do regulamento do PDM -Uso dominantes do solo e edificabilidade em espaços agrícolas e florestais, em que o usodominantes e seus condicionamentos se encontram plasmados nos artigos 34 e seguintes da mesma seção V.-----

Como resumo do articulado da seção poder-se-á concluir e tendo em consideração o caso em concreto, que como uso do solo só poderão ser utilizados:-----

¹⁴ Armazém agrícola - local destinado a depósito de alfaías agrícolas e ou produtos agrícolas-----

Nos termos do artigo 36º - Instalações adstritas às explorações, de apoio agrícolas florestais conforme o seu ponto 1) e agro pecuárias de acordo com o seu ponto 2.-----

Nos termos do artigo n.º37º do regulamento em que os Edifícios destinados a habitação só poderão ser utilizados quando apresentada prova documental de que a área da parcela é de pelo menos 20000m2 (caso presente). Refira-se que poderão ainda nos espaços agroflorestais serem edificados imóveis destinados a outros usos como se refere no artigo n.º39º e ainda em casos preconizados na seção IX - situações especiais do regulamento do PDM em que se prevê no seu artigo 58º a admissão da edificação de imóveis destinadas a instalações a atividades comerciais e de serviços desde que cumpram o aí disposto bem como no artigo 28 do PDM.-----

4. Características e análise da pretensão -----

4.1. Caracterização e análise legislativa-----

O requerente pretende a legalização de um "armazém agrícola" ¹⁵ com a área de 56m2 e de um anexo ao mesmo de 35m2 num terreno com a área de 5620m2.-----

Por leitura das memórias descritivas apresentadas a integração dos edifícios no regulamento do plano diretor municipal foi de armazém agrícola conforme o ponto 1) do artigo 36º do regulamento.-----

4.2. -Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE-----

O procedimento de legalização é procedido de vistoria prévia em conformidade com o disposto no n.º6 do artigo 73º-C do RMUE. que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

A 12 de outubro último foi realizada vistoria previa ao procedimento de legalização não tendo sido constatadas deficiências de acordo com o retratadas no auto de vistoria n.º154, não havendo consequentemente objeções à legalização da operação urbanística.-----

1- A edificação destinada "armazém agrícola", encontra-se interior e exteriormente em bom estado de conservação;

2- O edifício situa-se em meio rural e, em certa medida, integra-se com alguma naturalidade no meio em que se insere;

3- O projeto apresentado, retrata a materialização do imóvel no local;

4- Da análise dos elementos probatórios apresentados, constatou-se que se mostram adequados;

Face ao que se assinala no n.º 1, 2, 3 e 4 que antecede, são os peritos de parecer que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação no armazém agrícola, objeto de vistoria.

Por requerimento n.º108/18 vem o requerente apresentar pedido de legalização do anexo ao armazém tendo sido encaminhado para a comissão de vistoria a 12 de janeiro que a realizou a 8 de março e lavrou o auto de vistoria n.º14/2018 do qual se extrai:-----

¹⁵ Armazém agrícola - local destinado a depósito de alfaías agrícolas e ou produtos agrícolas-----

Efetuada a vistoria, de acordo com o previsto no n.º 6 do art.º 73.º-C do RMUE, verificaram os peritos, em relação ao **anexo de apoio a armazém agrícola**, para a qual foi requerida a **legalização das obras de construção** que:

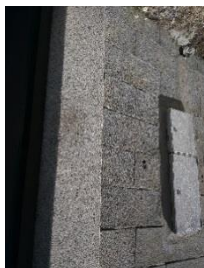
- 1- A edificação, encontra-se interior e exteriormente em bom estado de conservação;
- 2- O edifício situa-se em meio rural e, em certa medida, integra-se com alguma naturalidade no meio em que se insere;
- 3- O projeto apresentado, retrata a materialização do imóvel no local;
- 4- Da análise dos elementos probatórios apresentados, constatou-se que se mostram adequados;

A 6 de abril foi por mim elaborada informação tendo em conta a reunião de condução interna da divisão de 9 de janeiro presidida pelo vereador do pelouro Eng Victor na qual foi acordado que o técnico que analisa o respetivo processo iria acompanhar a comissão de vistoria., Dai foi considerado que o processo deveria ser de novo enviado à comissão para o comprimento do mesmo . Por despacho superior que recaiu na informação, foi aprovada a realização oficiosa de nova vistoria, a qual foi realizada a 4 de maio. -----
Pela informação /proposta nº730/SCOU/2018 - Auto de vistoria nº24/2018. resultou entendimento da comissão nada acrescentar ao anterior auto. -----

4.3. -Análise face ao por mim verificado aquando do acompanhamento à vistoria no pretérito dia 4 de maio -----

Aquando da deslocação ao local foi por mim verificado que:-----

- O prédio em toda a sua confrontação com o caminho publico se encontrava vedado por um muro de vedação com altura superior a dois metros em bloco (sem reboco nem pintura) e que não se encontrava projetado no processo de legalização, nem mencionado em qualquer auto de vistoria.-----



- O armazém agrícola com auto de vistoria n.º154 de 2017 ,foi por mim verificado que o uso ora dado não é de todo agrícola-----
o Quer a nível interior com todo o pressuposto de ter uso habitacional de tipologia T0, não existindo indícios de ser armazém agrícola (local destinado a depósito de alfaías agrícolas e ou produtos agrícolas)-----

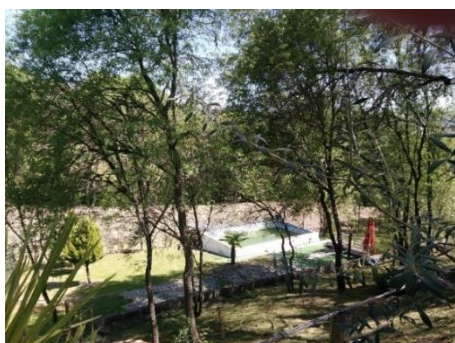
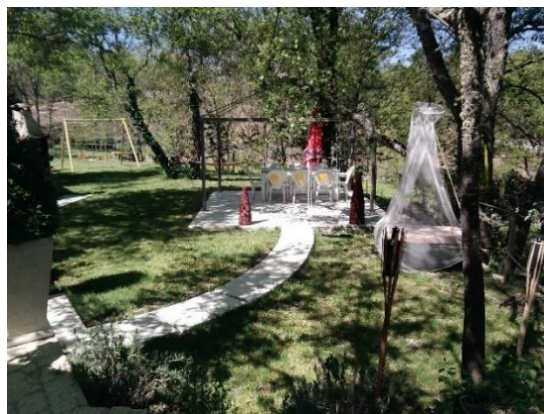


Quer a nível exterior do imóvel e como comprovam as fotografias de seguida reproduzidas verifica-se todo um ambiente habitacional e sem qualquer acessibilidade para uso de armazém agrícola. -----

Alçados-----



Na **Envolvente** encontra-se Equipamento lúdico ou de lazer mais apropriado à edificação de imóveis de cariz habitacional nomeadamente zona de churrasco piscina e outros. -----



Em relação ao anexo ao armazém agrícola aquando da deslocação ao local encontrava-se com vários materiais desordenados, cadeiras madeiras e outros.-----



Tendo em consideração as características acima referenciadas e verificadas no **não se trata de um armazém agrícola** e consequentemente não respeita as condições impostas no artigo 36º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

5. Responsabilidade -----

Os termos de responsabilidade apresentados de coordenador de projeto e de projeto de arquitetura se encontram devidamente instruídos nos termos do nº I e nºII do anexo III da portaria n.º113/2015,acompanhados ainda da inscrição na ordem dos arquitetos e respetivo seguro.-----
Saliente-se contudo e por leitura do termo de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura e do coordenador do projeto é **declarado que o projeto observa as normas legais em vigor designadamente o regulamento do plano diretor municipal** -----

6. Considerações fundamentadas da Proposta de decisão-----

Considerando que por deslocação ao local verifiquei que o imóvel que se pretende legalizar (digo emitir autorização de utilização) não se trata de um armazém agrícola dado no mesmo não se terem verificado o depósito de alfaías agrícolas ou produtos agrícolas nem condições para o efeito.-----

7. Proposta de decisão-----

Atendendo a todo o supra citado na presente informação com especial relevância ao descrito nos pontos 4 e 5 e 6 da presente informação no qual se considera demonstrado que o pedido viola as normas estabelecidas no regulamento do PDM(nomeadamente no seu artigo 36º) sou a propor nos termos da alínea a) do ponto 1¹⁶ do artigo 24º do RJUE , o indeferimento do pedido acima identificado.-----
Deverá notificar-se o requerente para no prazo de 10 dias, nos termos do artigo 122º do CPA (código do procedimento administrativo), querendo, pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto, bem como requerer diligências complementares e juntar elementos sobre o sentido da deliberação e respetivos fundamentos findo o qual na ausência de pronuncia deve considerar o indeferimento como definitivo nos termos do artigo nº121 do mesmo código.-----

¹⁶ a) Violar plano municipal de ordenamento do território, plano especial de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidão administrativa, restrição de utilidade pública ou quaisquer outras normas legais e regulamentares aplicáveis;-----

Chama-se ainda a atenção ao técnico autor do projeto de arquitetura, e coordenador do processo Arquiteta Lucia Maria de Leão Persegani que deverá ter em atenção todo o explanado no artigo 10 do RJUE aquando da apresentação do respetivo termo de responsabilidade.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 11.06.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 11.06.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DESDE A ROTUNDA DO TECNÓPOLO I ATÉ À PONTE DE VILA VERDE DA RAIA - PRORROGAÇÃO DE PRAZO. -----

Foi presente a informação nº 174/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves iniciou um procedimento por concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Requalificação da Estrada desde a Rotunda do Tecnopolo I até à Ponte de Vila Verde da Raia". -----

2. De harmonia com deliberação em reunião de Câmara de dia 2 de novembro de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, 16 de janeiro de 2018. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 221.380,00€ (Duzentos e vinte e um, trezentos e oitenta euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: --

- Prazo de execução da obra: 45 dias. -----

5. O auto de consignação é de 16 de fevereiro de 2018. -----

6. A aprovação do plano de trabalhos foi comunicada aos 13 dias do mês de março de 2018 -----

7. A obra foi objeto de suspensão dos trabalhos, devido à falta de condições para a execução dos mesmos, até ao dia 16 de abril de 2018, data que marcou o início efetivo dos trabalhos. -----

8. O empreiteiro vem, através de ofício registado nos serviços de expediente geral com o n.º 4650, em 05/06/2018, solicitar a prorrogação do prazo de execução dos trabalhos, alegando para o efeito a ocorrência de condições atmosféricas adversas que se registaram no mês de maio, condicionantes dos trabalhos de pavimentação betuminosa a quente da camada de desgaste. -----

II - Fundamentação

- 1 - A obra em causa consiste na execução de vários trabalhos de limpeza e execução de infraestruturas, culminando na pavimentação da via. ---
- 2 - A referida pavimentação é constituída por duas camadas de betão betuminoso, a primeira de regularização e a última de desgaste. ----
- 3 - A pavimentação foi iniciada, tendo sido finalizada a camada de regularização. -----
- 4 - Verificou-se, no entanto, a alteração das condições atmosféricas, não sendo tecnicamente aconselhada a pavimentação. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito

- 1 - Face ao exposto e tendo em consideração que apenas se encontra em falta a execução da última camada de betão betuminoso e que se prevê a alteração das referidas condições já nos próximos dias propõe-se a prorrogação graciosa do prazo de execução da obra, não havendo aqui direito à revisão de preços, até ao dia 22 de junho, já que a não concessão desta prorrogação acarretaria graves inconvenientes para o Município. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 7 de junho de 2018 -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.^a) -----

O.E. n.º 58982 -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.06.08. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.11. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. "CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO" PRORROGAÇÃO DE PRAZO. -----

Foi presente a informação n.º 175/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 125 de 30 de Junho de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Construção de Estação de Tratamento de Águas Residuais - Casas Novas e Redondelo". -----
2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 18 de Agosto de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Construções Quatro de Maio, Lda.", a execução da referida empreitada. -----
3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 30 de Agosto de 2017. ----
4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 252.565,00€ (Duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -----
5. Prazo de execução da obra, 150 dias. -----

6. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 11 de Setembro de 2017. -----

7. O Adjudicatário tomou conhecimento da aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra a 12 de Outubro de 2017. -----

8. O prazo de execução da obra, já foi prorrogado a título gracioso até 10 de Junho de 2018. -----

9. A entidade e executante, através de ofício que deu entrada nos serviços do Município com o n.º 4709, no dia 6 de Junho de 2018, vem solicitar uma prorrogação do prazo de execução da obra. -----

II - Fundamentação -----

1. No referido pedido de prorrogação, o adjudicatário vem alegar atrasos devido à não disponibilidade dos terrenos particulares por parte do Município para execução de caminho de acesso à ETAR e devido às más condições climáticas que impediram a execução da reposição de pavimentos. -----

2. Feita análise dos argumentos apresentados pelo adjudicatário, cumpre informar: -----

a) De acordo com a alínea c) do ponto n.º 1 da Clausula 9.ª do Caderno de Encargos, a entidade executante, abriga-se a concluir a execução da obra, 150 dias a contar da data da sua consignação ou da data em que o Dono de Obra comunique à entidade executante a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última seja posterior; -----

b) Desde o início dos trabalhos que o adjudicatário tomou conhecimento da realidade da obra; -----

c) De facto não se encontra ainda disponível a expropriação da Parcela n.º 2, onde se prevê a travessia do coletor de saneamento e o alargamento para o acesso à ETAR; -----

d) De acordo com informação do Gabinete de Notariado e Expropriações do Município, nesta data verifica-se que a referida Parcela ainda não têm garantida a posse administrativa do terreno; -----

e) A indisponibilidade de intervir na referida Parcela, provocou e ainda provoca atrasos, na execução da rede de saneamento, bem como da execução do acesso à ETAR; -----

f) Verifica-se também que as grandes chuvadas que têm ocorrido impossibilitaram a execução da reposição dos pavimentos; -----

g) Resumidamente, relativamente aos trabalhos, falta a conclusão da ETAR, a nível de pavimentos e revestimentos, instalação da rede elétrica e equipamentos, e a execução da reposição de pavimento nos arruamentos; -----

h) Falta também o alargamento do caminho de acesso à ETAR, onde se prevê também a construção de um muro, bem como a execução de rede de saneamento e água neste troço, trabalho este que depende da disponibilidade da Parcela, mas não impossibilita a conclusão dos restantes trabalhos da obra. -----

3. Assim, deverá ser concedida prorrogação de prazo graciosa de 90 dias, dado que como anteriormente se referiu a entidade executante devia atempadamente adquirir e planear os materiais e trabalhos necessários para a execução de toda a obra. -----

III - Proposta -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto em cima enunciadas, considerando que sem uma prorrogação ao prazo de execução da obra se torna impraticável a entidade executante concluir a mesma, propõe-se ao órgão executivo: -----

a) A obtenção da competente aprovação da prorrogação de prazo; -----

b) De acordo com o previsto no ponto n.º 2 e n.º 3 do Artigo n.º 13 do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que seja concedida uma

prorrogação graciosa do prazo de execução, sem direito a qualquer acréscimo do valor da revisão de preços em relação ao prazo contratado, pelo período de 90 dias; -----

c) De acordo ainda com o mesmo artigo, o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor da Revisão de Preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos que, na data da prorrogação, se encontrar em vigor. -----

d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificada a entidade executante da decisão tomada; -----

e) O adjudicatário deverá ainda apresentar novo plano de trabalhos, novo plano de mão de obra e novo plano de equipamentos adaptados às novas circunstâncias. -----

Com aprovação do pedido de prorrogação a data para a conclusão da obra é 8 de Setembro de 2018. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 8 de Junho de 2018 -----

O Técnico -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

Anexos: Pedido de prorrogação de prazo -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.06.08. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.11. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.3. "PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2)". PRORROGAÇÃO DE PRAZO.-

Foi presente a informação nº 176/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 39 de 23 DE fevereiro de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada "PAMUS 2 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes: Zona Urbana Nascente - Requalificação e Remodelação das Ruas Antunes Guerreiro e Inácio Pizarro (INTERVENÇÃO 1.2)". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 28 de Abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Socorpena, Construções e Obras Públicas, Lda.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 1 de Junho de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 552.866,36€ (Quinhentos e

cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis euros e trinta e seis cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -

5. Prazo de execução da obra, 150 dias. -----

6. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 5 de Junho de 2017. -----

7. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 14 de Junho de 2017. -

8. O prazo de execução da obra, já foi prorrogado a título gracioso até 9 de Junho de 2018. -----

9. A entidade e executante vem, através de correio eletrónico do dia 8 de Junho de 2018, solicitar uma prorrogação do prazo de execução da obra por 30 dias. -----

II - Fundamentação -----

1. No referido pedido de prorrogação, o adjudicatário vem alegar atrasos pelos seguintes motivos: -----

a) Atraso referidos na anterior prorrogação; -----

b) Condições climatéricas adversas. -----

2. Anexado ao pedido de prorrogação, vem novo plano de trabalhos, cronograma financeiro, plano de mão de obra e plano de equipamentos adaptados às novas circunstâncias. -----

3. Feita análise dos argumentos apresentados pelo adjudicatário, cumpre informar: -----

a) De acordo com a alínea c) do ponto n.º 1 da Clausula 9.ª do Caderno de Encargos, a entidade executante, abriga-se a concluir a execução da obra, 150 dias a contar da data da sua consignação ou da data em que o Dono de Obra comunique à entidade executante a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última seja posterior; -----

b) Feita a análise do plano de trabalhos inicial, conclui-se que como entidade executante da empreitada o adjudicatário devia atempadamente adquirir e planear os materiais e trabalhos necessários para a execução de toda a obra, de acordo com o previsto no projeto; -----

c) De fato, verifica-se que as grandes chuvadas que têm ocorrido têm impossibilitado a normal execução dos pavimentos betuminosos a quente;

d) De preferência, a temperatura ambiente para aplicação de misturas betuminosas a quente deverá ser moderada, sem chuva e com pouco vento;

e) Na presente data, de um modo geral falta a aplicação da camada final de pavimento betuminoso e execução da sinalização. -----

4. Assim, deverá ser concedida prorrogação de prazo graciosa de 30 dias, dado que como anteriormente se referiu a entidade executante devia atempadamente adquirir e planear os materiais e trabalhos necessários para a execução de toda a obra. -----

III - Proposta -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto em cima enunciadas, considerando que sem uma prorrogação ao prazo de execução da obra se torna impraticável a entidade executante concluir a mesma, propõe-se ao órgão executivo: -----

a) A obtenção da competente aprovação da prorrogação de prazo; -----

b) De acordo com o previsto no ponto n.º 2 e n.º 3 do Artigo n.º 13 do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que seja concedida uma prorrogação graciosa do prazo de execução, sem direito a qualquer acréscimo do valor da revisão de preços em relação ao prazo contratado, pelo período de 30 dias; -----

c) De acordo ainda com o mesmo artigo, o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor da Revisão de Preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos que, na data da prorrogação, se encontrar em vigor; -----

d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificada a entidade executante da decisão tomada. -----

Com aprovação do pedido de prorrogação a data para a conclusão da obra é 9 de Julho de 2018. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 8 de Junho de 2018 -----

O Técnico -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

Anexos: Pedido de prorrogação de prazo -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.06.08. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.11. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - ADUTORA CANDO - SOUTELO E RESERVATÓRIO DE SOUTELO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 5/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 5/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SINOP - ANTÓNIO MOREIRA DOS SANTOS, S.A., no valor de 40.778,46 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.11. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €40.778,46 (Quarenta mil, setecentos e setenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.5. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 14/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 14/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 33.078,70 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.11. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €33.078,70 (Trinta e três mil e setenta e oito euros e setenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.6. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 15/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 15/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 23.554,30 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.11. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €23.554,30 (Vinte e três mil, quinhentos e cinquenta e quatro euros e trinta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

1. EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA "ACESSOS À NOVA PONTE URBANA DE CHAVES - 1ª FASE", NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES, CONCELHO DE CHAVES. - REGULARIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO NECESSÁRIA À REALIZAÇÃO DA REFERIDA OBRA. - ADOÇÃO DE RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 10º DO C.E.. PROPOSTA N.º 41/GAP/2018.-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ANTECEDENTES E JUSTIFICAÇÃO. -----

1 - No passado dia 27 de agosto de 1996, o executivo camarário deliberou, por unanimidade, ratificar diversos «Autos de Expropriação Amigável», referentes à aquisição de várias parcelas de terreno indispensáveis à execução da obra pública municipal "Acessos Rodoviários à Nova Ponte Urbana de Chaves - 1ª Fase". -----

2 - No âmbito dessa deliberação foi ratificado o acordo «Auto de Expropriação Amigável»,¹⁷ datado de 26 de agosto de 1996, celebrado entre este Município e António Fernandes, NIF175 929 432, natural de Sarraquinhos, concelho de Montalegre, residente nos Estados Unidos da América do Norte, tendo por objeto a aquisição da Parcela nº 12, com a área de 10.726,00m², a desanexar do prédio rústico inscrito sob o artigo 635º da freguesia de Chaves, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 00252/270885, pelo valor de €107 361,26 ou 21.524.000\$00, na moeda, à data, corrente, correspondendo a €4,98 ou 2.000\$00, por metro quadrado. -----

3 - No mesmo documento, além das condições de pagamento e da vedação das parcelas sobrantes, foi, ainda, acordada a aquisição da parcela com a área de 3.680,00m², a desanexar do mesmo prédio, a título de cedência, por antecipação, no âmbito de uma futura operação urbanística a levar a efeito no dito prédio. -----

4 - Esta parcela, utilizada na citada obra, muito concretamente na área de lazer que veio a ficar conhecida como zona dos “Pesqueiros”, em face da não aprovação dos instrumentos de gestão territorial para a zona da Madalena e, especialmente, para a margem esquerda do Tâmega, e a consequente manutenção da disciplina urbanística daquela zona, viu colocada em causa a forma prevista para a sua aquisição, pelo Município, uma vez que não viria a ser possível aprovar qualquer operação urbanística para a parcela sobrante do referido prédio. ----

5 - Neste contexto, ao longo dos anos, o interessado António Fernandes, através do seu mandatário, Dr. Pinto de Barros, advogado, tem vindo a solicitar a regularização da aquisição da parcela em causa, com a área de 3.680,00m², uma vez que a aquisição da parcela nº 12, em conformidade com o citado «Auto», foi formalizada por escritura de 17 de março de 1997, celebrada pelo Notário Privativo do Município, e as demais condições acordadas foram cumpridas pelo Município. -----

6 - De facto, por carta registada nos serviços administrativos municipais com o nº 1446, de 19-02-2018, o interessado veio, mais uma vez, solicitar a regularização da aquisição da parcela, pelo Município, informando, simultaneamente, da nova inscrição matricial e descrição predial da parcela em causa, juntando os respectivos documentos comprovativos da identificação da mesma e da sua titularidade. -----

7 - A execução de tal obra integra-se, inquestionavelmente, no âmbito das atribuições e competências legalmente confiadas ao Município, conforme decorria das credenciais legais estatuídas, à data, nas atribuições municipais previstas na Lei nº 100/84, de 29 de março, alterada pela Lei nº 18/91, de 12 de junho, em matéria de defesa e proteção do meio ambiente, dos tempos livres e desporto e do desenvolvimento das populações respectivas, mediante a realização de investimentos em urbanismo, em ruas e arruamentos, bem como na segurança e no trânsito, e atualmente nas competências municipais, em matéria de ordenamento do território e urbanismo, conforme decorre da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

8 - Tal quadro legal, dá o necessário suporte para a efetiva materialização do interesse público que, manifestamente, esteve suprajacente à realização de tal projeto, assente nas notórias

¹⁷ O documento identificado como “Auto de Expropriação Amigável” não faz menção a qualquer declaração de utilidade pública da expropriação, não se estando, portanto, substantivamente, em presença de uma expropriação amigável. -----

melhorias dos arruamentos e do ordenamento territorial naquele local - acessos à nova ponte urbana e arranjo urbanístico da margem esquerda do Tâmega na zona de S. Roque, Madalena - que carecia da existência de condições para um melhor ordenamento e escoamento do tráfego, estacionamento, bem como a criação de uma zona lúdico-desportiva, melhorando as condições de vida dos residentes naquele núcleo urbano, bem como dos demais utentes daqueles arruamentos e da área de lazer na margem esquerda do Tâmega, em especial os participantes da pesca desportiva. -----

9 - Conforme plasmado na Informação/Proposta N° 28/2013, do Gabinete de Notariado e Expropriações, de 21/06/2013, com base na informação remetida pela Divisão de Obras Públicas, a aquisição das parcelas de terreno, com as áreas de 10.762,00m2 (Parcela nº12 dos "Acessos") e 3.680,00m2, necessárias à execução da obra em causa - Acessos à Nova Ponte Urbana de Chaves - 1ª Fase" e respetivos arranjos urbanísticos (Pesqueiros) - foi assegurada, mediante a convergência de vontades da administração e do proprietário, sendo certo que foi formalizada, por escritura, a aquisição da Parcela nº 12, e, pelas razões anteriormente expostas, não foi possível concretizar a forma - cedência antecipada - acordada para a aquisição da parcela com a área de 3.680,00m2, a qual foi, efetivamente, ocupada pelo Município. -----

10 - Aqui chegados, sendo certo que se encontram reunidos os pressupostos legitimadores - causa de utilidade pública e existência de norma habilitante - indispensáveis à promoção do procedimento pré-expropriativo, importa reconstituir o íter procedimental adequado à aquisição da parcela de terreno necessária à materialização da referida obra/projeto. -----

11 - A referida parcela de terreno, com a área de 3.680,00m2, corresponde ao prédio rústico inscrito atualmente sob o Artigo 2581º na matriz predial da União das freguesias de Madalena e Samaiões, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o número 1057-Freguesia de Madalena, encontrando-se melhor identificada no "Mapa de Expropriações", documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e que se anexa à presente Proposta sob o nº1, com a menção dos seguintes elementos, de acordo com o Artigo 10º do Código das Expropriações, a saber: ----

- a)** Número atribuído à parcela de terreno; -----
- b)** Nome do proprietário e morada; -----
- c)** Área da parcela a expropriar; -----
- d)** Localização da Parcela com a indicação do lugar e freguesia; ----
- e)** Identificação da parcela por referência à menção da descrição na Conservatória do Registo Predial de Chaves e da inscrição matricial;
- f)** Estimativa dos encargos com a aquisição em causa; -----
- g)** Previsão em IGT para a parcela em causa. -----

12 - Face às bases negociais que viabilizaram, à data da execução da obra, a aquisição da parcela nº12, e a utilização e a posse efetiva da parcela, ora, em causa, constantes do «Auto de Expropriação Amigável», aprovado pelo executivo camarário em 26 de agosto de 1996, a estimativa dos encargos com a aquisição da mesma deve ter como referência o valor por metro quadrado que à data foi aprovado.

13 - Não tendo o interessado recebido a correspondente contrapartida pela ocupação da dita parcela, desde 1996, deverá ser adotada uma solução equilibrada, na salvaguarda dos princípios da proporcionalidade e da justiça e razoabilidade, numa justa composição de interesse público e privado, em respeito pelos princípios da boa administração e da realização da despesa, assente na atualização do montante inicialmente acordado entre ambas as partes, com recurso às

ferramentas informáticas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística - INE - para atualização das indemnizações, nos termos previstos no Artigo 24º do Código das Expropriações em vigor, considerando-se, como data da DUP a data do documento em que as partes estabeleceram o acordo, ou seja, 26/08/1996, e data da decisão agosto de 2015, altura em que as partes estabeleceram os princípios para a conclusão da regularização do procedimento, a qual não se veio, então, a efetuar por impedimentos de natureza registral associados à inscrição matricial e descrição do prédio. -----

14 - Assim, os encargos com a aquisição estão estabelecidos no montante de **€54 424,75**, tendo previsão nos instrumentos de gestão financeira em vigor no Município para o corrente ano na rubrica do PPI 2006 I 6, classificação económica 070101 0102, encontrando-se tal verba assegurada mediante o compromisso nº 2018/1172, em anexo. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito. -----

- Considerando os elementos fundamentadores anteriormente evidenciados, indissociáveis não só, da determinação do interesse público que esteve na génese da concretização do projeto/obra pública em questão, mas também da identificação do bem imóvel a adquirir que foi indispensável à prossecução de tal objetivo; -----

- Considerando que, face aos elementos instrutórios que dão suporte à presente proposta, se encontram reunidos todos os pressupostos legitimadores para a reconstituição do iter procedimental consubstanciada na adopção, por parte do Município, da resolução de expropriar, nos precisos termos em que tal ato se encontra legalmente positivado no Artigo 10º, do Código das Expropriações; -----

- Considerando, por último, que, nos termos do disposto na alínea vv), do nº 1, do artigo 33º, do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, órgão executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para os efeitos de expropriação, não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara. -----

Assim, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adopte deliberação no sentido de: -----

a) Ao abrigo do disposto no Artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº. 168/99, de 18 de setembro alterado e republicado pela Lei nº 56/2008, de 4 de setembro, seja adotada resolução de expropriar enquanto ato pré-expropriativo indispensável à obtenção da declaração de utilidade pública da expropriação da parcela de terreno necessária à execução da obra denominada ""Acessos à Nova Ponte Urbana de Chaves - 1ª Fase"", sendo certo que tudo indica que a aquisição será realizada pela via do direito privado; -----

b) Que, para o efeito, sejam aprovados todos os documentos que dão suporte fundamentador a tal resolução, particularmente, o "Mapa de Expropriações", e os documentos que suportaram o montante da avaliação da parcela de terreno em causa - "Auto de Expropriação Amigável", de 26/08/1996 e Documento Processado por Computador, no Portal do INE - com a identificação ID780709102015144059, contendo, em síntese, tais documentos, os elementos relativos à identificação do bem a adquirir, o correspondente proprietário e ainda a estimativa do encargo a suportar com a aquisição; -----

c) Por último, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Camarário, deverá, o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão, notificar da adoção da presente resolução o proprietário **António Fernandes**, no cumprimento do disposto no nº. 5, do citado artigo 10º, com as necessárias adaptações, notificação que deverá indicar o valor para a aquisição, da aludida

parcela, bem como as respetivas condições, ou seja, o pagamento em três prestações iguais, sendo a primeira com a celebração do contrato-promessa de aquisição, a segunda três meses após a primeira, e a última com a formalização do contrato de aquisição. -----

Chaves, 8 de junho de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

Nuno Vaz Ribeiro -----

Em Anexo: O respetivo processo administrativo, incluindo: -----

- Mapa de expropriações; -----

- Planta com a identificação da parcela; -----

- Informação matricial e descrição do Registo Predial; -----

- Documento processado por computador no portal do INE, com a identificação ID780709102015144059. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VIII

DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

IX

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS, EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2018/2019. CONCURSO PÚBLICO Nº1/SC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Tornando-se necessário proceder à aquisição do serviço identificado em epígrafe, de acordo com a Informação DDSC nº84/SE nº47/2018 em anexo, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte: -----

1. Escolha do tipo de procedimento -----

- Considerando que o preço base do presente procedimento é de 184.341,24 (cento e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e um euros e vinte e quatro centimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; -----

- Considerando que, de acordo com informação prestada pela DDSC, via e-mail, em anexo, o preço base indicado no caderno de encargos foi calculado tendo em conta os valores do anterior procedimento; -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), podemos lançar mão do procedimento "Concurso Público" como procedimento para a celebração de contratos, sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, quando o valor do contrato seja inferior aos limiares referidos nas alíneas b), c) ou d) do nº3 do artigo 474º; -----

Assim, em cumprimento do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho, e nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do CCP, solicita-se autorização para aplicação do procedimento "Concurso Público", previsto na alínea b) do nº1 do artigo

20º do CCP, para adjudicação da prestação de serviços identificada em epígrafe. -----

2. Designação do júri -----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº1 do artigo 67º do CCP, com exceção do ajuste direto e dos casos previstos no nº3 do citado artigo, os procedimentos para a formação de contratos são conduzidos por um júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar; -----

Assim, submete-se à consideração superior a seguinte proposta de constituição: -----

- Membros efetivos: -----

- Presidente: Dr.º Marcelo Delgado, Diretor do Departamento de Coordenação Geral; -----

- 1º Membro Efetivo: Eng.º Carlos França, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural; -----

- 2º Membro Efetivo: Dr.ª Zuleika Alves, Técnica Superior. -----

O primeiro membro efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos. -----

- Membros suplentes: -----

- 1º Membro Suplente: Dr.ª Lídia Pinto, Técnica Superior; -----

- 2º Membro Suplente: Dr.ª Tânia Oliveira, Técnica Superior. -----

3. Delegação de competências -----

Nos termos do disposto no nº1 do artigo 109º do CCP, sugere-se que as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar possam ser delegadas no júri, sem prejuízo do disposto na parte final no nº2 do artigo 69º do mesmo Código.-----

4. Aprovação do processo de procedimento -----

Para efeitos de aprovação, e no cumprimento do exposto na alínea c) do nº1 e nº2 do artigo 40º do CCP, acompanham a presente proposta o caderno de encargos, o programa de procedimento e o anúncio do concurso.-----

5. Caução -----

No presente procedimento não será exigida a prestação de caução, nos termos do disposto na alínea a) do nº2 do artigo 88º do CCP. -----

6. Adjudicação por lotes -----

Nos termos do disposto no nº1 e 2 do artigo 46º-A do CCP, a presente prestação de serviços será adjudicada por lotes. -----

7. Encargos com contratos de aquisição de serviços - artigo 61º da

Lei nº114/2017 de 29 de dezembro - LOE -----

Nos termos do disposto no nº1 do artigo 61º da LOE, os encargos com o presente contrato não ultrapassam os valores gastos em 2017, uma vez que o preço base estabelecido no presente procedimento teve em conta os custos resultantes do anterior procedimento, a saber: -----

- Circuito nº1 - mesmo valor do procedimento anterior;-----

- Circuito nº2 - mesmo valor do procedimento anterior;-----

- Circuito nº3 - mesmo valor do procedimento anterior;-----

- Circuito nº4 - o circuito nº4 abrange dois circuitos do ano letivo transato, mais concretamente, o circuito de Ventuzelos para a escola de Casas dos Montes, que no ano passado era pago a 67€, e o circuito da hora do almoço das crianças do Caneiro que no ano passado era pago a 47€. Juntando os dois num só circuito são os 114€/dia;-----

- Circuito nº5 - mesmo valor do procedimento anterior;-----

- Circuito nº6 - mesmo valor do procedimento anterior;-----

- Circuito nº7 - mesmo valor do procedimento anterior;-----

- Circuito nº9 - mesmo valor do procedimento anterior;-----

- Circuito nº11 - mesmo valor do procedimento anterior;-----

- Circuito nº13 - mesmo valor do procedimento anterior;-----

- Circuito 14 - Este circuito no ano letivo de 2017/2018 era realizado por uma viatura de 9 lugares, mas no ano letivo de 2018/2019 devido ao aumento do número de crianças a transportar, será necessário uma viatura de 16 lugares, pelo que é necessário e obrigatório uma vigilante. Utilizando o valor do Km do anterior procedimento (0,45€/km) e o valor por hora de 6,85€ da vigilante, o valor total seria de 36,65€/dia, que considerando as despesas que a empresa terá com uma viatura maior, o valor foi arredondado para 40€/dia;-----
- Circuito nº15 - O preço do circuito no ano letivo de 2017/2018 era de 27€/dia, sem vigilante, pois era utilizada uma viatura de 9 lugares. Uma vez que a Escola primária de Vila Verde irá fechar no próximo ano letivo, há a necessidade de transportar estas crianças para o Centro Escolar. Além de se ter aumentado os Km a realizar e ser obrigatória a utilização de uma viatura de 24 lugares, devido ao número de alunos a transportar, será necessário uma vigilante. Assim, o circuito em causa foi comparado com o circuito n.º14, que por Km foi utilizado os 0,45€/Km, mais 2h de vigilante (6,85€/hora), totalizando 51,5€, que de igual forma e tendo em conta o desgaste de uma viatura maior, o valor foi arredondado para 55€/dia;-----
- Circuito nº17 - Este circuito não estava previsto no caderno de encargos do ano letivo de 2017/2018, mas foi criado no 3º período do ano letivo de 2017/2018, através do procedimento "Ajuste Direto em regime simplificado" por 34€/dia. Valor este que está a ser utilizado no presente procedimento;-----
- Circuito nº18 - mesmo valor do procedimento anterior;-----
- Circuito nº19 - mesmo valor do procedimento anterior;-----
- Circuito nº21 - mesmo valor do procedimento anterior;-----
- Circuito nº22 - mesmo valor do procedimento anterior.-----

8. Compromissos plurianuais -----

Nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro, e ulteriores alterações, conjugado com o artigo 22º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal.-----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir que a presente proposta seja submetida ao Órgão Deliberativo Municipal, a fim de este autorizar a assunção do seguinte compromisso plurianual: -----

Por ano económico

	2018	2019
Prestação de serviços de transporte terrestre de alunos, em circuitos especiais, para o ano letivo de 2018/2019.	66.567,67	117.773,57

9. Cabimento orçamental -----

O contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental na rubrica 020210, conforme informação de cabimento em anexo.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 29 de maio de 2018-----

A Coordenadora Técnica -----

(Susana Borges) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.06.05 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.07. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2. AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO DE 2018/2019. AJUSTE DIRETO Nº13/SC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Tornando-se necessário proceder à aquisição do serviço acima referido, de acordo com a informação nº 85/SE nº48/2018, da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural, que se anexa, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte:-----

1. Escolha do tipo de procedimento -----

Considerando que a estimativa global para a aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares), para o ano letivo de 2018/2019, é de 287.430,22 (duzentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta euros e vinte e dois cêntimos), acrescidos de Iva; -----

- Considerando que a empresa "Auto Viação do Tâmega" é a única empresa concessionária do serviço público de transporte, que opera no Concelho de Chaves, conforme o exposto na informação da DDSC em anexo;-----

- Considerando que, nos termos do disposto na subalínea ii) da alínea e) do nº1 do artigo 24º do Código dos Contratos Públicos (CCP), poder-se-á convidar apenas uma entidade, quando as prestações que constituem o objeto do contrato só possam ser confiadas a determinada entidade;- Assim, em cumprimento da alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho e nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do CCP, solicita-se autorização, ao Órgão Executivo Municipal, para aplicação do procedimento "Ajuste Direto", previsto na subalínea ii) da alínea e) do nº1 do artigo 24º do citado código, para adjudicação da aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares) para o ano letivo de 2018/2019.-----

2. Aprovação do processo de procedimento -----

Para efeitos de aprovação, e no cumprimento do exposto na alínea a) do nº1 do artigo 40º, conjugado com o artigo 115º do Código dos Contratos Públicos, acompanham a presente proposta o caderno de encargos e o ofício convite para apresentação de proposta a remeter à seguinte entidade: -----

Auto Viação do Tâmega.-----

3. Caução -----

No presente procedimento será exigida uma prestação de caução, no valor de 5% do preço contratual, nos termos do disposto nos artigos 88º e 89.º do CCP.-----

4. Compromissos Plurianuais -----

Nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro, e ulteriores alterações, conjugado com o artigo 22º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, a assunção de compromissos

plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal. -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir que a presente proposta seja submetida ao Órgão Deliberativo Municipal, a fim de este autorizar a assunção do seguinte compromisso plurianual:-----

Por ano económico

Aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares) para o ano letivo de 2018/2019	2018	2019
	109.525,84	177.904,38

5. Cabimento orçamental -----

O contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental na rubrica 020210, conforme informação de cabimento em anexo.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 5 de junho de 2018-----

A Coordenadora Técnica -----

(Susana Borges)-----

Em anexo: Convite e Caderno de Encargos -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.06.06 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.07. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

XI

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - 2017. INFORMAÇÃO N.º30/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento Legal: -----

a) Considerando que, de acordo com o previsto no art.º 75º e no n.º 2, do art.º 76 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou

participadas nos termos dos n.ºs. 3, 4, 5 e 6 do aludido art.º 75º, sendo que, nos termos do seu n.º 7, os documentos de prestação de contas consolidadas compreendem o relatório de gestão, com as seguintes demonstrações financeiras:-----

a) Balanço consolidado;-----
b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza;-----
c) Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais (resumo);-----

d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.--

b) Considerando que, de acordo com o previsto no n.º 2, do art.º 76º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro os municípios apresentam as contas consolidadas de modo a serem submetidas à apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.-----

c) Considerando que, de acordo com o previsto na alínea e), do n.º 2, do art.º 77º da Lei 73/2013, de 3 de setembro compete ao auditor externo proceder à Revisão Legal das Contas Consolidadas.-----

d) De acordo com a Portaria 474/2010, de 1 de julho, e considerando a participação do Município nas entidades, foram aplicados os seguintes métodos de consolidação:-----

- Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EM, SA (100%) - Método de Consolidação Integral-----

- EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial

- Eólica da Serra das Alturas, S.A. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial-----

- Empresa Eólica do Barroso, Lda. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial-----

- Eólica da Padrela, Lda. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial-----

- Atberg - Eólica do Alto Tâmega, Lda. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial-----

- Empreendimento Eólico de Viade, Lda. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial -----

- Eólica de Montenegrelo, S.A. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial -----

- Eólica de Atilhó, Lda. (Influência Significativa) - Método de Equivalência Patrimonial -----

e) Considerando que, de acordo com o cumprimento das disposições consagradas na Resolução n.º 1/2018 - "Prestação de contas ao Tribunal relativas ao ano de 2017 e gerências partidas de 2018", em articulação com o art.º 75º da lei 73/2013, é obrigatória a apresentação pelo Município de Contas Consolidadas, aplicável, no caso em concreto à GEMC, EM, SA. -----

II - Proposta:-----

a) Que, numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas do Município, relativos ao exercício de 2017, bem como da Certificação Legal das Contas Consolidadas.-----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário, deverá a mesma, à luz das disposições combinadas previstas nas alíneas i), do n.º 1, do art.º 33º e alíneas j), do n.º.

1, do art.º 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, ser remetida para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, a ter lugar durante o mês de junho, com vista ao seu sancionamento pelo aludido órgão deliberativo.-----

À consideração superior,-----

Chaves, 4 de junho de 2018.-----

A Técnica Superior (Marta Pinheiro) -----

Anexos:-----

Contas Consolidadas do Município de Chaves, nos termos do art.º 75º e do n.º 2, do art.º 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro-----

Relatório de Gestão de Contas Consolidadas do Município de Chaves----

Certificação Legal de Contas Consolidadas, nos termos da alínea e),

n.º2, do art.º 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro-----

Declarações de responsabilidade, de acordo com a Resolução n.º 1/2018 - "Prestação de contas ao Tribunal relativas ao ano de 2017 e gerências partidas de 2018", designadamente nos seus pontos 21 e 22.-

Prestação de Contas 2017 - Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M., S.A.-----

Prestação de Contas 2017 - EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.-----

Prestação de Contas 2017 - Eólica da Serra das Alturas, S.A.-----

Prestação de Contas 2017 - Empresa Eólica do Barroso, Lda.-----

Prestação de Contas 2017 - Eólica da Padrela, Lda. -----

Prestação de Contas 2017 - Atberg - Eólica do Alto Tâmega, Lda.-----

Prestação de Contas 2017 - Empreendimento Eólico de Viade, Lda.-----

Prestação de Contas 2017 - Eólica de Montenegrelo, S.A.-----

Prestação de Contas 2017 - Eólica de Atilhó, Lda.-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.06.04 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.04. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.07. -----

Visto. Concorde. Proceda-se conforme preconizado nesta informação técnica, remeta-se para agendamento nas reuniões previstas dos órgãos municipais. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.2. 7.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS - REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL NAS MODIFICAÇÕES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº31/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I-Enquadramento-----

Considerando, o art. 40º da Lei nº 73/2013, de 3/set (RFALEI) 1, sob a epígrafe " Equilíbrio orçamental ", prevê-se o seguinte:-----

1-Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.-----

2-Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.-----

3-O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.-----

4-Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo.-----

II - Fundamentação-----

Considerando, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, nos momentos seguintes: -----

1-No momento da elaboração do orçamento, em mapa (com um conteúdo que permita aferir a situação em termos da regra de equilíbrio - cfr. infra) a integrar o documento previsto no artigo 46.º, n.º1, al. a), do RFALEI;-----

2-Quando da elaboração de eventuais modificações, em mapa específico (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada, no caso, o Presidente da Câmara, com competências delegadas, para aprovação;----

3-Ao nível da execução orçamental, em mapa (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Face ao exposto, a seguir se traduz em quadro de monitorização, do aludido art-º 40º, o cumprimento de tal regra à data atual.-----

Regra do equilíbrio orçamental nas modificações-art.º 40, Lei 73/2013, 3 de setembro

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro		
Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais		
Regra do Equilíbrio art.º 40º		
	Valor	Validação
Receita Corrente bruta	33.423.471,04	Cumpr
Despesa corrente	25.157.254,36	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2.940.158,86	
Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente cobrada (1)	33.423.471,04	
Despesa corrente paga (2)	25.157.254,36	
Saldo Corrente (3)=(1)-(2)	8.266.216,68	
Amortizações previstas (4)	3.088.789,08	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5)=(3)-(4)	5.177.427,60	
Total das receitas correntes totais (6)	33.423.471,04	

5% das receitas correntes totais (7)=(6)x5%	1.671.173,55
---	--------------

Chaves, 24 de maio de 2018-----
A Chefe de Divisão Financeira-----
(Márcia Santos, Dra.) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.11. -----

À Reunião de Câmara -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.3. LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES - LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro e ulteriores alterações e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, a Assembleia Municipal aprovou a autorização genérica para dispensa de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes casos:-----

- Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

- Considerando que, em todas as sessões do órgão deliberativo, deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária, no dia 20 de dezembro de 2017, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018.-

2. Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte:-----

a) Que seja dado conhecimento ao órgão executivo municipal, em sede da próxima reunião ordinária, da listagem enunciada, e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, denominada "Listagem de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal";-----

b) Sequencialmente, e dando execução ao ato de autorização genérica prestado, oportunamente, pela Assembleia Municipal, sobre a matéria em apreciação, deverá o mesmo documento ser levado ao conhecimento do aludido órgão deliberativo na sua próxima sessão ordinária, a ter lugar no mês de junho.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 07 de junho de 2018 -----

A Coordenadora Técnica -----

(Susana Borges) -----

INFORMAÇÃO Nº10/SC/2018

LISTAGEM DE CONTRATOS CELEBRADOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA
GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Adjudicatário	Designação do contrato	Valor	Tipo de procedimento	Data celebração/renovação do contrato	Fim do contrato/re novação
Vítor Manuel Fernando Madeira Brás	Prestação de serviços de consultoria jurídica e de contencioso - contrato de avença	72.000,00 €	Ajuste Direto	01.02.2018	31.10.2021
TopSolutions - Soluções Informáticas e Telecomunicações, Lda.	Prestação de serviços de comunicações eletrónicas: correio eletrónico, storage/DNS/Support e	14.435,00 €	Ajuste Direto	12.04.2018	12.04.2019
Reload - Consultoria Informática, Lda.	Aquisição de serviços de suporte técnico, manutenção e atualização a equipamentos e softwares do centro de dados	20.584,41 €	Consulta Prévia	12.04.2018	31.03.2019

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.06.07 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.11. -----

À reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.4. EXTENSÃO DO INCENTIVO À FIXAÇÃO DE EMPRESAS NO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES. PARCELAS AUTÓNOMAS RESULTANTES DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 1/2007 - "PLATAFORMA LOGÍSTICA INTERNACIONAL DO VALE DO TÂMEGA", SITUADA EM CAMPO QUEIMADO, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 42/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes e justificação -----

1. O loteamento da "Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega" e respetivas obras de urbanização, titulado pelo Alvará nº 1/2007, veio a incidir sobre vinte e duas parcelas de terreno - prédios rústicos -, com a área total de 214.901,00m², situadas em Campo Queimado, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, tendo sido aprovado por deliberações da Câmara Municipal de 06/04/2004,

02/02/2006 e 18/01/2007, e previamente por deliberação da assembleia municipal de Chaves de 21/04/2004, na vigência de medidas preventivas, ao abrigo do disposto no nº3, do Artigo 7º do Decreto-Lei nº 555799, de 16 de dezembro, na redacção, à data, em vigor. -----

2. As parcelas de terreno, em causa, vieram a dar origem ao prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº 3401/20070503 - freguesia de Outeiro Seco, com a área total de 214.901m², dos quais foram objeto da operação de loteamento 91.447,00m², tendo sobrado 123.454,00m². -----

3. Na sequência da operação de loteamento, com obras de urbanização, titulada pelo aludido Alvará de Loteamento Nº 1/2007, devido à topografia do terreno e à execução das obras de urbanização - arruamentos destinados à circulação de pessoas e viaturas e faixas de estacionamento - a parcela de terreno que não foi loteada, correspondente ao prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº 3401/20070503 - freguesia de Outeiro Seco -, deu origem a cinco parcelas de terreno autónomas. -----

4. No passado dia 3 de maio de 2018, o executivo camarário, nos termos da Informação/Proposta Nº 18/GNE/2018, deliberou autorizar a emissão de certidão discriminativa, das cinco parcelas de terreno, as quais faziam parte do prédio urbano inscrito na matriz predial da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 3231, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 3401, inscrito a favor deste Município.-----

5. Dando execução à mesma Informação/Proposta o Gabinete de Notariado e Expropriações desencadeou as diligências procedimentais necessárias à atualização da situação registral do aludido prédio, mediante a discriminação das cinco parcelas de terreno, situadas em **Campo Queimado, freguesia de Outeiro Seco**, Concelho de Chaves, com a seguinte caracterização, inscrição matricial e descrição na Conservatória do Registo Predial de Chaves: -----

Parcela A: terreno para -----
construção -----
Área: 36.883,15m². -----
Norte: Arruamento; -----
Sul: Arruamento; -----
Poente: Município de Chaves e Absolutulogia, Lda.; -----
Nascente: Arruamento; -----
Artigo: urbano 3254-P -----
Descrição CRP: 4508/20180525 --

Parcela B: terreno para -----
construção -----
Área: 219,67m². -----
Norte: Caminho Público; -----
Sul: Arruamento; -----
Poente: Ana Gonçalves Chaves Salgado; -----
Nascente: Caminho Público; -----
Artigo: urbano 3255-P -----
Descrição CRP: 4509/20180525 ---

Parcela C: terreno para -----
construção -----
Área: 11.696,47m². -----
Norte: Jacinto Xavier Coelho; -
Sul: Arruamento; -----
Poente: Caminho Público; -----
Nascente: Caminho Público; ----
Artigo: urbano 3256-P -----
Descrição CRP: 4510/20180525 --

Parcela D: terreno para -----
construção -----
Área: 28.149,43m². -----
Norte: Henrique dos Santos Costa; -----
Sul: Manuel Lucas e caminho público; -----
Poente: Arruamento; -----
Nascente: Capitão Jacinto Montalvão; -----
Artigo: urbano 3257-P -----
Descrição CRP: 4511/20180525 ---

Parcela E: terreno para construção -----
Área: 37.313,07m². -----

Norte: Arruamento; -----
Sul: Rede Rodoviária Nacional; -----
Poente: Município de Chaves -----
Nascente: Município de Chaves -----
Artigo: urbano 3258-P -----
Descrição CRP: 4512/20180525 -----

6. Face à disciplina dos instrumentos de gestão territorial em vigor no concelho de Chaves, na situação individual e concreta o PDM - Plano Diretor Municipal -, apenas as parcelas A e E têm solo classificado na Classe 2 - Espaços Industriais e possuem, efetivamente, capacidade edificativa, podendo aumentar a disponibilidade da área a ser afeta ao desenvolvimento de atividades económicas industriais, no "Parque Empresarial de Chaves". -----

7. A assembleia municipal de Chaves, em sessão ordinária de 15 de fevereiro de 2017, aprovou a medida de incentivo à fixação de empresas no concelho de Chaves, consubstanciada na redução para €1,00/m2 do preço de venda dos lotes do Parque Empresarial de Chaves - Loteamento do Parque de Atividades e Loteamento da Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega -, e que se encontravam disponíveis para alienação, nos termos da Proposta N° 16/GAP/2017, aprovada pelo executivo camarário em sua reunião ordinária realizada no passado dia 3 de fevereiro de 2017. -----

8. Tal medida de incentivo à fixação de empresas neste Concelho, visando a defesa e dinamização da economia local, muito concretamente, o combate à desertificação e ao apoio à criação de emprego, através do aumento da competitividade do Concelho de Chaves face aos Municípios vizinhos e do litoral, foi concretizada pela proposta N° 29/GAP/2017, aprovada pelo executivo camarário, em reunião de 3 de março de 2017, e veio a ser prolongada até ao final do presente mandato autárquico, mais concretamente até 30 de setembro de 2021, por deliberação do executivo camarário de 8 de fevereiro de 2018, sob a Proposta N° 6/GAP/2018, sancionada pela assembleia municipal em sua sessão de 28 de fevereiro de 2018. -----

9. Registou-se uma resposta bastante positiva dos agentes económicos privados às políticas adotadas pelo Município de Chaves, e surgiram manifestações concretas de interesse na aquisição de terrenos na área do Parque Empresarial, para fins industriais, ainda que informalmente apresentadas, sendo certo que se mantêm plenamente válidos os pressupostos que motivaram as deliberações camarárias que aprovaram a Proposta N° 16/GAP/2017, a Proposta N° 29/GAP/2017 e a Proposta N° 6/GAP/2018. -----

10. Neste enfoque, em respeito pelos Princípios da igualdade de tratamento e da proporcionalidade, e bem assim, pelo Princípio da conexão material da localização das supra identificadas Parcelas A e B com os Lotes do Loteamento da Plataforma Logística, diga-se, aliás, com origem no mesmo prédio, dever-se-á estender àquelas parcelas a medida de apoio à fixação de empresas no Parque Empresarial de Chaves, consubstanciada no preço da venda do solo a €1,00 por metro quadrado. -----

II - Proposta em sentido estrito -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas e à luz do disposto no n°2, do Artigo 235°, da Lei Fundamental e da alínea k), do n°2, do Artigo 25° e da alínea ff), do n° 1, do Artigo 33°, ambos do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores Declarações de Retificação e alterações, tomo a liberdade de propor ao executivo camarário a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Aprovar a extensão material dos efeitos das deliberações dos órgãos municipais - Câmara e Assembleia - de 8 e 28 de fevereiro de 2018, no

que se refere ao valor de alienação €1,00 o metro quadrado do solo, aos bens imóveis que adquiriram autonomia matricial e registral, muito concretamente as Parcelas A e E, dotadas de capacidade edificativa, com subordinação ao instrumento de gestão territorial em vigor, para a sua área de localização; -----

b) Que a escolha do tipo de procedimento para alienação das parcelas em causa, atenta a defesa do superior interesse público municipal, venha a ser definida tendo em consideração o mérito e a oportunidade da decisão; -----

c) Por fim, caso a presente proposta seja aprovada, que a mesma seja sujeita à apreciação, discussão e votação do órgão deliberativo municipal, para efeitos do disposto na alínea i), do nº1, do Artigo 25º, do Anexo I, à supra citada Lei nº 75/2013. -----

Chaves, 08 de junho de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

Nuno Vaz Ribeiro -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.5. SUSPENSÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA 28/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. ANTECEDENTES E JUSTIFICAÇÃO -----

a) Considerando que nos termos do artigo 49º da Lei nº73/2013, de 3 de Setembro, podem os Municípios contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como celebrar contratos de locação financeira, nos termos da Lei; -----

b) Considerando que os contratos de empréstimo, de médio e longo prazo, incluindo os empréstimos contraídos no âmbito dos mecanismos de recuperação financeira municipal, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objecto de aprovação, por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efectividade de funções; -----

c) Considerando que, nos termos da alínea f) do nº1, do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a contracção de empréstimos; -----

d) Considerando que, mediante autorização recolhida em sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 16 de Julho de 2014, para celebração de empréstimo para saneamento financeiro, mediante proposta nº60/DCG/2014, bem como na sequência da aprovação da proposta nº128/GAP/2014, de 16 de Dezembro de 2014, veio a ser aprovado o montante de empréstimo para 13.042.328,00€, em respeito pelas orientações proferidas pelo Tribunal de Contas; -----

e) Considerando que os empréstimos contratualizados junto do BPI (9.735.514,00€) e CGD (3.306.841,00€) obtiveram o competente visto do Tribunal de Contas em 26 de Dezembro de 2014, tendo sido a respectiva verba liberada e utilizada ainda no ano de 2014, para pagamento das faturas constante do Anexo I, ao de plano de saneamento financeiro - lista de faturas a sanear com o empréstimo para saneamento financeiro;-

f) Considerando que, nos termos do disposto no nº6 do artigo 59º da Lei nº73/2013, de 3 de Setembro, cabe ao Município acompanhar o plano de saneamento, "através da elaboração de relatórios semestrais sobre

a execução do plano financeiro pela Câmara Municipal e da sua apreciação pela Assembleia Municipal”; -----

g) Considerando ainda, que, de acordo com o disposto na alínea c) do nº5 do mesmo artigo, fica o Município obrigado a remeter, à DGAL, relatórios semestrais sobre a execução do plano de saneamento financeiro, no prazo máximo de trinta dias, a contar do final do semestre a que reportam; -----

h) Considerando que, sem prejuízo das obrigações previstas, no aludido artigo 59º, da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, veio a ser contemplada e aprovada, pelos órgãos municipais competentes, aquando da aprovação do “estudo fundamentado da situação económica e financeira municipal” e “plano de saneamento financeiro”, sob a epígrafe - C.3 acompanhamento, a obrigatoriedade, tendo em vista o reforço do controlo e rigor que se impõe, cumpre à Divisão de Gestão Financeira elaborar um relatório trimestral (até ao final do mês seguinte ao termo do trimestre a que diz respeito) a remeter, por intermédio do Diretor de Departamento de Administração Geral, ao Presidente da Câmara Municipal; -----

2. ENQUADRAMENTO LEGAL ATUAL -----

a) Considerando que estabelece o nº4 do artigo 97º, da Lei nº114/2017 de 29 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado para 2018 (LOE2018), pode a Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal a suspensão da aplicação do plano de saneamento financeiro ou de reequilíbrio financeiro se, após a aprovação dos documentos de prestação de contas, verificar que o município cumpre, a 31 de dezembro de 2017, o limite da dívida total previsto no artigo 52º da Lei nº73/2013 de 3 de Setembro, na sua redacção actual; -----

b) Considerando que, acrescenta o nº5 do mesmo diploma, que em caso de aprovação pela Assembleia Municipal da proposta referida no nº4, a suspensão do plano produz efeitos a partir da data da receção pela DGAL da comunicação da deliberação a que se refere o nº4, acompanhada de uma demonstração do cumprimento do limite da dívida total previsto no artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro, na sua redacção actual, **voltando o plano a vigorar em caso de incumprimento do referido limite;**

c) Considerando ainda que, a recente publicação do DL. 33/2018 de 15 maio, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2018, vem reiterar, no artigo 80º que, *“Com vista ao cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 97.º da Lei do Orçamento do Estado, os municípios comunicam à DGAL a deliberação da assembleia municipal, acompanhada do mapa demonstrativo que lhe serviu de suporte e que comprova o cumprimento do limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redacção atual.”* ---

d) Considerando que, como se demonstra na ficha do município anexa e divulgada no Portal Autárquico - DGAL, relativo a 31/12/2017(doc.1), **a dívida do Município de Chaves a 31 de dezembro de 2017 era 35.682.611€, inferior ao limite legalmente estabelecido.** O Município encontrava-se e encontra-se em equilíbrio financeiro, nos termos do artigo 52º da Lei nº73/2013 de 3 de Setembro, tal como se demonstra mediante cálculo interno, elaborado pela DGF, à data de 30/05/2018, em documento anexo (doc.2). -----

3. PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Atendendo às razões expostas, cumpre-nos submeter à aprovação do Sr. Presidente a seguinte proposta: -----

a) Que a presente proposta seja submetida à próxima reunião do executivo municipal, tendo em vista a suspensão do plano de saneamento, devidamente instruída, nos termos da Lei; -----

b) Que a presente proposta seja submetida para aprovação ao órgão deliberativo municipal, na sua sessão de junho. -----

c) Que seja remetida à DGAL, deliberação dos órgão municipais competentes, bem como, ficha do município a 31/12/2017; -----
À consideração Superior. -----

Chaves, 30 Maio de 2018 -----

Anexos: -----

Ficha do Município 31/12/2017 (doc.1) -----

Cálculo limite dívida interno 30/05/2018 (doc.2) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.06.01 -----

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.04. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.11. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.6. PERMUTA DO LOTE N.º 1, DO LOTEAMENTO DA QUINTA DOS MONTALVÕES, POR PRÉDIO URBANO SITO EM SANTA CRUZ/TRINDADE, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, CONCELHO DE CHAVES. - PERMUTANTE: ASSOCIAÇÃO FLOR DO TÂMEGA APOIO A DEFICIENTES. PROPOSTA N.º 43/GAPV/2018. ----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - MOTIVOS JUSTIFICADORES -----

1. Nos termos do disposto na alínea h) do nº 2, do artigo 23º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, os municípios dispõem de atribuições na área de ação social. -----

2. A atribuição acima mencionada concretiza-se nas competências dos órgãos municipais positivadas, no caso do órgão executivo municipal, na alínea u) do nº 1, do artigo 33º, da retrocitada Lei, isto é, compete à Câmara Municipal "Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças". -----

3. Neste contexto, o executivo municipal, em sua reunião de ordinária do passado dia 01 de outubro de 2012, deliberou doar à "Associação Flor do Tâmega Apoio a Deficientes", o lote n.º 1, do Loteamento da Quinta dos Montalvões, composto por terreno para construção, inscrito na matriz predial da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 3196º, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4279º, com a finalidade de aí serem construídas as instalações da AFTAD, designadamente o centro de atividades ocupacionais, o lar residencial com SAD (serviço de apoio domiciliário) e a residência autónoma. ----

4. A doação do referido prédio foi formalizada por escritura outorgada no Cartório Privativo do Município, a 24 de junho de 2013, encontrando-se, na presente data, o retrocitado prédio na esfera

patrimonial da supra mencionada Associação e, nos termos da doação, afeto àquela finalidade. -----

5. É neste contexto que a Associação Flor do Tâmega Apoio a Deficientes, através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos deste Município sob o n.º 2885, de 05-04-2018, solicita a permuta do prédio supra identificado, pelo prédio urbano designado por Escola Primária de Santa Cruz/Trindade, propriedade do Município, para aí serem construídas as pretendidas instalações da AFTAD, que motivaram a doação do referido Lote n.º 1.

II - ENQUADRAMENTO LEGAL -----

1. O Município de Chaves é o proprietário do prédio urbano, designado por escola Primária de Santa Cruz/Trindade, prédio inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge sob o artigo 2001º, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1158º, prédio avaliado, pela Comissão de Avaliação do Património Municipal¹⁸, no valor de €330.750,00 (Trezentos e trinta mil, setecentos e cinquenta euros), conforme Auto de Avaliação nº5/2018, da dita Comissão, em anexo, para efeitos de aprovação¹⁹. -----

2. Dentro do princípio da autonomia local, o Município tem competência para gerir e administrar os bens imóveis que integram o seu domínio privado disponível, e não se encontrando o presente imóvel afeto a nenhuma utilidade pública imediata, o mesmo é susceptível de se constituir objeto de relações jurídicas privadas, designadamente de troca. -----

3. De acordo com o disposto na alínea g) do nº 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal "Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG". -----

6. Nos termos do disposto na alínea u) do nº 1, do artigo 33º, da retrocitada Lei, isto é, compete à Câmara Municipal "Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças". -----

4. Neste contexto, poderá o pedido de permuta dos imóveis solicitado pela "Associação Flor do Tâmega Apoio a Deficientes" ser aprovado, consubstanciando tal aprovação apoio às referidas atividades de natureza social, tudo, na condição de o bem permutado reverter para o município, no caso de ao mesmo ser dada destinação diferente da que justifica a permuta ou a construção não vier a ser realizada no prazo que for fixado para o efeito. -----

III - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente enunciadas e no Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, em vista a dar concretização à permuta dos imóveis, solicitada pela "Associação Flor do Tâmega Apoio a Deficientes", tomo a liberdade de sugerir, ao Executivo Camarário, que adopte deliberação no sentido de: -----

a) Autorizar a permuta do prédio urbano, lote n.º 1, do Loteamento da Quinta dos Montalvões, composto por terreno para construção, inscrito na matriz predial da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 3196º, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4279º, com o valor atribuído de €343.090,00 (Trezentos e quarenta

¹⁸ Adiante designada pela sigla CAPM. -----

¹⁹ Sobre o prédio em causa, encontra-se constituído comodato a favor da Junta de Freguesia de Santa Cruz/Trindade, conforme contrato outorgado em 12.01.2012, a operacionalização da presente permuta, irá ter determinar a extinção dos efeitos do referido contrato. -----

e três mil e noventa euros), em conformidade com a avaliação feita pela CAPM e que, à data, foi atribuído à doação, propriedade da "Associação Flor do Tâmega Apoio a Deficientes", pelo prédio urbano, designado por escola Primária de Santa Cruz/Trindade, prédio inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge sob o artigo 2001º, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1158º, com o valor atribuído de € 330.750,00 (trezentos e trinta mil, setecentos e cinquenta euros), pela CAPM e propriedade do Município de Chaves; -----

b) Sendo certo, que, do ponto de vista competencial, a operacionalização, de tal permuta, não carece de intervenção da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, ao abrigo das competências que lhe são confiadas pela alínea i), do nº1, do Artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, considerando que tal intervenção apenas é, legalmente, exigível, perante a aquisição, alienação ou oneração bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o RMMG²⁰; -----

c) O respectivo contrato - escritura - deverá ser formalizado, pelo Notário Privativo da Autarquia, em conformidade com o disposto no artigo 875º do Código Civil, na redação conferida pelo Decreto-Lei nº116/2008, de 4 de julho, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias, para o efeito, ficando, desde já, legitimado, o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal, a outorgar o respectivo contrato, exarando-se, no respectivo contrato, cláusula de reversão, a favor do Município, caso seja dado destino diferente ao supra identificado prédio - construção das instalações da AFTAD, designadamente o centro de atividades ocupacionais, o lar residencial com SAD (serviço de apoio domiciliário) e a residência autónoma -, ou as obras não sejam concluídas no prazo de quinze anos, a contar da data da celebração do contrato; -----

d) Seja dado conhecimento do teor da decisão administrativa que vier a ser praticada, à entidade requerente, à luz do disposto no artigo 114º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo; --

e) Por fim, no caso de decisão favorável, dever-se-á remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral - Gabinete de Notariado e Expropriações - para ulterior operacionalização. -----

Chaves, 11 de junho de 2018. -----
O Presidente da Câmara Municipal, -----
Nuno Vaz Ribeiro -----

Em anexo: -----

• O respetivo processo administrativo. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XII DIVERSOS

1. CANDIDATURA - FAIXAS DE INTERRUPÇÃO DE COMBUSTÍVEIS - ANÚNCIO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL N.º 06/0128/2018. INFORMAÇÃO 024/GTF/2018. -----

²⁰ Para o corrente ano tal valor encontra-se fixado em € 580.000,00.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento-----

Ao abrigo do anúncio de abertura de procedimento concursal n.º 06/0128/2018, Faixas de Interrupção de Combustíveis - Prevenção dos fogos de 2018, o Município de Chaves submeteu a sua candidatura.-----
Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte do Fundo Florestal Permanente, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada ao Município de Chaves, através do ofício 27686/2018/DIF/DAGF aos 24 dias do mês de Maio de 2018. Com a referida comunicação foi rececionada conjuntamente o Termo de Aceitação a assinar pelo Senhor Presidente da Câmara, matéria sobre a qual versa a presente informação.-----

II - Fundamentação-----

De acordo com o Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação actual, define no seu artigo 18 o seguinte:-----

Ponto 1 - As faixas integrantes das redes primárias visam o estabelecimento, em locais estratégicos, de condições favoráveis ao combate a grandes incêndios florestais.-----

Ponto 2 - As faixas citadas no número anterior possuem uma largura não inferior a 125 m e definem compartimentos que, preferencialmente, devem possuir entre 500 ha e 10 000 ha. Dos 125 metros 26 metros dizem respeito às Faixas de Interrupção de combustíveis;-----

Ponto 3 - O planeamento, a instalação e a manutenção das redes primárias de faixas de gestão de combustível devem ter em consideração, designadamente:-----

a) A sua eficiência no combate a incêndios de grande dimensão;-----

b) A segurança das forças responsáveis pelo combate;-----

c) O valor socioeconómico, paisagístico e ecológico dos espaços rurais;-----

d) As características fisiográficas e as particularidades da paisagem local;-----

e) O histórico dos grandes incêndios na região e o seu comportamento previsível em situações de elevado risco meteorológico;-----

f) As atividades que nelas se possam desenvolver e contribuir para a sua sustentabilidade técnica e financeira.-----

Ponto 4 - As redes primárias de faixas de gestão de combustível são definidas pelos Planos Distritais de Defesa da Floresta Contra incêndios e obrigatoriamente integrados no planeamento municipal e local de defesa da floresta contra incêndios;-----

Ponto 5 - O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios de Chaves, aprovado em 25-11-2016, incorporou a Rede Primária na qual consta a rede Primária candidatada.-----

Ponto 6 - O anexo II do anúncio de abertura de procedimento concursal n.º 06/0128/2018, Faixas de Interrupção de Combustíveis - Prevenção dos fogos de 2018, definiu para o concelho de Chaves uma extensão de 10,15 km de abertura das FIC.-----

Ponto 7 - O Município candidatou-se para a totalidade das FIC, anunciado no termo de abertura, contemplando a abertura de 10,15 km da faixa de interrupção de combustível na Rede Primária de Defesa da Floresta Contra Incêndios, adstrita às freguesias de São Vicente da Raia, Sanfins, Cimo de Vila da Castanheira (Mapa 2), Bustelo, Ervededo (Mapa 3) e União de freguesias de Soutelo e Seara Velha (Mapa 4), conforme traçado da cartografia em anexo;-----

Ponto 8 - Os trabalhos serão realizados no cumprimento das seguintes características técnicas:-----

a. O afastamento de copas será obrigatoriamente superior a 4 m e a desramação terá de ter pelo menos 50% do fuste para árvores com altura total até 8 m, altura a partir da qual a desramação deverá atingir no mínimo um fuste limpo de 4 m;-----

b. O extrato arbustivo e subarbustivo não poderá exceder os 20 cm de altura, sendo preferencialmente todo eliminado.-----

Ponto 9 - A concretização desta operação compreenderá um investimento total de 15 225 €, acrescido da taxa de Iva em Vigor, com uma taxa de cofinanciamento de 100 %;-----

Ponto 10 - No âmbito do ofício de aprovação, referência 27686/2018/DIF/DAGF refere que o município, aquando da devolução do termo de aceitação, deve satisfazer os seguintes condicionantes:-----

a) Fotocópia do cartão de identificação Fiscal;-----

b) Lista com identificação de todas as pessoas que legalmente representam o Município;-----

c) Demonstração de poderes de representação na prática dos atos relativos à candidatura e/ou contrato;-----

d) Declaração de compromisso de honra, através do qual a entidade declara que as áreas de intervenção não foram nem serão objeto de apoio de outros programas ou instrumentos financeiros de âmbito nacional, comunitário ou internacional;-----

e) Peças preparatórias do respetivo procedimento de contratação pública;-----

f) Documento comprovativo da inserção da candidatura em orçamento, ou em alternativa declaração onde conste o compromisso do Município assegurar a inscrição em orçamento de 2018 do valor de investimento;-

g) Apresentação dos documentos justificativos dos custos associados às componentes de investimento (Orçamentos, fatura pró-forma, etc.);-

h) No caso de intervenção em propriedade privada, acordo dos proprietários, ou publicação em edital da execução da obra;-----

III - Parecer-----

A presente intervenção visa dar resposta à execução de 10,15 km de Faixas de Interrupção de Combustíveis da rede Primária, aprovada em sede de Comissão Distrital de Defesa da Floresta contra incêndios e incorporada no Plano Distrital e no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios de Chaves, aprovado em 25-11-2016, e visa o cumprimento das seguintes funções:-----

a) Função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo;-----

b) Função de redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;-

c) Função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.-

No âmbito da presente candidatura pretende-se realizar 10,15 km de FIC, ao longo das freguesias adstritas às freguesias de São Vicente da Raia, Sanfins, Cimo de Vila da Castanheira (Mapa 2), Bustelo, Ervededo (Mapa 3) e União de freguesias de Soutelo e Seara Velha (Mapa 4), conforme traçado da cartografia em anexo;-----

A presente candidatura terá um custo total de **15225** euros (acrescidos da taxa de Iva em vigor) tendo em conta o montante máximo admitido em sede de candidatura e de acordo com o ofício de aprovação.-----

Quadro 1 - Orçamento

TIPO DE INTERVENÇÃO	Km	Custo Km (S/IVA)	Custo Total (S/IVA)	Custo Total (C/IVA - Taxa 6%)
Abertura da FIC	10,15	1500,00	15225,00	16138,50
Total Geral	10,15	1500,00	15225,00	16138,50

O cronograma seguinte reflete a previsão da execução física e financeira da presente candidatura.-----

Quadro 2 - Cronograma

Tipo de Intervenção	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Abertura do procedimento público		x						
Alargamento da RVF			x	x				
Execução da Faixa lateral de 10 metros para cada lado			x	x	x			
Execução financeira				x	x	x	x	x

Em suma, com a presente candidatura iremos realizar **13,85 %** de FIC relativamente às necessidades do concelho, contribuindo para o aumento da resiliência dos espaços florestais do concelho.-----

IV - Proposta-----

Face ao exposto, e dada as funções que desempenham as Faixas de interrupção de Combustíveis, propõe-se:-----

Ponto 1 - Que superiormente sejam aceites as condições previstas no "Termo de Aceitação" (documento em anexo), nos moldes apresentados pelo Fundo Florestal Permanente. A aceitação do apoio deverá ser feita mediante a devolução do termo de aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo máximo de 10 dias contados a partir da notificação, 24-05-2018.-----

Ponto 2 - De forma a dar resposta aos condicionalismos, a satisfazer aquando da devolução do termo de aceitação, propõe-se;-----

a) Aprovar e assinar a declaração de compromisso de honra, através do qual a entidade declara que as áreas de intervenção não foram nem serão objeto de apoio de outros programas ou instrumentos financeiros de âmbito nacional, comunitário ou internacional e o compromisso do Município em assegurar a inscrição, em orçamento de 2018, o valor de investimento;-----

b) Autorizar a abertura do respetivo procedimento de contratação pública;-----

c) Aprovar o caderno de encargos em anexo;-----

d) Remeter para os serviços municipais competentes, cópia da presente informação, de forma a diligenciarem-se os procedimentos de contratação pública;-----

e) Aprovar e autorizar a publicitação do edital da execução da obra nas freguesias de intervenção e nos locais de costume;-----

Dada a urgência de resposta, até 24-05-2018, e a data de realização da próxima reunião ordinária da câmara municipal, 14-06-2018, propõe-se:-----

- a) Que os atos de aprovação acima identificados, sejam praticados, pelo presidente da câmara, à luz da retrocitada credencial legal prevista no n.º 3, do Artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013;-----
 - b) Sequencialmente tais atos deverão ser sujeitos a ratificação, em sede de próxima reunião ordinária da câmara municipal, sendo, para o efeito, o presente assunto integrado na respetiva ordem de trabalho;--
 - c) Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;---
- À consideração Superior-----
O Técnico Superior-----
(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

- Cartografia das intervenções;-----
- Declaração de compromisso de honra, através do qual a entidade declara que as áreas de intervenção não foram nem serão objeto de apoio de outros programas ou instrumentos financeiros de âmbito nacional, comunitário ou internacional e compromisso do Município em assegurar a inscrição em orçamento de 2018 o valor de investimento;--
- Aprovar o caderno de encargos;-----
- Aprovar o edital de publicitação da execução da obra;-----
- Termo de Aceitação-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.06.06-----

Visto. Concordo. Proceda-se conforme preconizado no ponto III da proposta. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 06.06.2018. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram treze horas, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

ⁱ Aplicável apenas quando os apoios concedidos sejam superiores a € 50 000,00, nos termos do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009. -----